



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIA POLÍTICA



EVANICE DOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: um estudo do comportamento político
do jovem eleitor do município de Porto Velho**

Porto Velho – RO
2019

EVANICE DOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: um estudo do comportamento político
do jovem eleitor do município de Porto Velho**

Tese para fins de conclusão do Curso de
Doutorado em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
sob a orientação do Professor Doutor Alfredo
A. Gugliano.

Porto Velho – RO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Elaborada mediante dados informados pelo (a) próprio(a) autor(a).

S237p Santos, Evanice dos.

Participação política: um estudo do comportamento político do jovem eleitor do município de Porto Velho / Evanice dos Santos. - Porto Alegre, RS, 2019.

118 p.

Orientador(a): Prof. Dr: Alfredo Alejandro Gugliano.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1. Jovem eleitor. 2. Participação política. 3. Comportamento eleitoral. I. Gugliano, Alfredo Alejandro. II. Título.

CDU 32(811.1)

Evanice dos Santos

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: um estudo do comportamento político do jovem eleitor
do município de Porto Velho

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2018.

Resultado: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Alfredo Alejandro Gugliano
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr. Fábio Rychecki Hecktheuer
Departamento de Ciência Política
Faculdade Católica de Rondônia (FCR)

Dr. Nilo André Piana de Castro
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Priscila Ribeiro dos Santos
Escola de Educação Infantil Viver e Conviver

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Alfredo Alejandro Gugliano, pelo empenho e dedicação como orientador.

Aos Diretores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Petrônio Portela e ao Colégio Objetivo, que atenderam às nossas solicitações para obtenção dos dados da pesquisa

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade Católica de Rondônia, pela realização do curso de doutorado em Ciência Política, favorecendo a formação de pesquisadores no norte do país.

Ao economista Márcio Alves, à administradora Maria Clarice e à advogada Francine Fernandes, pelo apoio quanto à confecção dos gráficos e normas técnicas.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram nesta jornada, muito obrigada!

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: um estudo do comportamento político do jovem eleitor do município de Porto Velho

RESUMO

Este estudo tem como objetivo pesquisar o comportamento político do jovem eleitor, do município de Porto Velho, estado de Rondônia. O problema da pesquisa consiste em analisar o comportamento político desse jovem. Para realizar esta pesquisa trabalhou-se com a hipótese de que é baixa a participação eleitoral do jovem pelo voto, pois, considera-se que apenas 30% dessa população fez o cadastro eleitoral. No desenvolvimento da pesquisa verificou-se o índice de participação política desses eleitores no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no período de 2008 a 2016. Aplicou-se, também, um questionário aos jovens eleitores de duas escolas: uma da rede particular e outra da rede pública de ensino. Por último, buscou-se compreender os motivos que influenciam a sua participação ou a não participação nos processos eleitorais. A pesquisa está estruturada seis capítulos além da introdução, que traz uma visão geral do jovem eleitor ainda na fase da adolescência, abordando como se dá a construção de seus valores e uma provável identidade voltada para o bem comum, a fim de compreender o seu comportamento político e a sua participação no processo eleitoral do município. No referencial teórico, no segundo capítulo, apresentam-se os títulos: O debate sobre a participação política; a Teoria Clássica da Participação Política; e as Teorias Participativas Contemporâneas. O terceiro capítulo se apresenta com a temática: A participação Política do Jovem Eleitor: um pouco de história. Esse tema traz a evolução histórica do direito à participação política e, ainda, outras pesquisas desenvolvidas sobre a participação política do jovem eleitor, como a dos jovens do município de Londrina, no estado do Paraná; a do Tribunal Superior Eleitoral, e programas de incentivo ao cadastramento eleitoral, como o #PartiuMudar. No quarto capítulo apresenta-se o resultado da participação do jovem eleitor do município de Porto Velho fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral, intitulado: Opiniões e participação do jovem eleitor do município de Porto Velho no período de 2008 a 2016. O quinto capítulo traz o resultado do questionário aplicado aos jovens, intitulado: Pesquisa do perfil e do comportamento do jovem eleitor. O sexto capítulo apresenta a análise de todos os resultados, a fim de compreender e justificar o título desta tese. Quanto ao método adotado, esta pesquisa é qualitativa e quantitativa quanto à abordagem; descritiva, quanto aos objetivos; e quanto ao delineamento é um levantamento. Com a conclusão da pesquisa verificou-se que é baixa a participação política do jovem eleitor do município de Porto Velho pelo voto, já que no período de 2008 a 2016 apenas 29,16% fizeram a inscrição eleitoral e 84,20% compareceram às urnas para votar.

Palavras-chave: Jovem Eleitor. Participação Política. Comportamento Eleitoral.

POLITICAL PARTICIPATION: a study on the political behavior of the young voters from Porto Velho county

ABSTRACT

This study aims to research the political behavior of young voters in the region of Porto Velho, state of Rondônia. The problem of the research lies in asking what is the political behavior of young voters in the county of Porto Velho. To carry out the survey, we worked with the hypothesis that the electoral participation of young voters in the county of Porto Velho is low, because it is considered that only 30% (thirty percent) of this population made the electoral register. For the development of the survey, the index of political participation was verified through the vote of these voters at the Superior Electoral Court (TSE) in the period from 2008 to 2016; a questionnaire was also applied to young voters in two schools, one of the private education and the other of the public education ; and finally, we sought to understand the reasons that influence their participation or non-participation in electoral processes. The survey is structured in an introduction and six (6) more chapters. The introduction of the study provides an overview of the young voter, still in the adolescence phase, addressing how the construction of their values and a probable identity directed towards the common good takes place, in order to understand their political behavior and their participation in electoral processes in the municipality of Porto Velho (Amazon region). The theoretical framework (second chapter) presents the titles: The debate on political participation; The Classical Theory of Political Participation and Contemporary Participatory Theories. The third chapter is presented with the theme: The Political Participation of Young Voters: A Bit of History, bringing the historical evolution of the right to political participation, and also other research developed on the political participation of young voters, such as that of young people from the municipality of Londrina, in the State of Paraná; the research of the Superior Electoral Court and incentive programs to electoral registration as #PartiuMudar. In chapter four, the result of the electoral participation of young voters from the municipality of Porto Velho, provided by the Superior Electoral Court, entitled: Opinions and Participation of Young Voters from the County of Porto Velho in the Period from 2008 to 2016; Chapter five, presents the result of the questionnaire applied at the schools, entitled: Research on the Electoral Profile and Behavior of Young Voters; and in chapter six presents an analysis of all the results, in order to understand, according to the title: The Behavior of Young Voters of the Municipality of Porto Velho in Electoral Processes. Regarding the method adopted for the development of the study, this research as well as its approach is classified as qualitative and quantitative, the objectives been descriptive, and the delineation is a survey. With the conclusion of the survey, it was found that the political participation of young voters in the county of Porto Velho, through the vote, is low, showing that in the period from 2008 to 2016, only 29.16% (twenty-nine point sixteen percent) made the electoral registration, of these, 84.20% (eighty-four point twenty percent), attended the polls for electoral participation.

Key words: Young Voter. Political Participation. Electoral Behavior.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação efetiva dos jovens de 16 a 17 anos nas eleições no município de Porto Velho, estado de Rondônia, no período de 2008 a 2016.....	59
Gráfico 2 - Probabilidade de votar do jovem de 16 anos.....	90
Gráfico 3 - Probabilidade de votar do jovem de 16 anos (média), pesquisado, em abril de 2011.....	90
Gráfico 4 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos do gênero feminino (média), pesquisado em abril de 2018.....	91
Gráfico 5 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos com renda até R\$ 1.000 pesquisado em abril de 2018.....	91
Gráfico 6 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos com renda até R\$ 1.000 (média) pesquisado em abril/2018.....	91
Gráfico 7 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5 do público jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 1.001 e R\$ 3.000.....	92
Gráfico 8 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 1.001 e R\$ 3.000 (média).....	92
Gráfico 9 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 3.001 e R\$ 6.000.....	92
Gráfico 10 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 3.001 e R\$ 6.000 (média).....	93
Gráfico 11 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos com renda familiar acima de R\$ 6.000, pesquisado em abril de 2018.....	93
Gráfico 12 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida, pesquisado em abril/2018.....	93

Gráfico 13 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 0 a 5, do público jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida (média), pesquisado em abril de 2018	94
Gráfico 14 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil pelo jovem de 16 anos, pesquisado em abril de 2018	94
Gráfico 15 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem de 16 anos (média), pesquisado em abril de 2018	95
Gráfico 16 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem de 17 anos, pesquisado em abril de 2018	95
Gráfico 17 - Crença que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem de 17 anos (média), pesquisado em abril de 2018	95
Gráfico 18 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem da escola pública, pesquisado em abril/2018	96
Gráfico 19 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem da escola pública (média), pesquisado em abril/201 ..	96
Gráfico 20 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem nas escolas particulares, pesquisado em abril/2018...	96
Gráfico 21 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil nas escolas particulares (média), pesquisadas em abril/2018.....	97
Gráfico 22 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, do jovem do gênero masculino, pesquisado em abril/2018	97
Gráfico 23 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, do jovem do gênero masculino (média), pesquisado em abril/2018	97
Gráfico 24 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, do jovem do gênero feminino, pesquisado em abril/2018	98
Gráfico 25 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, jovem do gênero feminino, (média), pesquisado em abril/2018....	98
Gráfico 26 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor com renda familiar de até R\$ 1.000, pesquisado em abril/2018.....	98
Gráfico 27 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de até R\$ 1.000 (média) pesquisado em abril/2018	99

Gráfico 28 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000, pesquisado em abril/2018	99
Gráfico 29 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000 (média), pesquisado em abril/2018	99
Gráfico 30 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000, pesquisado em abril/2018	100
Gráfico 31 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000 (média), pesquisado em abril/2018	100
Gráfico 32 - Crença na mudança política pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar acima de R\$ 6.000, pesquisado em abril/2018.....	100
Gráfico 33 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar acima de R\$ 6.000 (média), pesquisado em abril/2018	101
Gráfico 34 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar indefinida, pesquisado em abril/2018.....	101
Gráfico 35 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar indefinida (média), pesquisado em abril/2018	101
Gráfico 36 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 16 anos, pesquisado em abril/2018.....	102
Gráfico 37 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 16 anos (média), pesquisado em abril/2018	102
Gráfico 38 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 17 anos, pesquisado em abril/2018.....	102
Gráfico 39 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 17 anos (média), pesquisado em abril/2018	103
Gráfico 40 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas públicas, pesquisados em abril/2018.....	103

Gráfico 41 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas públicas (média), pesquisados em abril/2018.....	103
Gráfico 42 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas particulares, pesquisados em abril/2018.....	104
Gráfico 43 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas particulares (média), pesquisados em abril/2018	104
Gráfico 44 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero masculino, pesquisado em abril/2018	104
Gráfico 45 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero masculino (média), pesquisado em abril/2018	105
Gráfico 46 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero feminino, pesquisados em abril/2018	105
Gráfico 47 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero feminino (média), pesquisado em abril/2018.....	105
Gráfico 48 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de até R\$ 1.000, pesquisado em abril/2018	106
Gráfico 49 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de até R\$ 1.000 (média), pesquisado em abril/2018	106
Gráfico 50 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000, pesquisado em abril/2018.....	106
Gráfico 51 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000 (média), pesquisado em abril/2018.....	107
Gráfico 52 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000 pesquisado em abril/2018.....	107
Gráfico 53 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000 (média) pesquisado em abril/2018.....	107
Gráfico 54 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 a 17 anos com renda familiar acima de R\$ 6.000, pesquisado em abril de 2018.....	108
Gráfico 55 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar acima de R\$ 6.000 pesquisado em abril/2018.....	108
Gráfico 56 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida pesquisado em abril/2018.....	108
Gráfico 57 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida (média), pesquisado em abril/2018	109

Gráfico 58 - Candidato à presidência preferido do jovem de 16 anos, pesquisado em abril/2018.....	109
Gráfico 59 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 anos, pesquisados em abril/2018.....	110
Gráfico 60 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 17 anos, pesquisados em abril/2018.....	110
Gráfico 61 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 17 anos, pesquisados em abril/2018 (média)	110
Gráfico 62 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens pesquisados nas escolas públicas, em abril/2018 (média)	111
Gráfico 63 - Manifestaram preferência em algum candidato, jovens pesquisados nas escolas particulares, em abril/2018, (média)	111
Gráfico 64 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 e 17 anos do gênero masculino, pesquisados em abril/2018 (média)	111
Gráfico 65 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 e 17 anos do gênero feminino, pesquisados em abril/2018 (média).....	112
Gráfico 66 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 e 17 anos com renda de até R\$ 1.000, pesquisados em abril/2018 (média)	112
Gráfico 67 - Manifestaram preferência por algum candidato à presidência o jovem de 16 e 17 anos com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000, pesquisado em abril/2018 (média)	112
Gráfico 68 - Candidato à presidência preferido pelo jovem de 16 e 17 anos com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000.....	113
Gráfico 69 - Candidato à presidência preferido pelo jovem de 16 e 17 anos com renda familiar acima de R\$ 6.000 (média).....	113
Gráfico 70 - Candidato à presidência preferido pelo jovem de 16 e 17 anos com renda familiar indefinida (não sabe informar) (média)	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação nas eleições	48
---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –Título e voto do jovem eleitor de 16 e 17 anos.....	58
Quadro 2 - Estatística do eleitorado jovem a nível nacional.....	60
Quadro 3 - Perfil dos jovens eleitores	64
Quadro 4 - Renda mensal da família dos jovens eleitores	65
Quadro 5 - Jovem eleitor da escola pública X jovem eleitor da escola privada	66
Quadro 6 - Jovem eleitor quanto ao gênero.....	67

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Semana do jovem eleitor.....	51
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
2 DEBATE SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	27
2.1 TEORIA CLÁSSICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	28
2.2 TEORIAS PARTICIPATIVAS CONTEMPORÂNEAS	32
2.2.1 Participação na Teoria Democrática Competitiva	32
2.2.2 Teoria Democrática Popular	37
3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO JOVEM ELEITOR: UM POUCO DE HISTÓRIA	44
4 PARTICIPAÇÃO DE JOVEM ELEITOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO NO PERÍODO DE 2008 A 2016	58
5 PESQUISA SOBRE O PERFIL E O COMPORTAMENTO ELEITORAL DO JOVEM ELEITOR	63
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO	
APÊNDICE 2 - RESULTADO DO QUESTIONÁRIO	

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta como foco temático a participação política do jovem eleitor do município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, que está localizado na Região Norte do país (Amazônia), com 519.531 habitantes (IBGE, 2018). O estado de Rondônia tem 104 anos de criação, com uma população formada por imigrantes de todas as regiões do país.

Socialmente relevante, o estudo do comportamento político do jovem eleitor é assunto de interesse de várias ciências (ZULIAN, 2013), pois leva em consideração que com as polêmicas envolvendo a atual situação política do país, a impassibilidade penetrou inúmeros grupos sociais, levando a uma desconfiança generalizada na elite representativa do Brasil.

Diante desse quadro, percebe-se a necessidade de verificar, entre outros quesitos, como se comporta o jovem eleitor da região, e se a apatia política pode ser uma característica desse grupo eleitoral. Especificadamente, a tese versa sobre o comportamento político dos jovens eleitores do município de Porto Velho.

O presente estudo tem como problema de pesquisa a compreensão do comportamento político dos jovens eleitores, favorecendo uma reflexão sobre a sua participação política no processo eleitoral, investigando as características e peculiaridades desse grupo de eleitores, sobretudo em relação à socialização e aos direitos políticos.

De acordo com a Constituição federal (1988), em seu art. 14, parágrafo 1º, incisos I e II (BRASIL, 1988), o voto é facultativo para quem está na faixa etária de 16 anos completos a 18 anos incompletos. Isso vale para quem é analfabeto e acima de setenta anos.

Diante desse cenário, sabe-se que o voto é de suma importância em uma democracia, contudo, as últimas eleições vêm apontando uma queda da participação eleitoral no Brasil. No caso do jovem eleitor, em situação de voto facultativo, a situação é semelhante. A eleição de 2018 marcou, por exemplo, a menor participação eleitoral desses jovens desde 2002 (TSE, 2018).

Nessa direção, como o voto do jovem eleitor não é obrigatório no Brasil, indaga-se: como é o comportamento político desse segmento juvenil? Ele participa? Como acontece a sua participação: por intermédio do voto, de movimentos sociais? Ele se interessa pelas causas da coletividade, do bem-estar comum, ou não?

A adolescência é considerada por muitos pesquisadores como uma fase de transição, tanto em relação a mudanças físicas quanto a mudanças psicológicas. É nesse período que o jovem passa a querer maior visibilidade social e é também quando as responsabilidades aumentam, como, por exemplo, o momento de exercer a cidadania em uma eleição.

Dentre as diversas teorias sobre os diferentes processos de desenvolvimento humano, podem-se citar dois importantes estudiosos: Piaget e Vigotsky. O primeiro discutiu os fatores de desenvolvimento em sua teoria genética. Sobre isso, Salvador (1999) ressalta o seguinte:

A teoria genética defendida por Piaget propõe quatro fatores básicos como responsáveis por esse desenvolvimento: a maturidade orgânica, a experiência com os objetos físicos, a experiência e a interação com outras pessoas e o mecanismo de equilíbrio (SALVADOR, 1999, pp. 91-92).

Já Vigotsky desenvolveu seus estudos discutindo o desenvolvimento natural do homem e o seu desenvolvimento cultural.

O problema apresentado por Vigotsky é a construção de uma aproximação conceitual e metodológica capaz de abordar, por meio de uma metodologia estritamente científica, o estudo das funções psicológicas específicas ao homem, isto é, o estudo da consciência (SALVADOR, 1999, p. 99).

Silva e Mattos (2004), complementando essa ideia, apresentam o período que compreende a adolescência como uma transição da infância para a vida adulta, que evolui da dependência intensa dos responsáveis para uma condição de autonomia pessoal, correspondendo a uma fase de descobrimento dos próprios limites e de questionamentos de valores e normas.

Geralmente, tais valores e normas são oriundos das amizades e da família, e têm grande importância no desenvolvimento do indivíduo. Sua influência é significativa tanto na formação da personalidade quanto no comportamento do indivíduo, dadas as medidas e iniciativas educacionais direcionadas no âmbito familiar (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998).

Para Palangana (1994), os pais começam ensinando os valores e princípios básicos da vida, e na chegada da adolescência esse processo tem grande relevância, pois favorece ao adolescente descobrir a sua verdadeira identidade, o que ocasiona uma sequência de mudanças e responsabilidades durante o processo da maturidade.

Construir essa identidade, para Erikson (1972), é como se definir como pessoa, e subentende-se que identidade é um ponto de vista de si mesmo, analisada em um

ângulo composto por compromissos com os quais o próprio indivíduo se encontra entrelaçado.

Todas essas abordagens servem para perceber que ser jovem, além do desenvolvimento humano, também é uma idade social e não somente um período de transição para a fase adulta. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece a idade entre 15 e 24 anos para situar a categoria jovem (BAQUERO; MORAIS, 2018).

Todo esse processo de desenvolvimento traz discussões sobre valores e atitudes que vão sendo absorvidos pelo adolescente com a família, amigos, escola e outras instituições sociais. Como a realidade social é diversa, diversas também serão suas escolhas frente ao seu posicionamento sobre política e democracia.

Nesse cenário, as instituições têm um papel importante no que se refere ao desenvolvimento da cidadania, construindo valores democráticos e favorecendo um ambiente que colabore para construir uma identidade voltada ao bem comum e à coletividade.

González (2018), corroborando com essa ideia, pontua ainda que a juventude é o momento em que, além de receber informações, os jovens têm condições de interagir, de participar ativamente. A participação, nesse caso, é tanto em um elemento de busca pela realização de interesses, quanto de socialização de valores.

Para favorecer o desenvolvimento desse processo foram criados a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, deram voz a programas sociais de incentivo ao desenvolvimento de capacitações para as gerações futuras.

Conforme se estabelece na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), artigo 3º:

Art. 3º A criança e o jovem gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integralmente de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

Quando se fala em oportunidades e facilidades a fim de favorecer o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social do jovem, pode-se citar a escola, que dentro desse contexto traz discussões acerca da participação política e democrática, debatendo a situação política do país. Conforme aduzem Ferreira, Farias e Silveiras (2003, p.115):

Num mundo globalizado, em que os meios de comunicação e a facilidade dos meios de transporte ampliam nossa visão, trazendo valores os mais diversos, torna-se necessário educar procurando valores comuns, universais e propor uma educação que considere a dignidade humana. Nesse processo, a escola tem papel fundamental, pois, junto com seus conteúdos programáticos, pode permitir a exploração nos diversos domínios, favorecendo ao indivíduo procurar compromissos firmes, sobre os quais pautar a sua vida, e que o ajudem a ser útil à sociedade.

O desenvolvimento do jovem é visto e estudado em todas as suas particularidades, pois é um indivíduo em construção, e por estar em construção busca assuntos e atividades do seu interesse. Estudos como os realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstraram que o jovem eleitor brasileiro, em particular, tem a tendência de identificar-se com temas relativos ao seu contexto, como aqueles que versam sobre projetos concernentes à escolarização e ao fomento de emprego (TSE, 2018).

Faz-se necessário, portanto, perceber a participação política não apenas como um tema relacionado aos partidos políticos e aos políticos, mas, também, como a maneira pela qual o jovem se relaciona com a sociedade, envolvendo diálogo, escolhas, negociação, defesa de pontos de vista, lutas por direitos, cumprimento dos deveres e interferência na realidade.

Esse processo se dá pela participação eleitoral (voto), nos espaços de informação política e social, na escola e na comunidade, com grupos religiosos, grupos comunitários, organizações não governamentais (ONGs), grupos culturais, conselhos de gestão comunitária, e, ainda, nos locais de participação política institucional, como partidos políticos, Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de Políticas Públicas, movimentos sociais, redes e fóruns.

Para participar de qualquer evento social o jovem, como qualquer outro indivíduo, precisa de motivação, que precisa ser desencadeada pela família, círculo de amigos e instituições, como a escola, igreja e associações.

Diante desse contexto, há quem afirme que os jovens nem ao menos sabem o significado de política, salvo raras exceções; ou que não se interessam em ler os jornais e não buscam informação, que não dispõem de mínimos argumentos para debater política, bem como não têm interesse de cobrar as promessas feitas pelos candidatos nas épocas de eleição e sequer conferem a veracidade das ações divulgadas na mídia (ZAGURY, 1999).

A esse respeito, Zorzi (2018) argumenta que a democracia no Brasil tem se mostrado um processo inconsistente, e se por um lado os jovens buscam se emancipar, por outro, dada a falta de confiança nas instituições, apresentam um comportamento de passividade e indiferença com o quadro político, levando a uma apatia política que favorece a exclusão e a desigualdade.

Nessa perspectiva, o presente estudo propõe pesquisar o perfil do jovem eleitor do município de Porto Velho, o que permitirá avançar no entendimento do comportamento dessa faixa etária, buscando entender os fatores que levam à sua participação ou não no processo eleitoral, incentivando debates e reflexões, apontando para o desenvolvimento de novas estratégias de envolvimento desse grupo e de novas pautas referentes às políticas públicas.

O objetivo geral da tese é pesquisar o comportamento político eleitoral do jovem eleitor de Porto Velho, e, para isso, foram definidos três objetivos específicos, a saber:

- verificar o índice de participação política do jovem eleitor no município de Porto Velho, por intermédio do voto, no período de 2008 a 2016;
- identificar o perfil e os valores políticos desse jovem; e
- compreender o seu comportamento.

A metodologia do trabalho está classificada quanto à abordagem, objetivos e delineamento. Em relação à abordagem, a pesquisa é qualitativa e quantitativa; quanto aos objetivos, é descritiva; e quanto ao delineamento trata-se de um levantamento de dados. Dada a classificação supramencionada, este estudo se pauta em uma pesquisa aplicada, que para Siena (2011) consiste na geração de conhecimentos visando aplicação prática, direcionada para a solução de problemas específicos.

Nessa direção, a abordagem da pesquisa é quantitativa e qualitativa, pois diz respeito a comportamentos atitudinais, como hábitos, tendências e opiniões, pautados a partir de amostras representativas, o que permite a elaboração de tabelas de frequência simples, cruzamentos de variáveis, dentre outros processamentos estatísticos importantes para a análise dos resultados.

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, pois busca encontrar e descrever características de certa população. Gil (2011, p. 44) explica que “são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados”.

A proposta é analisar o jovem eleitor pertencente às redes de ensino pública e privada. Conforme define Zorzi (2018, p. 136), a atitude de se reportar aos jovens que se encontram no ambiente escolar é relevante, devido ao fato de que a escola “tem relação forte e positiva com atitudes democráticas e com o engajamento político”.

A pesquisa se deu em duas escolas de ensino médio do município objeto de estudo, quais sejam: Colégio Objetivo, da rede privada, e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Petrônio Portela, da rede pública.

A escola pública localiza-se em uma região periférica do município, situada na Rua Alexandre Guimarães, nº 3.862, Bairro Nova Porto velho. A educação é voltada para o público de jovens e adultos no supletivo, fundamental e médio, e ensino fundamental e médio no sistema regular de ensino.

A escola é frequentada por alunos da região onde está inserida, cuja população tem uma renda entre um a três salários mínimos. Segundo a própria escola, há uma grande evasão escolar por causa da necessidade que os alunos têm de trabalhar para ajudar no orçamento de casa.

Durante o ano de 2018 a escola foi frequentemente saqueada. Foram levados desde equipamentos de informática até merenda escolar, por isso foram colocadas grades nas janelas e portas. A partir de 2018, o Estado tirou os agentes de vigilância das escolas, colocando um sistema de vigilância com câmeras de gravação.

A escola conta com uma estrutura de 18 salas de aula, quadra de esporte, cozinha e refeitório, onde é oferecido lanche a todos os alunos, inclusive para os do supletivo. Além disso, tem um auditório com capacidade para cem alunos; pátio coberto; laboratório de informática; TV; DVD; e projetor multimídia.

O Colégio Objetivo é uma escola da rede privada que oferece educação infantil, ensino fundamental e médio e está localizada na Rua Paulo Freire, nº 4.767, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho. A escola possui uma estrutura administrativa com uma diretoria geral, assessorada pelo apoio administrativo, pedagógico e educacional.

Apesar de a escola estar localizada em um bairro, os alunos que a frequentam são de diversas áreas do município, com uma renda média de três a seis salários mínimos. A escola tem agentes de segurança 24 horas, e no ano de 2018 não houve registros de qualquer natureza criminal.

O Colégio Objetivo trabalha de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e tem por objetivo a práxis educativa. Com material didático do

Sistema Objetivo, elabora processos próprios de ensino, que se revelam eficientes no estímulo à aprendizagem com uma programação científica orientada, que oferece uma programação variada, objetivando promover o desenvolvimento físico, intelectual e emocional do aluno (GRUPO SAPIENS, 2019).

Para o processo de ensino-aprendizagem, os alunos têm acesso aos livros da Coleção Objetivo, que são cadernos de atividades que estão em constante atualização, elaborados pela Divisão de Sistemas e Métodos de Aprendizagem da escola com tecnologia de ponta.

Em termos deste estudo, registra-se que se pautou por uma coleta de dados nas escolas mediante os parâmetros da técnica survey, que para Babbie (1999), consiste em coletar dados de um grupo de pessoas por intermédio de questionários com questões fechadas de múltipla escolha. O autor classifica as questões em:

- nominais: gênero, afiliação religiosa e escolaridade;
- ordinais: a medida como um indivíduo concorda fortemente, concorda ou discorda fortemente com uma declaração; e
- intervalais: oferecem um significado real para a distância entre números.

O questionário aplicado entre os dias 3 e 27 de abril de 2018 aos jovens eleitores, para identificar o seu comportamento político, continha 11 perguntas baseadas na pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018), no ano de 2017, que tinha como objetivo avaliar a percepção dos jovens em relação à eleição, à política e à participação na democracia.

Os resultados obtidos estão apresentados em tabelas e representam as respostas oferecidas pelos respondentes, ao todo 355, com idade entre 16 anos completos a 18 anos incompletos. Os resultados foram interpretados pelo programa de leitura de códigos de barra, a fim de identificar os valores do jovem eleitor dentro do que propõe esta pesquisa.

Quanto à estrutura deste estudo, consiste na presente introdução, cinco capítulos e a conclusão. No segundo capítulo, cujo tema é o debate sobre a participação política, buscou-se demonstrar os conceitos referentes a essa participação no sentido de partilhar das tomadas de decisão, de uma constante busca na diminuição das desigualdades sociais, ressignificando a participação política e a democracia desde a época da Grécia antiga até os dias atuais, em um contexto de transformações culturais, econômicas e sociais.

Foram ainda apresentadas as correntes da Teoria Clássica da Participação Democrática e as Teorias Participativas Contemporâneas, que trazem para discussão a participação política na Teoria Democrática Competitiva, com o modelo do Elitismo Democrático defendido por Mosca, Michels e Pareto; o modelo do Pluralismo Democrático, tendo em Dahl seu maior defensor; e a Teoria Democrática Popular, trazendo os modelos Participacionista, defendidos por Pateman, e o Modelo Deliberacionista, defendido por Habermas.

No terceiro capítulo abordou-se a participação política do jovem eleitor, demonstrando tal participação ao longo da história, mediante a evolução do direito à participação política até o sufrágio universal, juntamente com a mudança do conceito de cidadão.

Nesse mesmo capítulo, outras pesquisas são abordadas referentes ao comportamento político do jovem eleitor, como a pesquisa do perfil político dos jovens em Londrina, no estado do Paraná, no ano de 2006, com 270 jovens eleitores; e uma pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no ano de 2017, com temas relativos à política, às eleições e à participação na democracia. A pesquisa foi realizada com 151 jovens eleitores de 16 anos e 257 jovens eleitores de 17 anos, distribuídos em todas as regiões do país.

Ainda nesse capítulo, são abordadas as campanhas do Programa #PartiuMudar, implantadas nas escolas do ensino médio, voltadas para incentivar o jovem eleitor ao cadastramento eleitoral. Esse programa é uma iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral com a Escola Judiciária Eleitoral (TSE/EJE), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O Programa é voltado para os alunos do ensino médio e foi criado para complementar o Programa Eleitor do Futuro, implantado nas escolas e voltado para o ensino fundamental. Durante a Semana do Jovem Eleitor, que acontece no período de 6 a 10 de novembro em todo o país, o programa promove palestras nas escolas, coordenadas pelo TSE, com o objetivo de motivar os eleitores que estão na faixa etária dos 16 anos incompletos aos 18 anos completos, a fazerem o alistamento eleitoral, conscientizando-os da importância da participação eleitoral.

O #PartiuMudar é uma plataforma com cursos a distância direcionados aos alunos e professores do ensino médio, e trabalha temas como democracia e cidadania política. A intenção principal é estimular e preparar o jovem para a vivência político-democrática, promovendo debate e discussões em sala de aula com ferramentas

educacionais, já que o *hotsite* dispõe de vídeos, fotos e notícias do que acontece em todo o Brasil.

Os temas são relevantes, do meio social e político, para que possam ser trabalhados transversal e interdisciplinarmente na sala de aula e fora dela. É oferecida formação continuada para os professores com cursos a distância, além do Guia do Professor, que contém textos, situações de abordagens em sala de aula e conceitos oportunos (TSE, 2018).

Além disso, “o Programa #PartiuMudar é uma das ações previstas pela Voice.Net, rede global de conhecimento sobre a educação para a cidadania, da qual a Escola do Judiciário Eleitoral/TSE faz parte juntamente com entidades de outras 25 nações” (TSE, 2018). O programa, além de motivar os jovens eleitores ao alistamento eleitoral, procura desenvolver competências que transformem esses eleitores em multiplicadores, buscando transformar a ordem política brasileira.

Outra pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, entre os dias 21 de janeiro e 4 de fevereiro de 2017 (TSE, 2018), em todas as regiões do país, aponta que os jovens eleitores da Região Norte, bem como de todas as outras regiões, apresentaram apatia quanto à participação nos processos de decisão e gestão governamentais.

Os jovens demonstraram desconfiança nas instituições e descrédito no sistema democrático, em sua condição de democracia representativa, e nas lideranças políticas. Os movimentos sociais, com evidência nos protestos de junho de 2013, que eclodiram em várias partes do país, foram discutidos no terceiro capítulo.

No quarto capítulo abordou-se a participação do jovem eleitor do município de Porto Velho no período de 2008 a 2016. O capítulo traz os dados coletados no Tribunal Superior Eleitoral, demonstrando os índices de participação nas urnas, nas eleições que aconteceram no período de 2008 a 2016.

Nos resultados apresentados, evidenciados pelo Gráfico 1, demonstrou-se uma queda na participação eleitoral no ano de 2014 de 10,96%, relativamente ao ano de 2012. Esse resultado leva a entender que pode ter havido influência dos movimentos sociais ocorridos em 2013.

O quinto capítulo apresenta o resultado da pesquisa aplicada nas escolas de ensino médio com 355 alunos que se encontram na faixa etária entre 16 anos completos e dezoito anos incompletos. O questionário tinha 11 perguntas, dentre elas: onde estuda; gênero; idade; renda familiar; se tem título de eleitor; a probabilidade de

votar nas próximas eleições; preocupação com o futuro; credibilidade nas operações de combate à corrupção; participação nos movimentos sociais; voto para presidente da República.

O capítulo traz ainda um cruzamento de todas as perguntas e resultados específicos como: jovem eleitor da escola pública; jovem eleitor da escola privada; jovem eleitor feminino; jovem eleitor masculino, entre outros.

Na conclusão estão as considerações finais e a análise dos resultados da pesquisa proposta, ou seja, o comportamento do jovem eleitor do município de Porto Velho nos processos eleitorais. Nesse capítulo foram revisitados os autores citados nos capítulos anteriores, comparando o resultado da participação eleitoral do período de 2008 a 2016, conforme informações cedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, aos dados coletados pelo questionário aplicado aos alunos das escolas selecionadas.

2 DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Conceitualmente, a palavra participação trata da ação ou efeito de participar. Não obstante, dentre seus vários significados deve-se destacar, no contexto analisado nesta tese, a condição de verbo participar como transitivo indireto, representando ato ou efeito de tomar ou ter parte, compartilhar ou partilhar.

Segundo Borba (2012), atualmente existem diversos conceitos de participação política ligados ao contexto em que os próprios atos de participação se desenvolvem, seja na modalidade eleitoral ou nos repertórios de ação coletiva, sempre há uma maneira de entender as atividades realizadas por cidadãos que almejam, direta ou indiretamente, influenciar as tomadas de decisão do governo.

Conforme já ilustrado, o conceito de participação política expressa a busca legítima de parcelas da sociedade de tomar parte do poder, de partilhar das tomadas de decisão que irão garantir o seu acesso ao pleno exercício dos direitos fundamentais.

Busca-se a apropriação legítima daquilo que é seu e que eventualmente está sendo negado, fundamentando a liberdade do exercício da cidadania e o desenvolvimento das capacidades morais e intelectuais dos cidadãos.

Pode-se perceber que a participação, assim descrita, não é uma dádiva, mas uma conquista de exercício infindável, que deve ser entendida como um ato decorrente do convívio social na busca da superação dos obstáculos apresentados diariamente (CHAUÍ, 2014).

Considerada a diversidade de interesses individuais e coletivos nessa dimensão social, compreende-se que a participação política pode ser percebida como um processo permanente de conflito, de lutas entre as classes, já que aqueles que ocupam um espaço - ou parte dele - no processo decisório, certamente não abrem mão desta condição com facilidade.

Nesse contexto, para tratar do tema participação e comportamento político, faz-se necessário compreender a trajetória da evolução do direito à participação política, iniciada com a Teoria Clássica da Participação e os defensores do participacionismo clássico, como Rousseau, Tocqueville e Mill.

2.1 TEORIA CLÁSSICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Dentre os defensores da teoria clássica da participação política, Rousseau apresenta seus argumentos libertários, participacionistas e igualitários. Em 'O contrato social'¹, de 1762, Rousseau abordou os benefícios da participação política, evidenciando sua perspectiva de que o cidadão comum deteria a inalienável soberania política de autogoverno, que conduz governados a governantes, afirmando que a soberania consubstanciara-se no exercício da vontade geral, constituindo um ser coletivo e que, em hipótese alguma, poderia ser alienado (ROUSSEAU, 1995).

Rousseau traz ainda, o conceito do homem no estado de natureza. Para Rousseau, o homem selvagem e não civilizado é o homem vivendo no estado de natureza, e tem como principal característica a sua liberdade. Nesse estado, as limitações encontram-se apenas na natureza pela total dependência dos recursos naturais, entretanto, em relação aos outros homens, ele é livre, e nessa condição o homem usa a liberdade para o seu próprio aperfeiçoamento: ele luta pela sua conservação e se identifica quando os outros homens sofrem.

De acordo com Pateman (1992), a teoria de Rousseau traz individualismo ao ideal de participação, sustentando seu ponto de vista na afirmação de que cada cidadão deveria opinar com base nele mesmo, ainda que para alcançar a condição de uma sociedade baseada na vontade geral.

Tocqueville (2000), outro entusiasta da participação política, entendia que o engajamento e atuação em associações promoveriam a interação entre os cidadãos. O debate dos problemas comuns e o exercício da cidadania representariam um pilar da frágil liberdade, uma antítese ao Estado arbitrário, e relevante instrumento de desenvolvimento do espírito cívico em razão de um cidadão que tenha participação ativa no sistema de governo.

Em relação à democracia entre os Gregos, Tocqueville (2000) era enfático ao afirmar que em Atenas o sufrágio universal era utópico e que essa experiência poderia ser considerada uma república aristocrática, já que só os nobres eram considerados cidadãos e tinham direito à participação política.

¹ A origem da sociedade e do poder político está em um contrato, um acordo tácito ou explícito entre aqueles que aceitam fazer parte dessa sociedade e se submeter a esse poder (FLAMARION, 2014, p. 97).

Extasiado com a democracia norte-americana, não obstante a existência de restrições ao direito social e político das minorias, como pobres, escravos e mulheres, Tocqueville defendia a igualdade de condições, percebida naquela democracia, como o caminho perfeito à estruturação de um ideal modelo democrático, ao qual todas as nações estariam destinadas (TOCQUEVILLE, 2000).

Ambos os pensadores, Rousseau e Tocqueville, defendiam a existência de um cidadão participante e central na dinâmica dos governos: o primeiro temia o eventual dissenso da participação em grupo e, por isso, defendia a expressão individual direta, enquanto o segundo contrasta, defendendo que a ação política associativa é antídoto ao materialismo, ao individualismo e aos governos de viés centralizador.

Em congruência com os argumentos virtuosos da participação política, Mill (1964) rechaça os regimes políticos excludentes da participação popular, considerando a impossibilidade de despertar as qualidades virtuosas e capacidades individuais de seus povos e das suas instituições públicas constitutivas, tornando as políticas públicas, as ações de governo, mais eficientes.

Mill (1964), reforçando essa ideia, defende que a inclusão do cidadão no campo da política faz com que ele aplique princípios que têm por motivação o bem público, que se veja obrigado a buscar o bem comum. Desse modo, conforme Tocqueville (2000) já apontava, o ativismo político alavancaria o desenvolvimento cognitivo do cidadão, afastando sentimentos egoístas e materialistas.

Sobre Mill, Bonifácio (2013, p. 395) pontua que:

O tipo específico de governo que Mill considera o ideal é o democrático com características representativas. Isso significa afastar-se da noção de autogoverno ou democracia direta, simpática aos olhos de Rousseau, e aproximar-se do sistema político com nítida divisão de poderes e distintas atribuições destinadas a diversos atores sociais,

Macpherson (1978), corroborando com essa ideia, afirma que o modelo de democracia de Mill formava um modelo moral, acreditando que a democracia representativa promoveria o aumento do autodesenvolvimento individual e coletivo, sendo mais eficiente que os demais regimes políticos no propósito de aperfeiçoar a humanidade e a sociedade democrática em todas as suas dimensões e reciprocamente.

Para Mill (1964), o cidadão, antes de enveredar para questões de políticas nacionais, deveria aprender a se autogovernar, absorvendo, em um primeiro

momento, o caráter educativo que a participação fomenta, atuando politicamente nos órgãos representativos locais, o que possibilitaria, inclusive, um intenso aprendizado cívico.

Essa participação poderia iniciar pela representatividade local, oportunizando a eleição para o exercício de alguns dos numerosos cargos ou funções executivas que produzem importante educação política, constituindo, assim, disciplina intelectual, aspecto de maior importância nos interesses locais.

Observa-se a convicção de que a imersão da participação política dos cidadãos teria uma conotação positiva, tal como a estruturação de um poder sob a égide das necessidades reais de todos e como instrumento evolutivo das capacidades intelectuais do ser humano. Tal perspectiva de pensamento é considerada comum para Mill, Rousseau e Tocqueville.

O entendimento era de que a participação se faria presente somente no caso em que a sociedade tivesse mínima desigualdade econômica. Segundo esclarecimentos de Pateman (1992), o pensador genebrês destaca que as diferenças não deveriam gerar desigualdade política; assim, uma sociedade com maior grau de desigualdade econômica indicaria a possibilidade de o cidadão pobre vender seu voto.

Quanto à participação das mulheres na política, Rousseau, contraditoriamente às suas afirmativas de cunho participacionista e igualitário, defende a sua exclusão dos assuntos políticos, considerando que a sua natureza seria influenciada pelas paixões imoderadas e as tornaria incapazes de julgamentos claros, submetendo sua tutela e direção aos homens (HELD, 1997).

Da mesma forma, Mill apresentava contradições na sua concepção de democracia, conforme esclarece Bonifácio (2013, p. 396):

Em primeiro lugar, porque Mill não pensava que o sufrágio deveria ser universal. Analfabetos e aqueles que não pagavam os impostos exigidos não deveriam votar. Tal posicionamento pode ser taxado de retrógrado se comparado como pensamento de Rousseau e Tocqueville. Mill enfatizava, porém, que a restrição ao sufrágio não deveria ser *ad eternum*, devendo somente perdurar enquanto as pessoas não atingissem um grau de riqueza e instrução minimamente aceitáveis.

O problema, de acordo com Macpherson (1978), é que os trabalhadores assalariados acabariam sendo desestimulados a participar e, por conseguinte, de se desenvolver em razão da adoção desse esquema eleitoral.

Alexis de Tocqueville, defensor da participação política, em sua obra 'A democracia na América'² defende a democracia e a igualdade entre os povos como um movimento que contava com a anuência divina, já que condições de igualdade favoreceria o cidadão a sustentar-se.

Bonifácio (2013, p. 393), contribuindo para uma reflexão sobre o posicionamento dos pensadores Rousseau e Tocqueville, comenta:

O principal contraste entre Rousseau e Tocqueville talvez resida na concepção ideal de representação política do povo. Enquanto o primeiro julga mais adequada a expressão individual e direta da participação política, temendo o dissenso que a participação de grupo pudesse causar, em Tocqueville a lógica é inversa. A ação política associativa é uma forma indireta de participar e encarada como uma possibilidade de fuga do individualismo e do materialismo, além de um antídoto contra governantes de viés centralizador. Em ambos os pensadores, porém, há o desejo de existência tanto de um cidadão politicamente ativo quanto da participação política como elemento central da dinâmica dos governos.

Rousseau, Mill e Tocqueville apresentam, em comum, concordância de que a participação política favorece de forma positiva o desenvolvimento individual do cidadão, favorecendo a sua evolução intelectual e, por consequência, o desenvolvimento estatal.

Para Pateman (1992), os participacionistas clássicos sugerem um plano de ação que visa constituir um governo totalmente democrático. Os críticos da Teoria Clássica, como Sartori (1994), fazem reflexões em relação à recusa dos participacionistas clássicos em enfrentar o problema relativo à participação em grandes democracias. Esses pensadores eram chamados de liberal-democratas, ou mais comumente, elitistas-democratas.

2 Tocqueville escreveu "A democracia na América" depois de viajar extensamente pelos Estados Unidos em companhia de um amigo; o objetivo da viagem era estudar as prisões norte-americanas. Nessa obra, Tocqueville apresenta, em dois volumes, um completo retrato dos Estados Unidos da época de sua visita, concentrando-se no que havia de novo no sistema político e social norte-americano. Procura mostrar como um país fundado sobre princípios tão diferentes daqueles que fundamentavam as constituições dos países europeus podia funcionar, e funcionar muito bem. "A democracia na América" é uma obra que apresenta um estudo sobre as condições e modos de um novo sistema político, e reflexões sobre o presente e o futuro desse sistema, o qual, segundo Tocqueville, estava destinado a se espalhar pelo mundo (FLAMARION, 2014, pp. 140-141).

2.2 TEORIAS PARTICIPATIVAS CONTEMPORÂNEAS

A participação, como já descrita, continua sendo objeto central da análise de diferentes pensadores da teoria democrática contemporânea, estabelecendo forte embate filosófico diante da dimensão, novas formas de organização da sociedade e complexidade.

2.2.1 Participação na Teoria Democrática Competitiva: o Modelo Elitista e o Modelo Pluralista

Na segunda metade do século XX é que a Teoria Democrática Contemporânea mais se desenvolveu, com o aumento de governos democráticos, fenômeno que foi ampliado a partir da queda dos regimes socialistas. Nesse período, com a adesão ao sistema democrático de muitos países ocidentais, os debates sobre a democracia cresceram, representando a busca de um sistema que proporcionasse governos menos autoritários e com menor concentração de poder.

Foi nesse cenário que surgiram dois polos teóricos: a Teoria Democrática Competitiva e a Teoria Democrática Popular. A primeira foi construída com ênfase em Schumpeter (Elitismo Democrático) e Dahl (Pluralismo Democrático) e a Teoria Democrática Popular tendo como seus principais defensores, Pateman (Participacionismo) e Habermas (Deliberacionismo).

Na Teoria Competitiva, segundo a visão de Schumpeter (Elitismo Democrático), a Democracia clássica tinha um caráter normativo, e o elitismo democrático traz uma visão empírica na prática da democracia. Conforme Silva *et al* (2013), para Schumpeter a democracia deve estar desvinculada de qualquer caráter normativo, deve abandonar o deve ser e concentrar a análise no que é, ou seja, na função do modelo democrático. traz- traz

Holanda (2011) colabora evidenciando que Schumpeter, na sua obra 'Capitalismo, Socialismo e Democracia', conseguiu compatibilizar democracia e elites. Para defender essa ideia, o pensador austríaco explica que as ações dos indivíduos são orientadas pela emotividade e pela falta da razão e, por esse motivo, a grande

maioria não teria a capacidade de decidir, por si só, o que seria ou não bom para uma sociedade.

Silva *et al* (2013, p. 1.808), contribuindo, pontuam que:

Capitalismo, Socialismo e Democracia (1961), do autor austríaco Schumpeter, representa o marco do surgimento de uma nova agenda para o debate sobre a democracia no pós-guerra. Essa obra significa uma mudança na maneira de pensar a democracia antes e depois da primeira metade do século XX. Tal ruptura deve ser vista como a tentativa de afastamento dos “ideais normativos” de democracia em favor de um debate puramente “empiricista” sobre prática de governo.

Vê-se que o autor abandona as definições clássicas atribuídas à coletividade quanto ao *status* da racionalidade representada pela ruptura das concepções de caráter normativo. Ele atribui à democracia um fim em si mesma e defende que as decisões políticas não podem ser feitas como na Grécia clássica, mas, que o cidadão comum poderia participar via eleições, quando elege quem vai decidir por ele.

As críticas de Schumpeter à doutrina clássica se assentam em dois pontos: (i) o pressuposto de que existiria um bem comum, inequivocamente definido e acessível a qualquer indivíduo racional; (ii) e o da existência de uma vontade geral, uma e transparente, que nada mais é do que o produto da convergência das várias vontades individuais em prol da realização daquele bem comum (MEDEIROS, 2016, p. 89).

Quanto ao primeiro ponto, Schumpeter se posiciona sobre o bem comum, explicando que o que é bom para um grupo pode não ser para o outro. Não existe a concepção de bem comum, aí pode se incluir a divisão de classes tão gritante no país e no mundo. Essas questões estão ligadas a valores e princípios que divergem de uma pessoa para outra.

No segundo ponto, sobre a vontade ou geral, Schumpeter (1961, p. 309) pontua que:

Para argumentar que a vontade do cidadão *per se* é um fator político digno de respeito, essa vontade deve, em primeiro lugar, existir. Ou melhor, deve ser algo mais do que um conjunto indeterminado de impulsos vagos, circulando frouxamente em torno de slogans e impressões errôneas. O homem teria de saber de maneira definida o que deseja defender. Essa vontade clara teria de ser complementada pela capacidade de observar e interpretar corretamente os fatos que estão ao alcance de todos, e selecionar criticamente as informações sobre os que não estão (SCHUMPETER, 1961, p. 309).

O que faltaria ao cidadão comum, portanto, seria um comportamento racional. Escolher o que seria mais adequado à coletividade. Escolher A em detrimento de B. Para Schumpeter, o cidadão comum, comumente chamado de ‘massa’, é irracional,

porque a maioria não tem formação e conhecimento sobre determinados assuntos, logo, não poderia opinar sobre eles.

Segundo Medeiros (2016), Schumpeter propõe algumas inovações para a democracia, dentre elas uma definição mais realista e minimalista a respeito dos regimes democráticos, rompendo com o caráter normativo da Teoria Clássica de Participação, voltando mais para uma análise prática do ‘dever ser’ para ‘o que é’. Sua atenção se voltava para a função do modelo democrático.

Outra inovação seria a busca de uma teoria centrada não no papel dos cidadãos comuns, mas nas lideranças políticas e na competição entre elas. Nessa direção, o povo que compõe a massa, classificada como cidadão comum, é considerada irracional em assuntos de natureza política, e compete aos estratos sociais, chamada de elite, aqueles cidadãos que têm superioridade material, intelectual e moral, e por isso maior grau de influência na sociedade, buscar o voto do eleitorado.

A terceira inovação refere-se ao fato de a teoria schumpeteriana abandonar as pretensões de definir o regime democrático pelas finalidades que ele supostamente perseguiria ou atingiria (bem comum, liberdade, igualdade ou justiça). O foco seria então, os procedimentos e métodos por meio dos quais as decisões coletivas são alcançadas neste tipo de regime (MEDEIROS, 2016, p. 87)

Nesse sentido, para Schumpeter (1984):

a democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governe, em qualquer sentido mais óbvio do termo “povo” e “governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a capacidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governa-lo (SCHUMPETER, 1984, p.355).

Esse posicionamento de Schumpeter é a principal contribuição teórica para o debate sobre a democracia, pois a classifica como um método que visa alcançar decisões políticas e não um fim em si mesmo, mas como um arranjo institucional para tomar decisões, em que o sufrágio apresenta-se como um instrumento legitimador do processo democrático.

Nesse sentido, Bonifácio (2013, p. 399) esclarece que:

Schumpeter talvez seja o elitista democrático mais conhecido no campo acadêmico e um dos motivos para tanto é a extensa difusão e utilização de seu conceito de democracia. O pensador austríaco sustenta que a democracia se define pelo seu método, e não pelo seu fim, e que, ao se fazer uma exploração empírica adequada do problema, percebe-se que a sua característica distintiva – ou seja, o que a diferencia de outros sistemas políticos – é a competição entre os líderes seja pelo voto da população.

Nesses termos, a participação política passa a ser definida por um método político, uma definição processual associada a um tipo de arranjo institucional que regula a competição entre indivíduos, a concorrência por meio dos votos, pelos postos no governo, restringindo-se ao procedimento de escolha de lideranças, de uma elite que deverá conduzir, nas sociedades modernas, todas as questões públicas e tomar as decisões políticas.

Segundo Bottomore (1974), Mosca, Michels e Pareto se destacariam como principais integrantes do conjunto de autores defensores dos pressupostos do elitismo, que torna natural a percepção de que sempre haverá desigualdade política e pouco espaço para a participação democrática e desenvolvimento coletivo.

Os precursores do elitismo democrático inauguram uma nova compreensão da política representativa como uma prática de gestão cuja participação é restrita e na qual aos eleitores caberá, tão somente, a decisão de qual grupo de líderes deseja para tomar a cabo o processo de decisão, ou seja, não decidem nada, só escolhem e se impõem aos limites das decisões tomadas por especialistas.

Com uma abordagem mais organizacional, Mosca (1954), ao publicar os 'Elementos da ciência política', impõe a ideia de classe dirigente ou dominante. Essa classe, formada por uma minoria de pessoas que por terem atributos valorizados, qualidades que conferem superioridade material, intelectual e moral, e por isso maior grau de influência na sociedade, formaria a elite política.

Segundo Bonifácio (2013), Mosca compartilha dos pressupostos básicos da inevitabilidade de uma elite dominante, destacando que a população em geral gera instabilidade política por ser intrinsecamente incompetente para assumir responsabilidades de governo.

Nesse sentido, Bonifácio (2013, p. 398) explica que:

Mosca destaca que o governo representativo é um elemento essencial para resolver o problema da estabilidade política e que a democracia, da forma como era comumente idealizada na época – a partir das considerações dos participacionistas clássicos -, poderia conduzir a instabilidade e tirania. Um governo sob a égide da elite se constituiria num obstáculo a esses movimentos, assegurando a estabilidade política e a preservação da liberdade.

Cremonese (2008) relata que Schumpeter interpretava como inviável, sem a possibilidade real de se materializar, a possibilidade de o povo obter um papel central para participar de decisões políticas, ainda que com ações destinadas a influenciar decisões, cabendo como único meio de participação que deveria ser aberto, o voto,

submetendo os eleitores a eleger e respeitar o trabalho e os políticos eleitos. Dessa forma, a função do eleitorado é de apenas aceitar ou recusar as lideranças políticas.

Na visão do elitismo democrático, a defesa é que a democracia seja um governo consentido pelo povo, em vez de governo do povo, porém, essas lideranças não seriam absolutas, graças à competição pelo método democrático. Haveria então uma rotatividade, em que o povo poderia sempre escolher quem iria representá-lo.

Quanto à incompreensão da argumentação dos participacionistas clássicos em sua perspectiva normativa, os elitistas restringem-se a tratar suas contribuições ao debate da participação democrática, atribuindo veladamente o mesmo caráter a vários aspectos da teoria clássica.

A Teoria Pluralista da Democracia Política ganha evidência com Dahl, que assume, assim como Schumpeter, que a democracia é um método, e que na prática não existe democracias, mas, poliarquias, conforme explicam Silva *et al* (2013). Quando Dahl se refere à democracia está fazendo referência a termos normativos, e quando se refere à prática do regime democrático utiliza o conceito de poliarquia.

Apesar de concordar com Schumpeter em alguns aspectos, Dahl procura especificar sob quais condições um regime pode se tornar democrático, evidenciando as condições sociais e econômicas que podem facilitar ou dificultar o processo de democratização. O conceito de poliarquia é de um mecanismo de avaliação empírica de modelos de governo.

Conforme expõe Medeiros (2016, p. 106), Dahl indaga quais características teriam de ser atingidas para que um regime político adquirisse a capacidade de ser responsivo perante os cidadãos. Essas características poderiam ser resumidas em três.

- 1ª Em democracias, os cidadãos deveriam ter plenas oportunidades de formular suas preferências, de criar e sistematizar interesses e vontades.
- 2ª Essas preferências deveriam poder ser expressas publicamente pela ação individual, como o voto, ou coletiva, com a criação de grupos de pressão, por exemplo.
- 3ª Tais preferências deveriam ser igualmente consideradas pelo governo, sem discriminação com base em quem as manifesta publicamente.

Em sociedades de grande escala, compostas por um grande número de pessoas, para que essas três possibilidades fossem concretizadas seriam

necessárias oito garantias institucionais para caracterizar um perfil básico de democracia, conforme elencadas abaixo:

Liberdade de formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos políticos; direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; fontes alternativas de informação; eleições livres e idôneas; instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (DAHL, 1997, p. 27).

Conforme explicam Silva *et al* (2013, p. 1813), a análise de Dahl é construída a partir de dois pilares: o da contestação pública e o da inclusividade.

Uma poliarquia é caracterizada como um regime político que possibilita um nível de participação e de contestação alto. O pluralismo é entendido como a possibilidade de diferentes grupos conseguirem poder político. Dessa forma, se há competição pelo poder político em diferentes arenas, existe um nível alto de contestação pública, ou seja, oposição. Da mesma maneira – numa poliarquia – também é necessário um alto grau de inclusividade, tanto para os cidadãos que participam de algum grupo, quanto para os que não participam. O principal provedor dessa inclusividade é o sufrágio universal.

Dahl propõe que os regimes que se encontram mais aproximados da competitividade e da inclusividade sejam chamados não de democracias, mas de poliarquias, que significa ‘o governo de muitos’.

A poliarquia idealizada por Dahl permitia a participação do cidadão, por intermédio de grupos e associações voluntárias, para discutir as melhorias para a sociedade, mas não de forma direta nas tomadas de decisão. Dahl acredita que os grupos permitem que haja a inclusividade devido ao sufrágio universal, o que leva a um alto grau de contestação às decisões da elite, isso se for realizada por eleições regulares e idôneas, pelo sistema democrático.

Nesse cenário, pode-se perceber as diferenças entre o elitismo democrático defendido por Schumpeter e a poliarquia defendida por Dahl. Schumpeter não acreditava na possibilidade de participação racional do cidadão comum, já para Dahl, a participação política se fortalece quando o cidadão se reúne em grupo, atribuindo um alto grau de contestação às decisões políticas (SARTORI, 1994).

2.2.2 Teoria Democrática Popular - Modelo Participacionista e Modelo Deliberacionista

Nas últimas décadas surgiu uma nova linha de pensamento da participação do povo nas decisões do governo, a Teoria Democrática Popular, com seu modelo

participacionista defendido por Pateman e o modelo Deliberacionista, defendido por Habermas.

Essa teoria tem características que resgatam algumas das concepções dos participacionistas clássicos, a despeito das principais teses do elitismo democrático no campo acadêmico pelos vieses do seu conceito de democracia nos debates da ciência política (CREMONESE, 2008).

Segundo Medeiros (2016, p. 150):

Pateman fundamenta sua teoria participativa da democracia nas ideias do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau. Encontra nele uma reflexão a respeito dos efeitos psicológicos positivos da participação e de sua importância para o funcionamento das instituições em que transcorre o processo decisório.

Pateman rejeitou a ideia de que a democracia seja apenas normativa, como defendem os teóricos da Teoria Competitiva, como Schumpeter e Dahl.

(...) a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos

A participação política, dessa forma, desenvolve um senso de pertencimento à sociedade por parte de cada indivíduo que se envolve nos seus processos, seja por intermédio do voto, ou seja debatendo e defendendo seu posicionamento do que é melhor para a sociedade.

É preciso salientar, contudo, que Pateman (1992) reconhece as condições específicas elencadas pelo próprio Rousseau, para que uma democracia participativa como essa pudesse ser efetivada:

- (i) a existência de uma comunidade política de pequena extensão, como a pólis grega e as repúblicas italianas do Renascimento; e
- (ii) a ausência de grandes diferenças de status e de condição econômica entre os cidadãos, obrigando-os, por conta desse igualitarismo e dependência mútua, a colocar o interesse geral acima de seus interesses privados.

A participação em grandes sociedades contemporâneas e a grande diferença de classe social entre os cidadãos seriam impedimentos para que a democracia participativa se concretize. Se em Rousseau se apresentavam tais dificuldades, Pateman encontra em John Stuart Mill e George D. H. Cole, teóricos políticos ingleses, fundamentos para a concretização da democracia participativa.

Mill reconhece nas instituições políticas uma função educativa: ao governo não caberia apenas a eficiência na promoção do bem-estar material da população, mas também da elevação do seu intelecto, assim, a política não poderia ser julgada apenas pelo seu fim, que é a promoção do bem-estar, mas também pelos meios para atingi-lo, se mais ou menos educativo.

Sairia o homem da atividade econômica, de seus interesses e assuntos privados para um caráter ativo e espírito público. Para Cole, a mudança necessária para favorecer a democracia participativa na sociedade contemporânea estaria nos ambientes de trabalho, onde deveriam ser promovidas mudanças.

Segundo o autor, a mudança deveria estar na ruptura da organização hierárquica das indústrias, por ora composta por poucos, que deveria ser substituída por uma organização cooperativista, da qual os trabalhadores tomariam parte de todos os aspectos da empresa, inclusive sua administração (MEDEIROS, 2016).

Se a condição para que os indivíduos participem mais é o desenvolvimento de certas qualidades psicológicas ligadas a um caráter ativo e autônomo como ressaltam, cada um à sua maneira, Rousseau, Mill e Cole, e se essas qualidades dependem, por sua vez, da inserção em instituições cujos processos de decisão sejam abertos a todos, conclui-se que há a necessidade de se democratizar os espaços onde os indivíduos são socializados e treinados: a família, a escola, e o bairro ou região em que residem (MEDEIROS, 2016, p. 156).

Essas atividades ajudariam a desenvolver a autoconfiança e a competência necessária para governar, primeiro as próprias vidas, depois, transferindo essas mesmas habilidades à atividade política formal.

Para tanto, as instituições governamentais devem ser descentralizadas, permitindo criar oportunidades de participação direta dos cidadãos comuns na escala local, comunidades e cidades, o que proporcionaria ao cidadão o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, levando-o a se autogovernar.

Dessa forma, o viés da democracia participacionista permitiria a condição necessária para passar de um governo consentido pelos eleitores, conforme definição de Schumpeter, que classifica o cidadão comum como irracional e alheio aos interesses dos negócios públicos, para uma forma de organização política mais próxima da democracia como governo do povo.

As experiências com o orçamento participativo e os movimentos sociais em alguns países expressam bem a ideia de procedimentalismo participativo, que

transforma atitudes dominantes pelo crescimento da cidadania e pela incorporação de atores sociais usualmente marginalizados no jogo político, fortalecendo o engajamento político, a articulação contra-hegemônica entre o local e o global, com a consequente ampliação do experimentalismo democrático.

Avritzer e Santos (2009) não deixam de expressar os perigos de perversão e cooptação que podem advir dessa prática da democracia participativa, expressos na burocratização da participação, no empoderamento do instrumento participativo pelos partidos políticos e na extinção pela manipulação das instituições participativas, embora compreendam o aspecto virtuoso da participação cidadã.

De mesmo modo Tocqueville (2000), na obra 'A democracia na América' aduz várias ideias que se aproximam da teoria participativista, além de abordar temas como associativismo, igualdade de condições e liberdade e participação cívica fundamentados a partir do seu entendimento de democracia.

Ainda na mesma perspectiva, Tocqueville deu valor à teoria participativista quando procedeu estudos dos hábitos e costumes dos americanos. As principais bases que levaram à manutenção das leis e ao fortalecimento da democracia nos Estados Unidos foram o espírito público e a ação recíproca, o interesse coletivo, a ajuda mútua e a associação política (BONIFÁCIO, 2013).

Por fim, os teóricos participacionistas Pateman, Rousseau e Tocqueville, colocaram que um Estado democrático só poderá ser construído se o conjunto de cidadãos participar de forma direta da gestão do patrimônio público. Eles propõem que seja necessária a democratização de todos os locais em que haja interação dos indivíduos, reforçando a democracia direta em diversos setores e atividades.

Os teóricos sugerem, ainda, a institucionalização da democracia dentro de uma grande gama de associações voluntárias como meio de fomentar a democracia no cotidiano, nos mais variados âmbitos, aumentando, assim, o direito de todos os cidadãos intervirem na adoção de decisões que afetam suas vidas, alargando o entendimento de política, estimulando-os a uma consciência em maior grau em relação aos interesses coletivos, tornando-os mais participativos, responsáveis, ativos e comprometidos politicamente.

Quando os sistemas políticos forem democratizados haverá uma sociedade onde a socialização possa ocorrer em todos os âmbitos, e isso é imprescindível para que se tenha um governo democrático. O local de trabalho é a melhor e a mais importante área, já que proporciona educação coletiva (PATEMAN, 1992).

Na vertente deliberacionista há uma preocupação teórica pelo tema da deliberação, ou seja, do processo estabelecido de maneira discursiva e dialógica por meio do qual indivíduos expõem, recebem e avaliam razões ou justificativas em torno de uma dada questão (MEDEIROS, 2016, p. 157).

O que a vertente deliberacionista procura ressaltar é a necessidade de se pensar no momento anterior à tomada de decisão dos eleitores nas eleições ou dos parlamentares nas votações em plenário: no processo em que as diversas opiniões são formadas.

Em uma democracia, segundo Avritzer (2000), as opiniões que o mecanismo eleitoral registra e agrega, determinando qual sairá vitoriosa, precisam ser, elas próprias, produzidas de maneira democrática, quer dizer, delimitadas em uma discussão que envolva o maior número possível de cidadãos, todos eles livres e iguais uns perante os outros.

Defensor do modelo deliberacionista, em Habermas há uma preocupação quando se trata do resgate dos ideais individuais participativos da arena política, que posiciona o contraditório aos ideais liberais, referente à relação Estado/sociedade, que atribui aos indivíduos o papel central do processo.

A democracia seria, assim, um tipo de organização política em que as decisões coletivas são produzidas com o máximo de discussão, englobando o maior número possível de cidadãos: o conhecimento mútuo, portanto, e não a coerção física ou econômica, ou a manipulação propagandística. Seria a marca distintiva de regimes democráticos (MEDEIROS, 2016).

Segundo Medeiros (2016, p. 160) “um processo deliberativo dessa natureza não poderia, contudo, ocorrer de maneira espontânea – ele precisaria estar ancorado e garantido por espaços sociais, mais ou menos formalizados, que o tornassem possível”.

O grande obstáculo à realização desse ideal deliberativo seria a falta de acessibilidade do cidadão aos processos de discussão em arenas políticas. De um lado, políticos profissionais e burocratas discutindo e propondo soluções para os problemas coletivos, o que de certa forma tornava os processos de decisão mais ágeis, por outro lado pouco representavam os anseios da população.

Nesse cenário, a indagação repousa na seguinte questão: quais seriam as condições sociais e institucionais que fomentariam essa deliberação entre os cidadãos?

Segundo Medeiros (2016, p. 161), as praças, os cafés, a imprensa, com seus jornais e revistas, seriam exemplos de espaços públicos onde tem lugar a deliberação entre os cidadãos, fazendo da opinião pública nascida dessas trocas comunicativas um verdadeiro **contrapoder** (grifo do autor), capaz de fazer frente aos poderes econômico e administrativo – respectivamente, do mercado e do Estado – e de produzir uma sociedade baseada no pertencimento em cada comunidade.

Nesse espaço, o da esfera pública, os indivíduos interagem “fazendo imperar não o argumento de autoridade, mas a autoridade do (melhor) argumento” (MEDEIROS, 2016, p. 162).

O produto seria uma opinião pública ancorada, a um só tempo, na inviolabilidade legal dos direitos individuais e na soberania popular (HABERMAS, 1997), reafirmando que a política deliberativa conta, como uma das principais referências, as várias formas de comunicação.

Segundo Medeiros (2016, p. 164), o grande desafio da democracia contemporânea, conforme os autores deliberacionistas, seria o de “fazer reviver essa esfera pública autônoma, preservando-a, por exemplo, de uma “colonização” pela lógica econômica do mercado, como acontece também na privatização do debate dito público pelos grandes conglomerados dos meios de comunicação’.

Outro desafio seria o de conectar a opinião formada por essa esfera às decisões tomadas por políticos profissionais e burocratas no âmbito do poder administrativo como possíveis soluções para esses desafios, a fim de criar mecanismos para a incorporação mais efetiva dos cidadãos comuns ao processo democrático.

Habermas (1995) defende que a esfera pública permaneça formalmente desvinculada da esfera do Estado, funcionando apenas como um poder de pressão ao sugerir, por meio do voto e da ação coletiva, certas direções de ação aos políticos e burocratas.

Taylor (2000) argumenta acerca das perspectivas de resgate da esfera pública, que traz um espaço essencialmente debatido e discutido quanto à autoconsciência da política e deliberações com a participação de todos os cidadãos – e que isso possa engajar o potencial interessado na busca de uma ideia comum relativa a questões importantes e concepções racionais guiadas ao governo.

Sobre esse tema, Medeiros (2017, p. 165) complementa:

Propostas recentes, no Brasil e no mundo, de criar mecanismos extra eleitorais de participação política - como orçamentos participativos, conselhos e conferências de políticas públicas, audiências e consultas à população – podem ser considerados justamente como tentativas de institucionalização de uma comunicação mais eficiente entre cidadãos e agentes do Estado.

A solução da teoria participativa passa, por conseguinte, por uma descentralização da atividade decisória, conferindo à esfera local, próxima dos cidadãos, o poder de influenciar politicamente os rumos coletivos. Somaria a isso a necessidade de se democratizar também as esferas não políticas da vida, como a família e o mundo do trabalho, já que são responsáveis por parcela significativa do processo de formação e socialização dos indivíduos.

3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO JOVEM ELEITOR: um pouco de história

Ao longo da história brasileira, a participação eleitoral de homens e mulheres passou por vários estágios, seja por posse, idade ou gênero. Na época do Império, no ano de 1822, o voto era aberto e oral, como também era estendido aos analfabetos, que na época eram a maioria da população, porém, a participação era restrita a quem ganhasse pelo menos 100 mil réis, fosse homem e branco.

Quanto à regulação dos direitos políticos, Carvalho coloca o seguinte:

A Constituição regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos (CARVALHO, 2001, p. 29).

Embora Carvalho (2001) afirme que as mulheres não votavam, isso não estava registrado na legislação. As mulheres não participavam das eleições por causa da cultura vigente na época, portanto, a restrição estava subentendida. Não havia proibição, mas também não havia permissão para a participação das mulheres.

Em 1882, as eleições passaram a ser diretas e as regras para participação mudaram. Os eleitores deviam saber ler e escrever, impedindo, assim, a participação dos analfabetos. Para participar das eleições, o eleitor deveria também ter uma renda de, no mínimo, 200 mil réis por ano.

Em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou lei que introduzia o voto direto, eliminando o primeiro turno das eleições. Não haveria mais, daí em diante, votantes, haveria apenas eleitores. Ao mesmo tempo, a lei passava para 200 mil-réis a exigência de renda, proibia o voto dos analfabetos e tornava o voto facultativo (CARVALHO, 2001, p. 38).

No período de 1889-1930, época da chamada República Velha, foi abolida a comprovação de renda, contudo, ficou clara a exclusão de mulheres, mendigos e religiosos. O voto era de 'cabresto', visto que era fiscalizado pelos coronéis da época.

Na Era Vargas as mulheres adquiriram o direito ao voto, desde que tivessem uma atividade remunerada e fossem maiores de 21 anos. Essas mudanças ocorreram pelo Código Eleitoral de 1932, conforme Decreto nº 21.076.

O Código Eleitoral, criado em 1932 e baseado em reformas eleitorais prévias, é considerado um momento de grande evolução das instituições políticas brasileiras. Com a adoção do Código de 1932, a circunscrição eleitoral para as eleições de governadores e deputados passaria a ser delimitada de acordo com a extensão territorial dos estados brasileiros, e os eleitores poderiam votar em tantos nomes de candidatos quanto fossem as cadeiras do estado na Câmara dos Deputados (NICOLAU, 2002 p. 51).

O período de 1937 a 1945, conhecido como Ditadura Vargasista, não é conhecido como Estado Novo. Foram extinguidos todos os direitos políticos dos cidadãos brasileiros e a participação política. Nessa fase não houve eleições, que ocorreu apenas em 1945. A legislação regularizou a idade de 21 anos para 18 anos, reduzindo a idade mínima obrigatória para o voto.

No período de 1945 a 1964 houve uma crescente participação política: era o início da democracia que seria interrompida pelo golpe militar de 1964. Embora a participação política tenha aumentado, os analfabetos ainda não tinham o direito ao voto. Este foi considerado o primeiro período da democracia brasileira, que durou 19 anos.

Em 1946 foi elaborada uma nova Constituição, e com ela foi revogada a exclusão dos mendigos na participação eleitoral, mas continuou a restrição aos analfabetos. No período de 1964 a 1984, período da ditadura militar, as eleições eram indiretas e os partidos políticos foram reduzidos ao sistema bipartidário: ARENA e MDB.

Tal sistema durou até o ano de 1979, quando o Congresso aprovou a Lei de Reformulação Partidária: o bipartidarismo foi extinto e em 1980 foram restauradas as eleições diretas apenas para governadores, marcadas para 1982.

Em 1985 aconteceu a vitória do civil Tancredo Neves em eleições indiretas. A última da história do país, chegando ao fim o período da ditadura. Em 1988, com a promulgação da nova Constituição federal, consagrou-se o retorno da democracia brasileira. Com a nova Constituição, houve eleições diretas para Presidente da República, trazendo o sufrágio universal, incluindo o voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos, idosos e analfabetos.

Diante desse percurso da história política brasileira quanto à participação política pelo voto, pode-se verificar que foi apenas em 1988, com a promulgação da atual Constituição, que foi garantido o direito ao voto do jovem eleitor com faixa etária entre 16 anos completos a 18 anos incompletos: o voto facultativo.

Como o voto nessa faixa etária não é de caráter obrigatório, supõe-se que o jovem eleitor tenha a intenção de votar incentivado pelas mudanças na sociedade e pelo que o seu voto possa proporcionar, como, por exemplo, eleger candidatos que sejam comprometidos com a melhoria da sociedade e, conseqüentemente, com a qualidade de vida da população.

Antes do voto é preciso realizar o cadastramento eleitoral, e só depois participar efetivamente das eleições por intermédio do voto. De acordo com dados fornecidos pela página oficial do Tribunal Superior Eleitoral, em 2014 houve 1.638,751 cadastramentos de jovens eleitores, e em 2010 houve 2.243,200, o que representa uma queda expressiva de 604.449 cadastramentos.

Essa queda aponta a apatia por parte deste grupo eleitoral, que pode ser justificada pelos movimentos sociais de junho de 2013, período em que houve grandes protestos de âmbito nacional sobre as mais variadas temáticas, como, por exemplo, a melhoria nos setores de saúde, de educação, e contra o aumento do vale-transporte.

É importante perceber como os eleitores dessa faixa etária sentem-se e como se comportam diante da política, pois, embora o voto não seja obrigatório, nas urnas tem o mesmo valor do voto obrigatório. Entender que esse jovem, que passa por mudanças físicas e emocionais, pode trazer alterações significativas para a sociedade, com uma nova visão quanto à participação política. Conforme apresenta Prá (2004, p. 97), “os jovens passam por transições fisiológicas, emocionais e sociais que refletem a maneira como percebem o mundo”.

De acordo com as colocações citadas, pode-se perceber que a juventude, assim como outras faixas etárias, não é homogênea. Logo, é preciso perceber esse jovem que apresenta características diferentes, dependendo do contexto onde está inserido, para entender suas necessidades e suas motivações para comparecer às urnas nas eleições.

Em relação às motivações para comparecer às urnas nas eleições, exercer a democracia participativa pode ser um bom incentivo. Araújo (2007) considera que a participação política não deve ser entendida apenas como o comparecimento às urnas nas eleições, mas, sim, quando é exercida a democracia participativa: opinando, debatendo propostas e deliberando sobre as propostas, sobre as políticas públicas, a fim de proporcionar melhoria de vida para si e para a coletividade.

Essa participação pode ocorrer por intermédio de várias instituições sociais, como a família, a igreja e associações, e ainda no âmbito público, como orçamento

participativo e Conselhos, da saúde e da educação, por exemplo. Quando o eleitor se encontra inserido nas atividades políticas locais e regionais, ele tem um melhor entendimento da gestão pública e, por conseguinte, uma participação mais efetiva e consciente nos processos eleitorais.

A Constituição federal brasileira (1988) estabelece os parâmetros para uma democracia com mais participação e esses direitos se estendem também ao jovem eleitor, para que possa participar não tão somente por intermédio do voto, mas como agente de transformação da sociedade.

Quando se fala na participação política dos jovens, Araújo (2007) expõe, em sua pesquisa que traz o título 'Voto e Participação nas Eleições dos Jovens Estudantes de Londrina', uma tendência que já havia sido identificada por Schmidt (2001).

Araújo (2007) mostra, na sua pesquisa, que os jovens que participam de associações religiosas e grêmios estudantis têm maior grau de participação política e, por consequência, maior envolvimento com a coletividade, aumentando sua atuação e compreensão da realidade social.

A pesquisa citada foi realizada em 2006, no estado do Paraná, com alunos do ensino médio na faixa etária entre 16 e 17 anos, em uma amostra de 270 participantes. Na amostragem foram selecionadas como critérios as seguintes variáveis: a) se estuda em escola pública ou privada; b) se participa ou não da atividade comunitária; c) diferença de gênero; d) se trabalha ou não trabalha (ARAÚJO, 2007).

Na referida pesquisa, sobre as questões voltadas especificadamente ao voto, foram tratados os seguintes dados, elencados na Tabela 1:

Tabela 1 - Participação nas eleições: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina/PR, 2006. N=270

		Sim	Não	Não sei
1)	Você já providenciou o título de eleitor?	31%	69%	0%
2)	Você acha que o voto deve ser obrigatório?	44%	46%	10%
3)	Você concorda com o voto a partir dos 16 anos?	71%	20%	9%

Fonte: Araújo (2007).

Conforme os dados apresentados na Tabela 2, Araújo (2007) chama a atenção para o índice de 69% de jovens que não têm título de eleitor. É importante salientar

que embora não tenham o título, 71% concordam com o direito de votar a partir dos 16 anos de idade.

Em uma pesquisa mais atual, ocorrida no ano de 2017, o TSE (2018) criou programas sociais para verificar o comportamento do jovem eleitor sobre temas como política, eleições e participação na democracia. Esse programa é intitulado “#PartiuMudar” e desenvolveu uma pesquisa com 2.511 jovens entre 16 e 17 anos, eleitores ou não, e jovens entre 18 e 20 anos, que tenham ou não votado nas últimas eleições.

Para a realização da pesquisa foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, questionário com questões fechadas, enviado pela *web*, com amostras representativas de cada região.

Nesta pesquisa foi dada maior ênfase aos participantes na faixa etária de 16 anos completos a 18 anos incompletos. Conforme os dados apresentados, o questionário foi aplicado em 151 jovens eleitores de 16 anos e em 257 jovens eleitores de 17 anos. O questionário aplicado foi desenvolvido com questões fechadas de múltipla escolha. Para que se chegasse à representatividade dos agentes sociais, foram coletadas cotas variando o gênero, idade e região geográfica.

Com relação à pesquisa do TSE, foram apresentados os resultados que englobam os jovens eleitores de 16 e de 17 anos. Em um primeiro momento, a pesquisa relaciona o número de respondentes por região na sequência: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Em seguida, aponta quais dos jovens eleitores respondentes têm título de eleitor e se votaram nas últimas eleições. Em relação às próximas eleições, questiona-se que nota daria para a probabilidade de votar, de acordo com o critério: 0 ‘com certeza não votará’ e 10 para ‘com certeza votará’.

Outras questões também foram levantadas, referentes ao envolvimento dos jovens em algum projeto de cunho social, de ajuda voluntária ou cidadania, bem como qual o grau de credibilidade nas operações de combate à corrupção e se essas operações irão mudar a política no Brasil.

Para tanto, os respondentes deveriam dar uma nota entre 0 e 10, sendo 0 para ‘nada vai mudar’ e 10 para ‘vai mudar muito’. Também foi perguntado sobre a importância das eleições, em que os jovens deveriam dar uma nota entre 0 e 10, sendo 0 para ‘nenhuma importância’ e 10 para ‘extremamente importante’. Por fim,

perguntou-se em quais meios de comunicação procuram informações sobre política e eleições e qual a opinião em relação à segurança da urna eletrônica.

Para cada número de respondentes foi extraído o percentual de respostas, portanto, pode-se comparar, em porcentagem, quantos responderam positivamente ou negativamente cada questão, e não a quantidade de pessoas. As questões da pesquisa quantitativa serão apresentadas a seguir, e cada uma delas traz o número de respondentes de acordo com a idade e a região.

Na Região Norte, 75% dos respondentes de 16 anos têm título de eleitor, e considerando a porcentagem de respondentes, é a região onde o jovem mais participa, seguida da Região Sul. Com os participantes de 17 anos, o resultado é bem próximo ao de 16 anos, considerando o número de respondentes. Quem mais tem o título de eleitor é o jovem da Região Norte, com 78,94%, seguida pela Região Sul, com 71,69%.

Nota-se que é um número bastante expressivo em relação à porcentagem; porém, dois pontos devem ser levados em consideração. Primeiro, o número de respondentes é pequeno, e também é pequena a porcentagem de quem tem o título de eleitor, já que no estado de Rondônia, segundo o TSE (2018), no período de 2008 a 2016, apenas 29,16% da população de jovens eleitores, em média, fizeram o cadastramento eleitoral.

Quanto à participação nas últimas eleições, o jovem eleitor de 16 anos da Região Norte novamente se destaca, apresentando uma participação de 91,66%, e, em segundo lugar, a Região Nordeste, com 90,91%. Já o jovem de 17 anos, da Região Norte, mostra que esse grupo foi o que mais participou, seguido pela Região Nordeste, com 88,46%.

Esse dado se explica, pois a pesquisa foi realizada em 2017 e houve eleições em 2016. Muitos jovens eleitores de 17 anos agora, naquela época com 16, puderam exercer o direito ao voto.

Em relação à probabilidade de votar nas próximas eleições, o jovem de 16 anos da Região Sul se destaca com a maior intenção de voto, 61,76%, seguido pelo da Região Norte com 50%. Já o jovem de 17 anos da Região Sul apresenta maior probabilidade de votar (64,15%), seguido pelo da Região Norte com 57,89%.

Em se tratando do envolvimento em projetos de cunho social, o maior número de participantes de jovens eleitores de 16 anos é o da Região Norte com 33,33%, e em seguida da Região Sudeste, com 31,11%. Entre os jovens eleitores de 17 anos, o

maior número de participantes também é da Região Norte com 31,58%. Segue a Região Sudeste, com 30,99%.

Quanto à crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, 21,21% dos jovens de 16 anos da Região Nordeste acreditam que sim, segue a Região Sul, com 17,65%. Nessa questão, 21,16% dos jovens de 17 anos da Região Nordeste acreditam que sim, seguidos pelos da região Sul com 18,87%. Um resultado bastante parecido com o do jovem de 16 anos.

Sobre a importância das eleições, quem mais considera importante é o jovem de 16 anos das regiões Nordeste e Sul, empatadas com 84% dos respondentes de cada região. Ainda sobre tal importância, quem mais acha importante é o jovem de 17 anos das Regiões Nordeste e Sul, novamente empatados com 84% dos respondentes de cada região.

No que se refere aos meios de comunicação mais procurados para obter informações, os jovens de 16 anos procuram acessar mais a televisão e as redes sociais. Os jovens com 17 anos procuram acessar mais a televisão e as redes sociais.

Referente à opinião dos jovens em relação à segurança da urna eletrônica, a pesquisa apontou que os de 16 anos da Região Nordeste acham que é segura, com 48,48%. Na Região Sudeste, os dados apontaram que os jovens acham que não é segura, com o maior número de respondentes: 37,78%.

Os jovens de 17 anos da Região Nordeste, nessa questão, apontaram a segurança da urna eletrônica: 48,07% acham que é segura. Na Região Sudeste, os jovens acham que não é segura, com maior número de respondentes: 38,03%.

Quanto a achar que o seu voto pode contribuir para um país melhor, os jovens de 16 anos da Região Nordeste concordam totalmente, com 57,38%. Os da Região Sudeste são os que menos concordam com essa afirmação, pois 11,12% discordam totalmente. Os jovens de 17 anos, por sua vez, concordam totalmente, com 55,77%, na Região Nordeste. Já na Região Sul, 9,43% dos respondentes discordam totalmente dessa afirmação.

Segundo o TSE (2018), os resultados da pesquisa serviram para informar que o jovem eleitor tem estado absorto, apresentando certa dificuldade de participar politicamente e assumir responsabilidades. Acredita-se que o exercício da cidadania é de suma importância para trazer a realidade tal qual se coloca. Considera-se que a dureza da realidade contrastada com tais fragilidades possa vislumbrar uma

esperança de dias melhores, ao levantar questionamentos acerca da importância da participação eleitoral e política.

Nesse sentido, a Justiça Eleitoral tem um papel importante por meio da comunicação institucional, para que a cidadania seja uma prática constante e não apenas em anos eleitorais. O jovem precisa entender que ele tem participação nos processos políticos, o que é de suma importância para se construir um mundo melhor, onde jovens cidadãos podem e devem ser ouvidos com maior constância.

Araújo (2007) reforça essa ideia, ressaltando que faltam mecanismos institucionais voltados aos jovens, que facilitem o diálogo entre as várias esferas da sociedade, aumentem a confiança nas instituições e elevem o nível de participação política.

Para suprir a primeira necessidade apontada, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO), a fim de aumentar a participação dos jovens pelo voto nas eleições, criou o Programa #PartiuMudar, voltado para a cidadania democrática, direcionado para os jovens eleitores, alunos do ensino médio.

O Programa intensifica sua programação na Semana do Jovem Eleitor, que acontece em todos os estados, no período de 6 a 10 de novembro, com o apoio da Justiça Eleitoral, do Fundo nas Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e das Escolas Judiciárias Eleitorais, reforçando entre os jovens a importância da participação política, motivando-os a realizarem o alistamento eleitoral.

O #PartiuMudar surgiu para complementar outro programa, criado para os alunos do ensino fundamental com o tema 'Eleitor do Futuro', a fim de fortalecer a cidadania dos futuros eleitores.

Ilustração 1 - Semana do Jovem Eleitor



Fonte: TRE (2018).

Políticas públicas como o Programa #PartiuMudar são importantes para trazer informações ao eleitorado da situação atual do país e motivar os eleitores dessa faixa etária a participar de forma consciente, tanto pelo voto quanto nos processos decisórios do país, contribuindo para o bem da sociedade.

Quando se discute o bem da coletividade, refere-se ao bem comum de todos, visto que são decisões tomadas em audiências públicas, definindo políticas públicas que favoreçam a realização das transformações na sociedade.

Para Costa (2004), as políticas públicas são um conjunto de políticas de caráter econômico, social e ambiental, implementadas em todas as esferas de governo, visando atender às necessidades específicas de grupos sociais específicos. Visam ainda sanar e fomentar setores da sociedade desprotegidos e são uma forma de o Estado desempenhar seu papel social, garantido, dessa forma, o bem-estar da coletividade.

No que tange ao sufrágio universal, o pilar da democracia, é de suma importância para a organização do Estado, além de ser uma ferramenta de efetivação da cidadania na participação política como direito fundamental, permitindo o exercício dos direitos políticos e a garantia dos direitos fundamentais.

Nessa perspectiva, Freitas (2010) ressalta que é preciso discutir o voto dos jovens como um meio de mudança e de transição de gerações, levando a estágios de controle social, conscientização e mobilização política dos cidadãos. O processo de eleição não será capaz de transformar sozinho, mas não restam dúvidas que representa uma ocasião para a discussão e para a obtenção de maiores direitos e participação.

Vale ressaltar que a participação política não acontece apenas por intermédio do voto, mas também pelas agências de socialização. Segundo Schmidt (2001), são exemplos de agências de socialização a igreja, a escola, a família, o ambiente de trabalho, partidos políticos, os movimentos sociais e a mídia.

Dentre os agentes de socialização, os movimentos sociais constituem um fenômeno presente no mundo todo. Segundo Habermas (2003, p. 99), "os movimentos sociais possuem uma fundamentação própria para evidenciar as mudanças esperadas na sociedade civil." Tem-se, assim, que esses movimentos evidenciam problemas sociais que afetam todas as camadas da sociedade em busca de transformações.

Os movimentos sociais servem para fomentar a cidadania, tornando-se um instrumento político-social. Por isso, são analisados os saberes, buscando as redes de articulação, nas quais os movimentos podem se estabelecer na prática cotidiana, favorecendo a compreensão de como os fatores gerados para as mudanças comportamentais sobre a cultura política vão sendo construídas no processo democrático.

Os movimentos sociais contêm vários estratos da sociedade, tais como os trabalhadores, grupos de mulheres, estudantes e jovens. Gohn (2008) ressalta que esses movimentos nas suas características básicas têm identidade, têm um opositor, são alvos bem definidos e articulam de forma a conseguir os seus objetivos, que se qualificam em um projeto de transformação da sociedade. Pode-se inferir que na essência dos movimentos sociais existe sempre a necessidade do coletivo. As reivindicações dos movimentos sociais estão sempre voltadas para o coletivo que representam ou defendem.

Ao conceituar os movimentos sociais, Mutzenberg (2011) traz uma discussão quanto aos movimentos identitários, que se caracterizam pelos grupos indeníários como gênero, indígenas, portadores de necessidades especiais, imigrantes, étnico-raciais, religiosos etc. Esses movimentos se destacam por buscar melhorias em relação às condições de vida e trabalho, tanto no campo quanto nas cidades.

Gohn (2011) complementa essa ideia, definindo que os primeiros movimentos identitários são movimentos de segmentos que se enquadram nas camadas populares, como as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos portadores de necessidades especiais, dos emigrantes.

Sabe-se que os movimentos que lutam por melhores condições de vida tanto no campo quanto nas cidades são enquadrados como movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, e são responsáveis pela globalização de diversas temáticas defendidas pelos movimentos sociais.

Segundo Gohn (2010), os movimentos sociais são considerados elementos fundamentais nas sociedades modernas, pois podem construir uma nova ordem social e não agentes perturbadores da ordem. Cada vez esses movimentos são importantes, em especial no âmbito político, tornando-se, não raras vezes, vozes indispensáveis na formulação de políticas.

Jesus (2012) descreve que podem romper com o paradigma de comando de cima para baixo, podendo construir relações que tenham a democracia com um

número maior de cidadãos participantes e ações contínuas e organizadas, demonstrando a função desses movimentos para favorecer mudanças políticas para democracias plenas.

Há, ainda, vários momentos de manifestações que tiveram grande impacto nas transformações ocorridas no Brasil. Dentre elas, podem-se citar os movimentos 'O petróleo é nosso', em 1953, O 'Diretas Já' no ano de 1985; o movimento que buscou o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, no ano de 1992, e o movimento 'Passe Livre' ocorrido em junho de 2013.

Sobre o movimento 'O petróleo é nosso', conforme explica Cotta (1975, p. 79):

essa ampla campanha em favor do monopólio estatal do petróleo organizou-se em todo o Brasil, mobilizando estudantes universitários, profissionais liberais e militares. Os nacionalistas ficaram ao lado de Getúlio Vargas, que em sua campanha eleitoral, em um discurso na Bahia, prometera uma lei de exploração do petróleo pelo Estado Brasileiro.

O 'Diretas Já' foi o nome dado ao movimento que se refere às eleições que iriam ocorrer no ano de 1985 para a Presidência da República, em que os movimentos de oposição ao regime militar almejavam o voto direto (MALUF, 2017).

Conforme citado anteriormente, o processo de *impeachment*, em 1992, culminou com a renúncia do presidente Fernando Collor de Mello em meio a denúncias de corrupção, e foi o resultado de meses de investigação parlamentar.

Antes do *impeachment*, o então presidente, em busca de apoio, fez um pronunciamento pedindo para que a população fosse às ruas, em 16 de agosto, vestida com as cores da bandeira nacional. Na época, havia muita rejeição ao governo, e o povo não atendeu ao seu pedido e saiu vestido de preto, em protesto.

Entre os manifestantes no movimento destacaram-se grupos de estudantes, que foram chamados pela imprensa de 'caras-pintadas', por pintarem o rosto com as cores da bandeira nacional (BARBOSA *et al*, 2016).

Outro grande movimento ocorreu em junho de 2013. Foi um momento em que a instabilidade pairava no Brasil por causa de alguns fatores que geravam revolta popular, como gastos públicos exorbitantes com grandes eventos esportivos internacionais, taxas elevadas de corrupção e impunidade.

Esses fatores, mais tarde, levaram às primeiras manifestações de movimentos sociais e a repressões policiais, transformando-se nas grandes manifestações plurais. O 'Movimento Passe Livre' (MPL) foi o mais importante para a ignição desses acontecimentos.

Conforme demonstra Moraes e Santos (2013, p. 194):

Em junho de 2013, o Brasil foi palco de manifestações sociais e políticas que não têm precedente na história do nosso país. Tudo começou com um ato de protesto político contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, encabeçado pelo Movimento Passe Livre; mas por conta da intensa violência policial que veio como resposta, uma onda de insatisfação se espalhou pelo país dando início à “primavera brasileira”.

O MPL, com seus protestos em razão do aumento de R\$ 0,20 nas tarifas de transporte público, acabou atraindo outras camadas da população brasileira, que se mobilizaram em movimentos sociais ou simples manifestações de rua. Sobre esse assunto pontua Warren (2013, p. 422):

Os movimentos sociais organizados têm uma relativa permanência temporal e tendem, no mundo contemporâneo, a se estruturar sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista a conquista e a mobilização de ativistas, a produção de ações de advocacia e de interferência nas políticas públicas, ou a produção de mudanças na cultura, na política ou no sistema social de forma mais abrangente.

Nesse sentido, corrobora Pinto (2017, p. 129):

As manifestações tomaram um rumo diferente do que se previa nas convocações do MPL e se tornaram eventos contra a corrupção, os políticos, os partidos políticos, o governo, os serviços públicos. Os participantes eram jovens, alguns pertenciam a grupos organizados, mas a maioria chegou às ruas através das redes sociais, como indivíduos em grupos de amigos e sem militância política anterior em partidos ou movimentos sociais.

Por outro lado, as manifestações de rua têm seu público com interesses mais defasados, grupos que não tinham um posicionamento ideológico claro e muito menos um planejamento político, como as pessoas que foram movidas apenas pela comoção dentro das redes sociais, e também por grupos violentos como os *Black Bloc* (Bloco Preto).

Esse grupo tem características muito próprias, tanto na forma de apresentar-se publicamente, todos vestidos e mascarados de preto, quanto de atuação propriamente dita, com diversidade tática, incluindo ações pacíficas e violentas. Tal grupo passou a chamar a atenção de quem acompanhou as manifestações (BORGES, 2017, p. 356).

A peculiaridade das manifestações de 2013 demonstra que não necessariamente tais movimentos precisam estar associados a movimentos sociais organizados. Uma parte substancial das pessoas que se manifestaram era composta por indivíduos sem nenhum vínculo partidário, foram levados somente pelo ensejo das redes sociais.

O ano de 2013 evidenciou ainda mais as contradições políticas do Brasil, onde pessoas sem projeto político se manifestaram e, concomitantemente, promoveram a ascensão e intensificação dos movimentos já existentes.

Os movimentos sociais no Brasil no século XXI têm se mostrado diversificados, e especificadamente no ano de 2013 houve um aspecto de iniciativa e de conversação. Mesmo havendo conflitos entre os grupos, as passeatas formadas por mais de um movimento social, pessoas interessadas em expor sua indignação perante a realidade brasileira conseguiam se expressar. Havia grande quantidade de pessoas inconformadas unidas não pela mesma ideia, mas pela vontade de entrar em conflito com a estrutura vigente (WARREN, 2013).

Em suma, ao analisar as movimentações ocorridas em 2013, é possível concluir que o movimento representou, de fato, um momento fundamentalmente civil, em que pessoas aparentemente comuns, ao se identificarem com algumas pautas específicas, decidiram manifestar-se.

Mais do que isso, o ano de 2013 deixou em evidência que, semelhantemente aos movimentos do final do século XX e início do XXI, a população brasileira é essencialmente ambígua no aspecto político. Afinal, está se falando de uma população marcada por um recente governo ditatorial e que, por muito tempo, ficou impedida de se manifestar.

Não são poucos, em todo o país, os problemas com a baixa qualidade da educação, da saúde, da segurança, da moradia, da assistência social e da previdência social, todos direitos constitucionais especificados no artigo 6º da Constituição federal brasileira. Em outras palavras, temos os direitos garantidos pela lei mais importante do país, mas, na prática, o cidadão brasileiro comum ainda enfrenta enormes dificuldades para ter acesso aos direitos sociais com qualidade.

Conforme relatado, os movimentos sempre existiram como instrumentos em busca de transformação social. Dentre os citados, neste estudo busca-se refletir se o movimento de 2013 serve como parâmetro para explicar a queda de participação do jovem eleitor nas eleições de 2014 no município de Porto Velho, já que, de acordo com os dados obtidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, houve uma diminuição na participação eleitoral de 10,96% do ano de 2012 para 2014.

Nessa direção, os movimentos sociais que eclodiram no país em junho de 2013 também aconteceram na capital de Rondônia, mais especificadamente em 20 de

junho de 2013, na Praça da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, onde houve a concentração em torno de trinta mil pessoas.

As principais reivindicações e críticas foram endereçadas ao governador do estado na época, Confúcio Moura (PMDB), e ao então prefeito da capital, Mauro Nazif (PSB). Isso sim deveria ser aprofundado, os movimentos sociais juvenis em Porto Velho

Para compreender melhor os movimentos sociais ocorridos em Porto Velho, Estado de Rondônia, se faz necessário conhecer as particularidades desta região que faz parte da Amazônia ocidental.

O município de Porto Velho foi formado por imigrantes de todas as partes do Brasil. No início (1907), para a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, produzida por empresas estrangeiras, vieram para o território rondoniense, mais especificadamente para a região de Porto Velho, trabalhadores de várias partes do mundo.

Essa movimentação, em decorrência da construção da rodovia, promoveu o crescimento do então povoado, dando origem ao município de Porto Velho. A criação do município se deu em 2 de outubro de 1914, pela Lei nº 757, naquela época ainda como parte do estado do Amazonas.

Segundo o IBGE (2018), o município tem uma população de 511.319 habitantes e um território de 34.090,926 km².

4 PARTICIPAÇÃO DO JOVEM ELEITOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO NO PERÍODO DE 2008 a 2016

O objetivo geral deste estudo é pesquisar o comportamento político do jovem eleitor do município de Porto Velho. Para se chegar ao objetivo geral proposto, foram estabelecidos três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico é realizar uma pesquisa no Tribunal Regional Eleitoral a fim de verificar a participação política do jovem eleitor no município de Porto Velho, pelo voto, no período de 2008 a 2016. Desta feita, encaminhou-se ao TRE, um pedido com o relatório das nove eleições que compõem o período supracitado.

O TRE encaminhou o relatório dos anos e 2008 a 2016, justificando que os dados anteriores a esse período não foram obtidos por que não conseguiram filtrar os resultados da participação política do jovem eleitor, portanto, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir, os números referem-se ao período solicitado.

Os dados foram coletados separados. Primeiro, o resultado de 16 anos no período de 2008 a 2016, e a seguir os resultados equivalentes à participação política pelo voto do jovem eleitor de 17 anos no mesmo período.

Quadro 1: Título e voto do eleitor de 16 e 17 anos

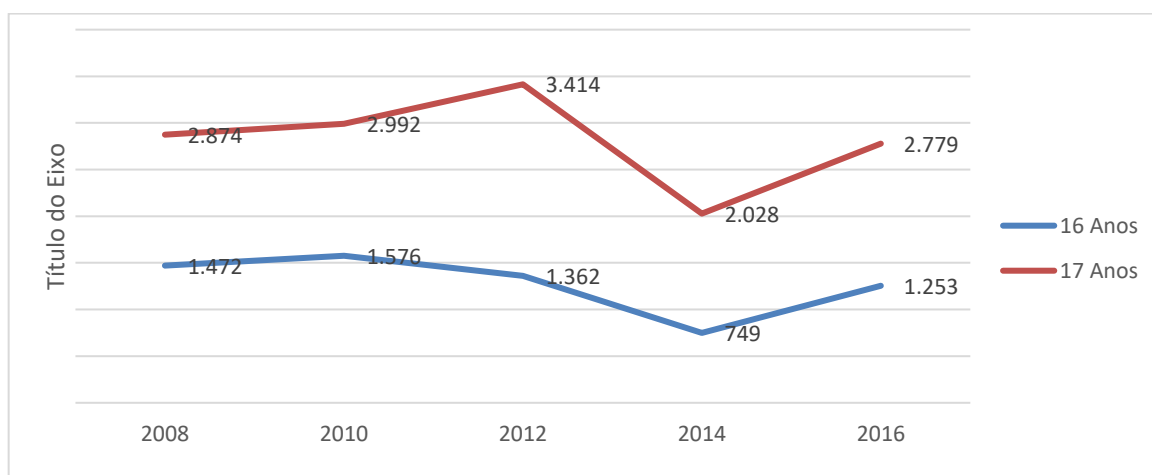
Ano	Idade	Título	Votou
2008	16	1.715	1.472
2008	17	3.382	2.874
2010	16	2.110	1.576
2010	17	3.775	2.992
2012	16	1.789	1.362
2012	17	4.536	3.414
2014	16	953	749
2014	17	2.709	2.028
2016	16	1.664	1.253
2016	17	3.583	2.779

Fonte: TSE (2018).

O Gráfico 1, a seguir, apresenta as informações obtidas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018), com o voto do jovem eleitor de 16 anos completos (linha azul) e 17 anos (linha vermelha). Das duas faixas etárias, de 16 e 17 anos, no ano de 2008

no município de Porto Velho, 5.092 jovens tinham título de eleitor e, destes, 4.346 votaram, o que equivale a 87,25% de quem tinha título nessa faixa etária e votou.

Gráfico 1 - Participação eleitoral dos jovens de 16 a 17 anos nas eleições no município de Porto Velho no período de 2008 a 2016.



Fonte: TSE (2018).

Destaca-se que a população que faz parte dessa faixa etária no período delimitado estava em torno de 16.597 habitantes (IBGE, 2018). O Gráfico 1 apresenta uma linha evolutiva da participação política do jovem eleitor em Porto Velho, nos anos seguintes:

- **2010:** tinham título 5.493 jovens eleitores e votaram 4.568, o que equivale a 83,16% de quem tinha título nessa faixa etária e votou;
- **2012:** tinham título 5.222 jovens eleitores e 4.776 votaram, o que equivale a 91,46% de quem tinha título nessa faixa etária e votou;
- **2014:** 3.983 jovens eleitores tinham título e 2.777 votaram, o que equivale a 69,72% de votantes. Essa eleição apresentou a maior diferença de quem tinha título e não votou: 30,28%; e
- **2016:** tinham título 4.413 jovens eleitores. Destes 4.032 votaram, o que equivale a 91,37% de quem tinha título nessa faixa etária e votou.

Os dados apresentados permitem verificar que o eleitor de 17 anos é mais participativo do que o de 16 anos, o que pode ocorrer dada a maior proximidade com o voto obrigatório. Outro fato observado é a queda na participação eleitoral, de 10,96%, das eleições de 2012 para 2014, período que foi marcado por intensos movimentos sociais, mais precisamente em junho de 2013.

Os protestos em junho de 2013 reivindicavam, dentre os muitos desejos dos brasileiros, qualidade na saúde, qualidade do transporte coletivo, qualidade da segurança pública e críticas em razão de o Brasil sediar a Copa do Mundo. No estado de São Paulo, o protesto, nesse momento, ganhou força principalmente pelo aumento da passagem do transporte coletivo.

A queda na participação eleitoral no ano de 2014, não foi apenas a nível do município de Porto Velho. A nível nacional, pode-se observar no quadro abaixo, que de 2012 para 2014, houve uma redução na participação eleitoral do jovem eleitor de 54, 73%, conforme se pode observar, em 2012 a participação eleitoral ocorreu em torno de 2.521,198 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil e cento e noventa e oito) jovens eleitores, e em 2014 a participação se deu em torno de 1.380,095 (um milhão, trezentos e oitenta mil e noventa e cinco eleitores (TSE, 2019).

Quadro 2: Estatística do Eleitorado do Jovem Eleitor a Nível Nacional no Período de 2008 a 2016.

IDADE	PERÍODO				
	2008	2010	2012	2014	2016
-	2008	2010	2012	2014	2016
16	780,501	641,045	855,139	327,930	562,785
17	1.703,227	1.359,892	1.636,059	1.053,020	1.390,768
16/17	2.483,728	2.000,937	2.521,198	1.380,095	1.953,553

Fonte: TSE, 2019.

Esses dados corroboram com a possibilidade, conforme citado anteriormente, que essa queda na participação política pode ser reflexo da insatisfação política por parte do eleitorado juvenil, e uma das questões que podem ter colaborado para esse decréscimo pode ter sido os protestos em 2013.

Diante desse contexto, faz-se necessário situar os períodos eleitorais na região de Porto Velho, conforme linha do tempo a seguir, de 2008 a 2016:

- **2008:** as eleições ocorreram para a escolha de representantes a prefeito e vereador. Em Porto Velho-RO, a eleição para prefeito foi decidida em 1º turno, reelegendo o candidato do PT, Roberto Eduardo Sobrinho.
- **2010:** escolha o Presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais (Distrito Federal).

- **2012:** as eleições restringiram-se à municipalidade, à escolha de prefeito e vereador e tiveram dois turnos. O candidato a prefeito eleito, no segundo turno, foi Mauro Nazif, candidato pelo Partido Social Brasileiro (PSB).
- **2014:** a escolha dos candidatos às eleições à presidentes do Brasil ocorreu em dois turnos, elegendo a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Roussef, sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva. Dilma foi a primeira mulher eleita para Presidente do Brasil. Além de presidente houve a escolha dos candidatos a governador, senador e deputados federal, estadual e distrital (Distrito Federal). A então Presidente da República Dilma Roussef foi reeleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo turno com 51,64% dos votos, tornando essa eleição a mais disputada no Brasil após a redemocratização. Nessa eleição, houve uma queda de 10,96% na participação eleitoral do jovem eleitor do município de Porto Velho.

Vale ressaltar que nesse período o Brasil passava por um momento de grande crise política e econômica. Barbosa Filho (2017, p. 60) comenta a crise de 2014:

A crise de 2014/2017 da economia brasileira teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado. A taxa de crescimento do produto potencial da economia brasileira saiu da faixa de 4% ao ano para menos de 2% ao ano. Ao mesmo tempo, o setor público brasileiro abandona um superávit primário de 2,2% em 2012 e gera um déficit primário de 2,7% em 2016.

Serrano e Suma (2015), complementando as proposições da crise, apontam alguns fatores que foram sinalizados sobre o desencadeamento na época do governo da Presidente Dilma Roussef, quando foi estabelecida uma nova matriz econômica no país, ocasionando a desaceleração da economia, com a média de crescimento caindo de 4,4% (2004 - 2010), para 2,1% (2011-2014).

Houve queda da taxa média da formação bruta de capital fixo de 8% (2004-2012) para 1,8% (2011-2014); a redução do crescimento médio das exportações brasileiras de bens e serviços de 5,2% (2004-2010) para 1,6% (2011-2014); e o decréscimo do consumo anual das famílias, cuja média era de 5,3% (2004-2010) e caiu para 3,1% (2011-2014).

Diante desses fatos, os movimentos sociais que eclodiram em 2013 em todo o país podem ter contribuído para a queda na participação nas eleições de 2014, conforme aponta Jesus (2012) sobre a diminuição da participação eleitoral pelos jovens eleitores.

O autor afirma que a participação organizada em movimentos dinamiza mudanças políticas para democracias plenas, justificando a ausência de alguns eleitores juvenis em 2014 como uma forma de demonstrar a sua insatisfação com a postura política dos fatos acontecidos em 2013, mostrando, também, que não votar é uma forma de alertar quanto à necessidade de mudanças.

Dessa forma, mesmo sem ter participado dos movimentos sociais, o jovem eleitor tem uma percepção da realidade política, a qual não lhe agrada, seja pelos fatos que lhe atingem diretamente, como a falta de emprego e a desvalorização da moeda nacional, como também, as fragilidades vivenciadas pela elite política, como a corrupção.

Outros motivos ainda são suscitados para o não cadastramento eleitoral ou não comparecimento às urnas pelo jovem eleitor, como a liberdade de fazê-lo ou não, favorecido pelo voto facultativo.

Quanto a essa questão, González (2018, p. 123) coloca o seguinte:

Verifica-se que, quando o registro eleitoral se torna obrigatório, essa diferença diminui, o que também pode ser explicado pela exigência do título de eleitor para o acesso a diversos serviços públicos. Enquanto aos 16 anos, apenas 14% da população se registra como eleitora, esse percentual passa de 90% aos 20 anos de idade.

De acordo com o posicionamento do autor, deve-se levar em conta a possibilidade de a participação política ser vista mais como um ônus do que um instrumento de cidadania. A obrigatoriedade tem o fator compulsório de comparecer às urnas, e a apatia política apresentada pelos jovens eleitores pode não ser apenas pela desconfiança e descrédito nas instituições, e sim, também, pelo fato de o voto não ser obrigatório.

No ano de 2016, as eleições foram para a escolha de prefeito e vereador. O candidato a prefeito eleito no segundo turno, no município de Porto Velho, foi Hildon Chaves, candidato pelo Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB). Nas eleições de 2016, a participação do jovem eleitor que era de 16,98%, em 2014, subiu para 24,13% em 2016, ou seja, houve um aumento na participação de 7,15%.

Esse aumento pode ter sido favorecido pelo trabalho realizado pelo Programa #PartiuMudar nas escolas de ensino médio do município. O Programa trazia palestras e cursos virtuais a fim de aumentar a participação cidadã nos processos eleitorais.

5 PESQUISA DO PERFIL E COMPORTAMENTO ELEITORAL DO JOVEM ELEITOR

Para identificar o perfil e o comportamento eleitoral do jovem eleitor, este estudo teve como base os conceitos de participação política já apresentados no referencial teórico, com enfoque na Teoria Clássica da Participação Política e nas teorias Participativas Contemporâneas: Teoria Democrática Competitiva e Teoria Democrática Popular).

Para identificar o perfil e o comportamento do jovem eleitor, foi aplicado um questionário. Esse questionário teve como base uma pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral no ano de 2017, intitulada 'Pesquisa Qualitativa e Quantitativa: Jovens de 16 a 20 anos', que teve como objetivo avaliar a percepção dos jovens sobre eleição, política e participação na democracia.

De acordo com o questionário aplicado, os resultados estão apresentados a seguir da pergunta número um até a quatro. O local onde estuda, gênero, idade e renda familiar servem de embasamento para as perguntas de número cinco a onze.

Foram aplicados, ao todo, 401 questionários. Destes, 241 foram aplicados na escola pública, o que equivale a 60,10% dos respondentes; e 160 na escola particular, o que corresponde a 39,90% dos respondentes.

De acordo com os resultados obtidos, dos 401 questionários aplicados foram selecionados apenas os respondentes que se encontravam na faixa etária de 16 e 17 anos. É importante observar que foram retirados da amostra 46 questionários, porque estavam fora da faixa etária estabelecida na pesquisa.

Dos 355 respondentes 169 tinham 16 anos, o que corresponde a um percentual de 47,61%; e 186 estavam na faixa etária de 17 anos, o que corresponde a um percentual de 52,39% dos respondentes.

Serão apontadas aqui algumas observações a respeito dos resultados obtidos. Quanto à pergunta relacionada à idade, pode-se perceber que o público de 17 anos tem maior interesse pelo exercício do voto (43,55%) do que o público de 16 anos (20,12%). O jovem da escola pública (39,45%) tem maior interesse do que o jovem da escola privada (19,85%); e os participantes do gênero masculino (34,95%) têm maior interesse que os do gênero feminino (29,59%).

Dos respondentes, 88,53% estão na faixa etária de 16 e 17 anos (jovem eleitor). Os que foram excluídos da pesquisa somam 11,47%. É importante mencionar que

entre os 355 respondentes de 16 e 17 anos, declararam não ter o título de eleitor 67,61%.

Esse dado é bastante significativo, pois representa um grande percentual de adolescentes que não têm o título de eleitor por diversos motivos. Conforme discutido anteriormente, a apatia do jovem eleitor em não fazer o cadastramento eleitoral pode ser justificada tanto pelo descrédito em relação às instituições políticas, como também pelo motivo de o voto ser facultativo.

Não existe a obrigatoriedade nessa faixa etária, conforme já foi demonstrado por González (2018), quando comenta que “enquanto aos 16 anos, apenas 14% da população se registra como eleitora, esse percentual passa de 90% aos 20 anos de idade”.

Quanto aos resultados da pergunta referente à idade, pode-se perceber que o público de 17 anos tem maior interesse pelo exercício do voto (43,55%) do que o público de 16 anos (20,12%); o jovem da escola pública (39,45%) tem maior interesse que o jovem da escola privada (19,85%); e os indivíduos do gênero masculino (34,95%) têm maior interesse que os do gênero feminino (29,59%), conforme demonstrado no Quadro 3:

Quadro 3 - Perfil do jovem eleitor pesquisado

	Onde Estuda	Gênero	Idade	Renda	Título
16/17 anos	-	-	-	-	115
16 anos	-	-	169	-	34
17 anos	-	-	186	-	81
Pública	213	-	-	-	141
Privada	142	-	-	-	71
Masculino	-	186	-	-	124
Feminino	-	169	-	-	105
< 1 mil	-	-	-	62	98
1 – 3 mil	-	-	-	58	132
3 – 6 mil	-	-	-	40	169
	Onde Estuda	Gênero	Idade	Renda	Título
>6 mil	-	-	-	42	110
Não sabe	-	-	-	153	100

Fonte: elaborado pela autora (2018).

No quesito renda familiar, 43,10% não sabiam de quanto era o rendimento da família. Apenas 17,46% dos respondentes sabiam quanto a família ganhava. Os rendimentos estavam em até R\$ 1.000 e 11,83% declararam que ultrapassavam os R\$ 6.000. A renda familiar dos respondentes de 16 e 17 anos, 27,50%, era inferior a R\$ 1.000.

Esse dado remete à ideia de que a desigualdade social pode apresentar um reforço à apatia política do jovem eleitor. Conforme os dados apresentados nesta pesquisa, percebe-se que aqueles que declararam uma renda mensal de até R\$ 1.000 apresentaram maior índice de não ter o título de eleitor (72,50%), seguidos daqueles que declararam não saber a renda familiar (71,90%).

Entre os jovens que declararam não saber quanto era a renda familiar, 28,10% tinham título de eleitor, porém, apresentaram nas suas respostas um alto nível de concordância de que seu voto pode criar um futuro melhor (83,66%), mas apenas 16,99% participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos.

Dos respondentes com idade entre 16 e 17 anos, 47,62% que possuíam título eleitoral tinham uma renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000. Foi possível identificar ainda quanto à renda, que os maiores interessados em votar têm o título de eleitor e estão na faixa de renda familiar entre R\$ 3.001 e R\$ 6.000 (47,62%) conforme demonstrado no Quadro 4:

Quadro 4 - Renda mensal da família dos respondentes

	<1 Mil	1-3 Mil	3-6 Mil	>6 Mil	Não Sabe
Título	17	22	19	13	43
Probabilidade de votar	11	19	13	10	30
Preocupação com o futuro	13	21	16	11	36
Credibilidade nas operações de combate à corrupção	11	18	14	9	30
Participação nos movimentos sociais	4	3	3	3	7
Não votaria em nenhum dos candidatos	8	7	9	6	19

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Quanto aos respondentes da escola da rede pública, 39,73% tinham o título de eleitor. Comparados os gráficos da escola pública e da particular, 11 e 12, respectivamente, a porcentagem de jovens eleitores é maior na rede pública.

Zorzi (2018), contrapondo esse resultado, apresenta argumentos da sua pesquisa, cujo objetivo é comparar a presença de competência cívica em alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas do sul do Brasil.

De acordo com Zorzi (2018, p. 136):

A literatura sobre cultura política reconhece que a educação tem relação forte e positiva com atitudes democráticas e com engajamento político. Sabe-se, contudo, que a educação básica no Brasil é problemática. Dados do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Brasil, 2017), indicam que os sistemas público e privado de ensino básico apresentam desempenhos de aprendizagens bem diferentes.

Segundo o autor, no entanto, “no processo de socialização política, dada a diferença de qualidade da educação, as escolas públicas e privadas reproduzem as desigualdades sociais e econômicas no âmbito da formação da competência cívica dos jovens, o que impacta a sua capacidade de participar politicamente” (ZORZI, 2018, p. 59).

Nesse sentido, independente de qual rede de ensino o jovem eleitor participa, a competência cívica vai depender do nível de socialização política que essa instituição está disposta a fornecer, independentemente de ser pública ou privada.

Quadro 5 - Jovem eleitor da escola pública X escola privada

	Pública	Privada
Título	85	28
Probabilidade de votar	63	19
Preocupação com o futuro	71	24
Credibilidade nas operações de combate à corrupção	59	21
Participação nos movimentos sociais	17	4

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Entre os respondentes do gênero masculino, 34,95% têm o título de eleitor. Tal posse é maior do que entre respondentes do gênero feminino (29,59%). Para melhor entender a participação da mulher no processo eleitoral, é preciso retomar algumas situações ao longo da história.

A consagração expressa do voto feminino no Brasil se deu em 1932, aprovado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de janeiro de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas. Utiliza-se a expressão ‘consagração expressa’ dado o momento em que esse direito foi outorgado a mulher, embora o seu artigo 121 trazia: “as mulheres em qualquer idade, além dos homens com idade superior a 60 anos, podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitora”.

Nesse sentido, o voto facultativo não seria um problema se, historicamente, a mulher não tivesse sido excluída da vida pública. Conforme explica Aflalo (2017), as discussões em torno da capacidade da mulher votar era de que ela não teria capacidade para formar opinião própria para o voto e que as suas limitações seriam produzidas pela contenção no espaço doméstico (espaço privado).

Nessa direção, existe o debate de que a conquista do voto feminino no Brasil está inserida na estratégia do aumento do eleitorado como meio para se atingir um sistema democrático e até que ponto esse avanço no eixo participativo é acompanhado ou não de uma expansão no eixo de controle, da representatividade.

Houve momentos, ao longo da história, em que a mulher não tinha direito ao voto. Percebe-se que, embora o percentual de participação das mulheres seja menor que a dos homens, não é um número tão significativo, já que a diferença é de 5,36%, e que a participação das mulheres se encontra cada vez mais evidente no cenário político, seja por intermédio do voto, seja por intermédio da representação definida por cotas.

Dentre os respondentes jovens eleitores do gênero feminino, em média, o maior índice de probabilidade de votar é de 64,50%, somando as escalas 3, 4 e 5 – alta, e 35,50%, somando as escalas 1 e 2, conforme demonstrado no Quadro 6:

Quadro 6 - Jovem eleitor quanto ao gênero

	MASCULINO	FEMININO
Título	65	50
Probabilidade de votar	52	32
Preocupação com o futuro	53	44
Credibilidade nas operações de combate à corrupção	46	36
Participação nos movimentos sociais	10	9

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Quanto a votar nas últimas eleições, 81,25% não votaram. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que na última eleição, de 2014, a maioria desses jovens eleitores estava fora da faixa etária de voto facultativo.

Esta parte da pesquisa se concentrou em analisar as expectativas dos jovens eleitores em relação às próximas eleições. Seguem, portanto, algumas observações:

Quanto aos resultados da probabilidade de votar nas próximas eleições, entre os respondentes de 16 anos, em uma escala de 1 a 5, a probabilidade mínima (1) de votar é de 16,57% e a probabilidade máxima (5) é de 30,77%.

A média da probabilidade de votar entre os respondentes de 16 anos é de 75,15%, alta, contra uma probabilidade baixa de votar de 24,85%. Entre os respondentes de 17 anos, a probabilidade máxima de votar, em uma escala de 1 a 5, considerando 5 a máxima, é de 39,25%, contra a mínima (1) probabilidade de 19,89%.

A média de probabilidade de votar nas próximas eleições do jovem eleitor de 17 anos, em uma escala de 0 a 5, é de 69,89% (alta) contra 30,11% (baixa). O maior índice da probabilidade de votar dos jovens de 16 e 17 anos da rede pública de ensino é 36,16%, com certeza votará.

A média da probabilidade de participar nas próximas eleições dos respondentes da escola da rede pública é de 74,55%, na soma das escalas 3, 4 e 5. De acordo com os respondentes, o maior índice de probabilidade de votar (com certeza votará) dos alunos da escola particular é de 33,59%. A média da probabilidade de participar nas próximas eleições dos respondentes da escola da rede particular é de 68,70%, somando as escalas 3, 4 e 5.

Dentre os respondentes, o maior índice da probabilidade de votar (altíssima) entre os jovens eleitores do gênero masculino é de 38,17%. Entre os pesquisados, em média, a maior probabilidade de votar dos jovens eleitores do gênero masculino é de 79,57%, somando as escalas 3, 4 e 5, considerada alta; e 20,43%, somando as escalas 1 e 2, baixa.

Dos respondentes jovens eleitores do gênero feminino, o maior índice de probabilidade de votar é de 31,95% (altíssima). Entre os jovens eleitores pesquisados com renda de até R\$ 1.000,00, o maior índice de probabilidade de votar é de 30% (altíssima); e, em média (gráfico 36), somando o índice de 3, 4 e 5, alta, tem-se uma probabilidade de 65% contra 35%, baixa.

Entre os jovens eleitores pesquisados com renda de R\$ 1.001,00 até R\$ 3.000,00, o maior índice de probabilidade de votar é de 45,16%, altíssima e, em média,

(gráfico 38), somando os índices de 3, 4 e 5, alta, tem-se uma probabilidade de 83,87% contra 16,13%, somando as escalas 1 e 2. Entre os jovens eleitores pesquisados com renda de R\$ 3.001 até R\$ 6.000, o maior índice de probabilidade de votar é de 28,57% (boa) e, em média (gráfico 40), somando o índice de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade é de 66,67% contra 33,33% (baixa).

Já entre os jovens eleitores pesquisados com renda superior a R\$ 6.000, o maior índice de probabilidade de votar é de 39,66% (altíssima) e, em média (gráfico 42), somando o índice de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade é de 77,59% contra 22,41% (baixa).

Entre os jovens eleitores pesquisados com renda indefinida, porque não souberam responder, o maior índice de probabilidade de votar é de 33,99% (altíssima) e, em média (gráfico 44), somando os índices de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade de votar é 69,28% contra 30,72% (baixa).

Quanto à probabilidade de votar nas próximas eleições, embora o jovem de 17 anos, em maior número, tenha o título de eleitor (43,55%), o jovem de 16 anos expressa maior probabilidade de votar (75,15%). Em relação às escolas, na da rede pública a tendência de votar, em uma escala de 0 a 5, é maior (74,55%), assim como os jovens do gênero masculino (79,57%) em relação ao feminino (64,50%).

Em relação à renda, quem expressa maior probabilidade de votar em uma escala de 0 a 5, são os respondentes que estão na faixa de renda entre R\$ 1.000 a R\$ 3.000 (83,87%). Percebe-se, contudo, que embora os respondentes tenham uma alta probabilidade de votar, isso não reflete nas urnas.

A probabilidade de votar pode ser entendida como uma atitude politicamente correta, no entanto, muitos indivíduos apresentam apatia política no momento do cadastro eleitoral. Esse pensamento corrobora com o posicionamento de Baquero e Moraes (2018, p. 19), quando afirmam que “os jovens apresentam atitudes e comportamentos paradoxais. Por um lado, demandam maiores espaços de participação e, por outro, descreem nas instituições políticas da democracia representativa”.

Em um segundo momento, a pesquisa se concentra na análise do nível de concordância em relação à contribuição do sufrágio universal para o desenvolvimento individual e do país. Entre os jovens eleitores pesquisados se o seu voto pode criar um futuro melhor para si e para o Brasil, o maior índice de concordância foi de 38,31%

(concordo bastante) e, em média (gráfico 46), somando o índice de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade é de 84,51% contra 15,49% (baixa).

Nesta questão, de um modo geral, fazendo uma média das cinco escalas, tem-se que 14,5% não concordam que o seu voto pode trazer um futuro melhor para si e para o país e 85,50% concordam que sim.

Entre os jovens eleitores de 16 anos pesquisados sobre se o seu voto pode criar um futuro melhor para si e para o Brasil, o maior índice de concordância foi de 34,38% (concordo plenamente) e, em média, somando o índice de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade é de 82,84% contra 17,16% (baixa).

Entre os jovens eleitores de 17 anos pesquisados sobre essa mesma questão, o maior índice de concordância foi de 41,94% (concordo plenamente) e, em média, a soma do índice de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade é de 86,02% contra 13,98% (baixa).

Entre os jovens eleitores da escola pública pesquisados sobre essa mesma questão, o maior índice de concordância foi de 39,29% (concordo plenamente) e, em média, somando o índice de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade é de 83,93% contra 16,07% (baixa).

Na escola da rede particular, declararam 36,64% que concordam totalmente e 9,16% responderam que discordam totalmente. Em média (gráfico 52), somando o índice de 3, 4 e 5 (alta) a probabilidade é de 85,50% contra 14,50% (baixa).

Ainda sobre a questão do nível de concordância, em uma escala de 0 a 5 a questão “o meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país”, sendo 0 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente, os resultados foram os seguintes: 34,41% dos respondentes do gênero masculino declararam que concordam totalmente e 12,37% responderam que discordam totalmente.

Em média (gráfico 54), somando o índice de 3, 4 e 5 (alta), a probabilidade é de 88,65% contra 19,35% (baixa). Em uma escala de 0 a 5, dentro da mesma proposição, no que se refere aos alunos de 16 e 17 anos, do gênero feminino, 42,60% responderam que concordam totalmente e 7,10% discordam totalmente.

Entre os jovens de 16 e 17 anos com renda familiar de até R\$ 1.000,00, 25% concordam totalmente e 17,50% discordam totalmente. A média dessas respostas em uma escala de 0 a 5 aponta que 25% discordam da ideia de que seu voto pode mudar o seu futuro e o de seu país; já 75% acreditam que sim.

Ainda sobre o quesito concordam com um futuro melhor com o seu voto, 3,23% dos participantes da pesquisa com renda entre R\$ 1.001 a R\$ 3.000 discordam

totalmente e 41,94% concordam totalmente. Em média, 93,55% concordam que o voto pode fazer um país melhor e 6,45% declaram que não.

Na escala de 0 a 5, fazendo uma média em relação àqueles que declaram que o voto pode mudar o seu futuro e o futuro do país, 35,71% dos respondentes com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000 concordam plenamente e 2,38% discordam totalmente. Em média, esses respondentes totalizam 85,71% somando as escalas 3, 4 e 5, e 14,29% discordam da afirmação somando as escalas 1 e 2.

Dos participantes com renda familiar acima de R\$ 6.000, 39,66% responderam que concordam plenamente e 8,62% discordam totalmente. Em média, em uma escala de 1 a 5, totalizaram 82,76% os que concordam e 17,24% aqueles que discordam da afirmação.

Na escala de 0 a 5, sobre o questionamento de que o voto pode mudar o seu futuro e o futuro do país, 40,52% dos respondentes com renda familiar indefinida (não sabem) declararam que concordam plenamente e 13,07% discordam totalmente. Na escala de 0 a 5, fazendo uma média, esses respondentes totalizaram 83,66% dos que concordam plenamente e 16,34% dos que discordam totalmente.

A mesma questão, sobre o voto poder mudar o futuro, na escola pública (83,93%) como na escola privada (85,50%), entre indivíduos do gênero feminino (88,76%) como do masculino (80,65%) e jovens de 16 e de 17 anos (84,51%), em todas as categorias pesquisadas, as respostas foram quase uniformes.

Assim, conforme coloca González (2018, p. 119), embora não de forma definitiva ou absoluta, poder-se-ia esperar que os jovens adolescentes, na faixa etária dos 16 a 19 anos, assim como os frequentadores do ensino médio, tenham adquirido alguma perspectiva do processo político, o que influenciaria sua participação política, e cuja mudança na vida exigiria a vivência de experiências suficientemente impactantes para mudar valores e atitudes.

Os jovens eleitores, pelas suas respostas, demonstram reconhecer a importância da sua participação, porém, não transformam esses valores em ações, demonstrando certa apatia política. É necessário que esses jovens sejam estimulados para transformar a intenção em ação.

Novamente, indo ao encontro do resultado da pergunta sobre a probabilidade de votar, também na expectativa de um futuro melhor por intermédio do voto, os respondentes que se encontram na faixa de renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 (93,55%) reconhecem, de forma mais destacada, que o seu voto pode mudar o futuro.

A resposta dos partícipes novamente é positiva quando dizem acreditar que o seu voto pode criar um futuro melhor para si e para o país (84,1%), no entanto, ao comparar o cadastramento eleitoral (você tem título de eleitor?), esse índice diminuiu drasticamente (32,39%).

Esses dados reforçam que o jovem eleitor reconhece a importância da participação política, mas, por outro lado, a desconfiança nas instituições políticas ainda é um fator bastante significativo para que a intenção, em certa parte, não seja transformada em ação.

Quanto à participação nos movimentos sociais nos dois últimos anos, várias manifestações levaram as pessoas às ruas para protestar sobre os mais variados assuntos (saúde, educação, vale-transporte, corrupção e outros).

Os dados apontaram que 75,77% dos respondentes de 16 e 17 anos não participaram; 6,48% responderam que sim, participaram de movimentos sociais mais de uma vez; 10,70% participaram apenas uma vez e 7,04% não lembram se participaram ou não. Nesta questão, 72,77% dos respondentes da escola da rede pública não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos, 19,65% participaram uma vez ou mais e 7,59% não lembram.

Como já demonstrado anteriormente, 80,92% dos respondentes da rede particular de ensino não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos, 12,98% participaram uma vez ou mais, e 6,11% não lembram.

Sobre a participação nos movimentos sociais, 77,42% dos respondentes do gênero masculino não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos, 16,13% participaram uma vez ou mais e 6,45% não lembram. Dentre os respondentes do gênero feminino, 73,96% não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos, 18,45% participaram uma vez ou mais e 7,69% não lembram.

Nesta questão dos movimentos sociais, de acordo com a renda, 72,50% dos respondentes de 16 e 17 anos, com renda familiar até R\$ 1.000,00 não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos, 19,65% participaram uma vez ou mais e 7,59% não lembram.

Dos respondentes de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 1.010 até R\$ 3.000, 72,50% não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos, 11,52% participaram uma vez ou mais e 4,84% não lembram.

Dos respondentes de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 3.001 até R\$ 6.000 não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos 72,50%, 16,66% participaram uma vez ou mais e 9,52% não lembram.

Dentre esses respondentes, com renda familiar acima de R\$ 6.000, não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos 72,50%; 18,97% participaram uma vez ou mais e 6,90% não lembram; 75,81% dos respondentes de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida, não participaram de movimentos sociais nos últimos dois anos, 16,99% participaram uma vez ou mais e 7,19% não lembram.

Embora 17,18% dos jovens afirmem ter participado de movimentos sociais, a participação de jovens de 16 anos (21,30%) foi maior que a de jovens com 17 anos (13,44%). Verifica-se que há uma tendência maior à participação nos movimentos sociais pela escola pública (19,64%) do que na rede particular (12,98%). Ademais, as jovens eleitoras (18,34%) participam mais do que os homens (16,13%). Em relação às demais análises, essa foi a única questão que o gênero feminino predominou.

Quanto à renda, a maior participação em movimentos sociais se concentra na faixa de até R\$ 1.000 (20%), contrastando com os outros resultados nos quais se destacam a renda na faixa de R\$ 1.001 até R\$ 3.000.

A baixa participação nos movimentos sociais em todas as categorias analisadas demonstra que os jovens estão muito voltados para a sua individualidade. Pesquisas realizadas por Baquero e Morais (2018) indicaram que as únicas atividades que apontam maior grau de envolvimento político se referem a abaixo-assinados (55% na média) e à participação em manifestações, passeatas e protestos. Ainda assim, quando indagados sobre por que estavam ali, responderam que faziam parte de um grupo, mas que, caso tivessem que ir sozinhos, não iriam.

Torna-se importante observar, conforme coloca González (2018, p. 128), que “em ambos os casos, é possível um envolvimento que inicia e termina na própria ação, sem exigir comprometimentos de caráter permanente”.

Quando se fala de participação em movimentos sociais, isso diz respeito a lutas por benefícios para o bem comum, a coletividade, contudo, percebe-se, diante desse quadro, uma fragilidade da construção de uma identidade coletiva da população.

Nessa direção, González (2018, p. 118) pontua o seguinte:

Um jovem com experiência de participação, de reivindicação e de mobilização provavelmente terá melhores condições, como adulto, de ocupar um espaço em outras formas associativas, como sindicatos e partidos políticos, ou manifestar-se por instrumentos isolados, como redes sociais, tanto pelo desenvolvimento de atitudes positivas em relação à participação como pelo aprendizado de como agir, de como falar em público e de organizar eventos e manifestações.

Em relação à probabilidade de votar, que o voto pode criar um futuro melhor e acreditar nas operações de combate à corrupção, respectivamente, o público com renda entre R\$ 1.001 a R\$ 3.000 tem maior consciência política (83,87%), apresenta maior probabilidade de votar (93,55%) e acredita que as operações anticorrupção podem mudar a política no Brasil (79,03%), mas é a faixa de renda que menos participa dos movimentos sociais (14,52%).

Embora apresente uma maior probabilidade de votar, acredite que o voto pode criar um futuro melhor e nas operações de combate à corrupção, o engajamento político dessa faixa etária continua reduzido, demonstrando, dessa forma, uma intenção que fica apenas na retórica e longe da prática.

Com base ainda nas questões sete, oito e nove, o perfil de quem mais foi para a rua corresponde aos indivíduos com faixa de renda até R\$ 1.000 (20%).

6 COMPORTAMENTO DO JOVEM ELEITOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO NOS PROCESSOS ELEITORAIS

A participação política no regime democrático, do qual faz parte o Brasil, apresenta uma longa trajetória até o formato dos dias atuais (sufrágio universal), e esta pesquisa se propôs a compreender como se dá a participação política do jovem eleitor do município de Porto Velho.

O jovem eleitor está na faixa etária de 16 anos completos a 18 anos incompletos e, de acordo com a Constituição Federal, possui direito à participação política de forma facultativa. Gonzalez (2018) discorre sobre esses jovens, explicando que, por se encontrarem ainda na fase da adolescência, possuem características próprias, uma vez que estão em busca da realização dos seus próprios interesses, como o primeiro trabalho, e da socialização de valores. Nesse sentido, são influenciados por pessoas e instituições mais próximas, como família, amigos e escola.

Sobre o desenvolvimento humano desses jovens, os estudiosos Piaget e Vigotsky demonstram fatores que o propicia, tais como a experiência empírica, a qual favorece o progresso de suas funções psicológicas, culminando no seu amadurecendo e reconhecimento das expectativas com o mundo ao seu redor. Ainda a respeito do desenvolvimento desses jovens, contribuem Silva e Mattos (2004), Drummond e Drummond (1998) e Palangana (1994), concordando entre si quando afirmam que esses jovens também passam por um processo de desenvolvimento social, em que valores e atitudes vão sendo construídos ao longo desse processo; e é a escola, de acordo com Ferreira, Farias e Silveiras (2003), o espaço que mais favorece o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social deles, por possuir uma dinâmica de oportunidades de discussões.

Diante desse cenário, e para responder ao propósito dessa pesquisa, que procurou identificar como se dá a participação política do jovem do município de Porto Velho, foi feita análise em relatórios sobre a participação política por intermédio do voto desses jovens, apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2008 a 2016 e aplicado um questionário com questões fechadas aos estudantes do ensino médio de duas escolas (uma da rede particular e outra da rede pública), a fim

de verificar como pensam e agem em relação ao voto e outras formas de participação política.

Este estudo se desenvolve em seis capítulos: introdução; debate sobre a participação política; participação política do jovem eleitor; participação política do jovem eleitor do município de Porto Velho no período de 2008 a 2016; pesquisa sobre o perfil e o comportamento eleitoral do jovem eleitor; e a conclusão, respectivamente.

Para melhor entender o processo de participação política, o estudo apresenta, no capítulo 2, a temática “Debate sobre a Participação Política”, em que, partindo do conceito de participação, Borba (2012) sintetiza o seu sentido como o ato de ação coletiva dos cidadãos que almejam direta ou indiretamente influenciar as tomadas de decisões do governo, complementado por Chauí (2014), como um exercício infundável de conquista na resolução dos problemas diários que a comunidade enfrenta.

O capítulo apresenta como norteadores da discussão a Teoria Clássica da Participação Política, defendidas por Rousseau, Tocqueville e Mill, e as teorias Participativas Contemporâneas, defendidas por Schumpeter e Dahl, como defensores da Teoria Democrática Competitiva e Pateman e Habermas como defensores da Teoria Democrática Popular, os quais trazem argumentos para as várias possibilidades de uma democracia desejável.

A Teoria Clássica da Participação Política contribuiu para o processo democrático em que vivemos na atualidade (2019); seja pelo posicionamento dos argumentos libertários, participacionistas e igualitários de Rousseau (1995), seja como defensor da igualdade de condições e contrário a possíveis governos tiranos, conforme defende Tocqueville (2000), seja promovendo um modelo moral de democracia, de autogoverno do cidadão, apresentando um caráter educativo, defendido por Mill (1964). Nessa direção, a ação educativa e desenvolvedora de um cidadão politicamente ativo é um ponto positivo e comum entre os três pensadores: Rousseau, Tocqueville e Mill.

Os defensores das Teorias Participativas Contemporâneas promovem críticas aos pensadores da Teoria Clássica da Participação, as quais se dão por apresentarem a necessidade de uma participação mais empírica e menos normativa. Na Teoria Competitiva, sedimentada pelo modelo do Elitismo Democrático, Schumpeter (1984) defende que a democracia deve deixar o “deve ser” para “o que é”, ou seja, na função do modelo democrático; e compete a elite, a qual possui

superioridade material, intelectual e moral, a liderança política. Dessa forma, Schumpeter reduz a democracia a um método, por meio do qual o povo pode aceitar ou recusar as pessoas (elite) para governá-lo; no modelo Pluralista, seu principal defensor, Dahl, concorda com Schumpeter quando se refere à democracia como um método e faz referência a termos normativos, e quanto ao regime, utiliza o termo poliarquia em vez de democracia.

No fim do século XX, surge uma nova linha de pensamento sobre a participação política, a Teoria Democrática Popular, defendidos por Pateman (1992) e Habermas (1995), resgatando algumas das concepções dos participacionistas clássicos nos debates da participação política. Para Pateman, as instituições políticas oferecem uma função educativa, portanto, a participação nos processos políticos é fundamental para o desenvolvimento do cidadão; no modelo Deliberacionista, defendido por Habermas, é atribuído aos indivíduos o papel central nos processos políticos, garantidos por espaços sociais, os quais favoreceriam a discussão em arenas políticas. Esses fatores levariam de uma participação política local, para uma participação política em âmbito nacional.

O lugar da participação política, apesar da longa discussão entre participacionistas clássicos e contemporâneos, leva a compreensão de que as experiências de participação individuais ou coletivas possuem efeitos positivos para o cidadão e levam a um pertencimento de que a democracia deve ser vivida em todos os formatos, seja institucional, como nos orçamentos participativos; seja no ativismo político, como as jovens ativistas Malala Yousafzai de vinte e dois anos, defensora do acesso à educação das mulheres no nordeste do Paquistão e ganhadora do prêmio Nobel da Paz, e Greta Thunberg, de dezesseis anos, ativista ambiental sueca, defensora de ações para mitigar mudanças climáticas, eleita a personalidade do ano de 2019 pela revista Times; seja participando nos seguimentos políticos locais, instituições, associações e grêmios estudantis.

O capítulo três traz uma explanação sobre o comportamento do jovem eleitor, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, caracterizado como voto facultativo. Nesse capítulo, são trazidos ainda os resultados de pesquisas para identificar o seu comportamento e campanhas educativas realizadas por instituições públicas, a fim de incentivar o jovem eleitor à participação nos processos políticos, bem como conscientizá-lo a se reconhecer como agente transformador da sociedade.

O capítulo traz resultados de duas pesquisas científicas sobre participação eleitoral juvenil: a primeira pesquisa é intitulada “Voto e Participação nas Eleições dos Jovens Estudantes de Londrina”, que foi realizada por Araújo (2007) no ano de 2006, e apresenta como resultado que 69% dos participantes da pesquisa não possuem título de eleitor; e, ainda, outra pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE realizada no ano de 2017, que tinha como intuito verificar o comportamento do jovem eleitor em temas relacionados a eleições, política e participação na democracia, cujo resultado apresentou um jovem eleitor absorto, com dificuldades de assumir responsabilidades e participar politicamente dos processos eleitorais.

Diante desse cenário, o TSE juntamente com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE do município de Porto Velho, criou o programa #PartiuMudar, com o intuito de aumentar a participação eleitoral do jovem eleitor.

Nessa perspectiva, Freitas (2010) ressalta a necessidade de discutir a participação política do jovem, assim como Schmidt (2001), o qual considera que as esferas sociais devem agir como agências de socialização para o jovem, servindo de instrumentos para o desenvolvimento dessa participação. Gonh (2008) ressalta, ainda, a força do ativismo social (movimentos sociais), o qual pode ser um importante instrumento de articulação no projeto de transformação da sociedade com esses jovens.

Como exemplos de participação em movimentos sociais, é citado o movimento Passe Livre, que eclodiu no país inteiro em junho de 2013, inicialmente em razão do aumento nas tarifas do transporte coletivo, conforme explanado por Moraes e Santos (2013), e depois como forma de reclamar pelas diversas questões sociais como a precariedade da saúde, da educação e segurança públicas. Por conta da violenta repressão policial aos movimentos nessa época, conforme o autor, iniciou-se a “Primavera Brasileira”.

Dando seguimento à pesquisa, o capítulo quatro traz os resultados da participação política do jovem eleitor no município de Porto Velho no período de 2008 a 2016, demonstrando um cadastramento eleitoral nesse período de 24,7% (média) dessa população. Conforme pontua Gonzalez (2018), esse percentual passa de 90% aos vinte anos. Fato relevante desse percentual (24,7%), uma média de 84,59%, comparecem às urnas em período eleitoral.

O capítulo cinco apresenta o perfil e comportamento eleitoral do jovem eleitor do município de Porto Velho, identificado por intermédio da aplicação do questionário nas escolas, do qual pode-se perceber que os jovens eleitores oriundos da escola pública (39,73%) são os que mais têm o título de eleitor, em detrimento dos jovens da rede particular (19,85%). Além disso, são os que mais se envolveram nos movimentos sociais, com um índice de participação de 19,64%. Os alunos da rede de ensino privada apresentaram um índice de participação de 12,98%.

Quanto à renda familiar, os respondentes que mais têm título de eleitor têm renda entre R\$ 3.001,00 e R\$ 6.000,00, o que equivale a um índice de 47,62%. Os jovens com menos posse do título de eleitor são os respondentes com uma renda familiar de até R\$ 1.000 (mil reais), apresentando um índice de 27,50%.

Enquanto o percentual de jovens pesquisados pelo Tribunal Superior Eleitoral (2018) que tinha seus títulos eleitorais superava a média de 70%, em especial 76,97% na Região Norte e 70,02% no Brasil, no município de Porto Velho a amostra revelou o indicador de 24,7%.

Um índice próximo a esse foi demonstrado na pesquisa realizada no município de Londrina, no estado do Paraná, no ano de 2006, com 270 respondentes, apontando que 31% deles tinha a inscrição eleitoral.

Embora o indicador de participação pelo voto tenha sido baixo nas últimas eleições, o atual jovem eleitor do município demonstra na pesquisa uma probabilidade alta de votar nas próximas eleições (72,39%), o que pode ser resultado de programas empreendidos pelo Tribunal Regional Eleitoral frente às escolas como o #PartiuMudar (TSE, 2018), que tem como meta fortalecer a cidadania dos futuros eleitores.

Nesse sentido, a Justiça Eleitoral procura, por diversos meios, firmar-se em sua condição, também, de mecanismo de comunicação entre os jovens (Programa #PartiuMudar), justificando a fala de Araújo (2007) da necessidade de aumentar a confiança nas instituições e, assim, elevar o nível de participação política.

Nesse sentido, vale ressaltar o Modelo Deliberacionista da Teoria Democrática Popular, quando Habermas (2003) dispõe que a comunicação entre os agentes sociais pode gerar uma ideia de resgate quanto à esfera pública e à ação política. Vislumbra-se que essa comunicação deva ir além do diálogo, conforme afirma Mill (1964), e que antes de enveredar por questões políticas, o cidadão deve aprender a se autogovernar e atuar politicamente nos órgãos representativos locais.

Esta colocação leva à análise de que a escola, em sua condição de agente de democratização, juntamente com outros setores da sociedade, pode proporcionar aos jovens eleitores atividades extracurriculares de participação em órgãos representativos da sociedade, como a própria gestão da escola, associações de bairros, órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, Câmaras, Assembleias e audiências públicas, que podem possibilitar o conhecimento da estruturação do poder sob a soberania dos interesses da coletividade.

Quanto ao voto poder mudar o futuro, o jovem de Porto Velho apresenta perspectiva maior quanto a essa assertiva. Enquanto que em todo o país 50,44% compreendem como verdadeira essa perspectiva e 48,69% na Região Norte, em Porto Velho essa crença foi identificada com 84,51%.

Primeiramente, faz-se necessário dar luz ao fato de que, no instante em que a pesquisa foi realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (2018) no ano de 2017, ocorreu, sob suspeitas de eventuais causas, a morte do ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, que era relator da Operação Lava Jato e, por isso, grande responsável pelos rumos dos processos advindos da citada operação.

Em seguida, como segundo argumento, há o lapso entre as duas pesquisas, destacando-se as constantes prisões de influentes representantes da política brasileira, o que poderia estar aumentando a credibilidade nas instituições para uma melhoria futura, com o combate à corrupção.

Pode-se compreender, então, por que no instante desta pesquisa, em abril de 2018, há uma maior crença de que o voto pode mudar o futuro (84,51%) e que as ações de combate à corrupção irão mudar a política no país (71,27%).

A análise da participação dos jovens eleitores nos movimentos sociais aponta que apenas 17,18% dos respondentes tiveram interesse em participar de protestos nos últimos dois anos. Diante desse dado, reporta-se à baixa participação dos jovens nas eleições de 2014 (TSE, 2018), que teve uma queda de 11% em relação às eleições de 2012, fato que pode ser explicado pelo período pós-movimentos sociais ocorridos em 2013 por todo o país.

Conforme Tocqueville (2000), o ativismo político é muito importante para o desenvolvimento social, por afastar o cidadão de sentimentos egoístas. Nesse aspecto, o retrato da juventude porto-velhense revela-se preocupante.

Cabe destacar, ainda, como asseverava Mill (1964), que a inclusão do cidadão no campo da política é algo fundamental para toda sociedade, considerando que

oportunizará o desenvolvimento de uma cultura social fundamentada na contínua busca do bem comum, permitindo que cada cidadão passe a sentir-se como parte do público e compreenda que o benefício de todos será também para si próprio.

Talvez a baixa participação nas eleições de 2014 e a pouca influência dos movimentos sociais em seus participantes, no que diz respeito à inscrição eleitoral, possam ser compreendidas como um inconformismo ou protesto ao atual modelo de participação representativa.

Os resultados apresentados pela pesquisa evidenciam que, embora o jovem eleitor reconheça que o voto tem o poder de influenciar o seu futuro, apresenta-se cético quanto ao modelo de democracia representativa, fundamentado exclusivamente na força dos partidos políticos como detentores do direito de definir quem deve ou não fazer parte da elite política.

Inicialmente, esse fenômeno pode ser notado pelos resultados apresentados na questão referente à escolha de um possível candidato à presidência da República nas próximas eleições: 43,10% não votariam em nenhum dos candidatos apresentados, o que pode tornar sua participação política, por meio do voto, cada vez menor, seja no exercício do direito de ter o título de eleitor, seja no efetivo exercício do voto. Por outro lado, vale mencionar que o candidato Bolsonaro e o candidato Lula da Silva obtiveram a maioria dos votos.

Conforme Dias (2013) expõe, o voto em um candidato se dá em função de sua ideologia ou a de seu partido. Esse resultado aponta que o jovem eleitor, por ora, mostra-se cético em relação ao modelo representativo, demonstrando apatia em fazer a inscrição eleitoral e votar. Por outro lado, alguns se sentem atraídos pela ideologia partidária dos candidatos (Bolsonaro/Lula) que se mostram como partidos de direita, centro ou esquerda e podem não buscar alternativas fora do leque ideológico que assume como seu.

Diante desse quadro, vale revisitar a abordagem de Mosca (1954) e Schumpeter (1961) sobre a ideia de uma elite política dominante, oriunda de uma participação social que se fundamenta exclusivamente pelo voto, ou pior, por meio da eleição de uma elite designada pelos partidos como única e capaz de assumir posições de comando.

Seria possível criar estratégias para aumentar a participação eleitoral? Sim, se o resultado meramente numérico fosse levado em conta, o Tribunal Regional Eleitoral poderia fazer campanhas diretamente nas escolas para favorecer a inscrição eleitoral

desses jovens. Se compactuasse com a visão de Schumpeter (1961), de que a democracia é um método eleitoral, provavelmente essa campanha elevaria o número de cadastros eleitorais, o que poderia culminar em um aumento considerável da participação política por intermédio do voto.

Quanto a hipótese inicial deste estudo, de que os jovens eleitores do município de Porto Velho, estado de Rondônia, têm interesse pela participação eleitoral, mas privilegiam a participação política por movimentos sociais. Essa hipótese se confirma em parte, pois a participação eleitoral pelo voto existe, não obstante seja pequena (24,7%). Quanto à participação nos movimentos sociais, a impressão inicial de que os jovens participavam de uma forma mais efetiva nos protestos denota que no município de Porto Velho poucos jovens eleitores, que se encontram na faixa etária de 16 anos completos e 18 anos incompletos se interessam pela participação nesses movimentos, considerando que apenas 17,18% confirmaram a participação.

Essa hipótese consubstanciou-se na força da participação dos jovens nas ruas e no impacto que as associações e organizações livres têm no estabelecimento de uma cultura política estabelecida na prática cotidiana das transformações comportamentais oriundas do trato dos problemas sociais (HABERMAS, 2003; SCHMIDT, 2001).

Diante desse cenário, é fato que o ser humano aprende de acordo com seus interesses e ritmos (desenvolvimento humano X valores sociais), mas o interesse pela participação nos processos políticos pode ser desenvolvido e estimulado por pessoas e instituições que fazem parte do cotidiano do jovem eleitor, como a família, os amigos e a escola.

Sem desmerecer qualquer uma dessas opções, a escola é a instituição que tem o poder de transmitir o conhecimento das diversas áreas científicas e ainda proporcionar meios para que o jovem adquira a autonomia democrática, e seja ator central do processo político, não apenas pelo voto nas eleições, mas favorecendo uma consciência de que para se ter qualidade de vida na sociedade é preciso tomar decisões, construir regras e assumir responsabilidades.

Algumas estratégias podem ser construídas pela escola para que seja possível a construção de uma participação política mais efetiva, com uma aprendizagem significativa, que oportunize vivenciar os processos políticos por meio da problematização da realidade da sociedade a qual o jovem pertence, levantando hipóteses e propondo debates sobre as decisões tomadas, e possibilite verificar, como

consequência, como cada uma delas afetará a vida de todos, para o bem ou para o mal. Essa aprendizagem poderia ser construída a partir de cursos de curta e média duração, inseridos como disciplina extracurricular de ciência política, para favorecer o conhecimento dos vários regimes políticos do mundo, e aprofundar acerca do regime político democrático brasileiro.

Além de uma metodologia ativa para a aprendizagem, a participação nos diversos seguimentos políticos favoreceriam a socialização da democracia entre os jovens, como estágios em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Poder Executivo e outras instituições governamentais, onde a experiência empírica fortaleceria o sentimento de pertencimento ao bem da coletividade, conhecendo como se desdobram todas as fases das demandas políticas, e como as decisões tomadas pela elite representativa afeta a vida de toda a população.

Por fim, incentivar líderes de turmas, jovens eleitos para representar o grupo da série em que se encontram, a pensarem na possibilidade de representatividade política, incentivando o seu alistamento eleitoral e posteriormente a filiação partidária, favorecendo, dessa forma, compreender que todos fazem parte do processo político, com direitos e deveres, e que a transformação da realidade é possível, quando se assumem responsabilidades com conhecimento.

Diante de tais considerações, este estudo conseguiu alcançar o seu objetivo que era descobrir o comportamento do jovem eleitor do município de Porto Velho, mas deixa a possibilidade de novos vieses para aprofundar ainda mais esse fenômeno, como a queda de participação pelo voto em 2014, a fim de identificar se há relação ou não com os movimentos sociais ocorridos em 2013, e, ainda, se sucedeu de forma semelhante em outras cidades e regiões do país.

REFERÊNCIAS

AFLALO, Hannah Maruci. Basta votar? A luta pelo voto feminino e o controle sobre a participação política das mulheres no Brasil. **Estudos de Sociologia**. Vol. 2 n. 23. Recife: USP, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/download/237062/29423>. Acesso em 23 de out. de 2019.

ARAÚJO, A. L. (2007) **Juventude e participação política**: o jovem eleitor de Londrina. Dissertação de Mestrado em 2007. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. S. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em: www.eurozine.com/towards-widening-the-democratic-canon/. Acesso em: 18 de dez. de 2016.

AVRITZER, L. Teoria Democrática e Deliberação Pública. Lua Nova – **Revista de Cultura e Política**, n. 50, pp.25-46, São Paulo: CEDEC, 2000.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BAQUERO, M.; MORAIS, J. A. de. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil?. In: BAQUERO, M. (org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Escritos, 2018.

BARBOSA, C. V; *et al.* *Impeachment*. **Revista Científica FacMais**, v. IV, n. 2. 2016. Disponível em <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Artigo-5-IMPEACHMENT.pdf>. Acesso em 22 de jan. de 2019.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. Saídas para a crise econômica: a crise econômica de 2014/2017. Est.av. vol. 31 n° 89. São Paulo. Jan. Abr. De 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051. Acesso em 16 de out de 2018.

BONIFÁCIO, R. **Apontamentos teóricos a respeito do papel da participação política na democracia**. Artigo. Paraná eleitoral. v.2 n.3, pp.387-414, 2013. Disponível em www.revistas.ufpr/pr/article/view/42776/25934. Acesso em fevereiro de 2017.

BORBA, J. **Participação política**: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, Brasília v.27, n.2, mai-ago, 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>. Acesso em abril de 2017.

BORGES, Rosa Maria. Democracia, liberdade de expressão e *black blocs*. **Revista Direito & Práxis**. V. 8, n. 1, (2017), p. 354-385. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21203/20008>. Acesso em 22 de jan. de 2019.

BOTTOMORE. T. B. **As elites e a sociedade**. Trad. Otavio Guilherme C. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, M. **Arena Política de Participação Social**. In: 2º Festival de Direitos Humanos. 2012. Disponível em: www.direitoshumanos.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em 28 de mar. de 2017.

COSTA, A. C. G. da. **Uma juventude sem pátria**. 2014. In: Conversaafiada. Disponível em <http://www.aracaju.se.gov.br>. Acesso em 30 de jan. de 2018.

COTTA, Pery. **O petróleo é nosso?** Rio de Janeiro: Guavira, 1975.

CREMONESE, D. **A questão da participação na teoria democrática contemporânea**. In: Seminário Nacional de Ciência Política: Democracia em Debate. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: www.ufrgs.br/nupergs/arquivos/view.php/download/...online/50aa28b848955.pdf. Acesso em: 18 de mai. de 2017.

_____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**, 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2013.

DRUMMOND, M; DRUMMOND FILHO, H. **Drogas: a busca de respostas**. São Paulo: Loyola, 1998.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERREIRA, T. H. S; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. M. **A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório**. Estudos de Psicologia (2003), 8 (1), p. 107-115. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v8n1/17240.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2019.

FLAMARION, Caldeira Ramos. **Manual de Filosofia Política: para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.

FREITAS, F. S. **Votos aos 16: uma conquista do povo brasileiro**. 2010. Disponível em <http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=view&id=2821&itemid=0>. Acesso em 30 de jan. de 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, M. G. **Abordagens Teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Caderno CRH, v. 21, pp. 439-455, set-dez., 2008.

_____. **Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais**. Ciências Sociais, Unisinos, jan-abr., pp. 10-17. 2010.

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GONZÁLEZ, R. S. Cultura política, democracia participativa e protagonismo juvenil. In: BAQUERO, M. (org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Escritos, 2018.

GRUPO SAPIENS. Colégio Objetivo em Porto Velho, Disponível em <https://colegio.gruposapiens.com.br/>. Acesso em fevereiro de 2019.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v.

HELD, D. **Pluralismo, capitalismo corporativo e o Estado**. In: HELD, D.. Modelos de democracia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

HOLANDA, C. B. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em fev. de 2018.

JESUS, J. G. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e Saber social**, v. 1, p. 163-186, 2012.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MALUF, S. **Teoria geral do Estado**. ed. Cidade: Saraiva, 2017.

MEDEIROS, Analuce Danda Coelho. Política e cidadania: construção de uma nação democrática. Curitiba: Intersaberes, 2017.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: Ibrasa, 1964.

MORAES, T. P. B de; SANTOS, R. M. **Os protestos no Brasil: um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira**. Rev. Int. Investig. Ciênc. Pol.

Vol.9, n. 2, Diciembre, 2013, pp. 193-206. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4713950>. Acesso em 10 de jan. de 2019.

MOSCA, G. **A Classe Dirigente**. In: SOUZA, A. (Org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954. <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2013v10n1p1>. Em Tese, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013. ISSN: 1806-5023.

MUTZENBERG, R. Movimentos Sociais: Entre Aderências, Conflitos e Antagonismos. **SINAIS** – Ciências Sociais., v.1, pp. 127-143, jun. 2011.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. São Paulo: Plexus, 1994.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, C. R. J. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, 100: pp.119-153, 2017.

PRÁ, J. R. **(Res) socializar é preciso**. Aportes para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcelo (org). Democracia, juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre: UFRS, 2004.

ROUSSEAU, J. J. R. 1712-1778. **Discurso sobre economia política e do contrato social**. Tradução Maria Constança Peres Pissara: prefácio de Bento Prado Júnior – Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Do contrato social**. Discursos sobre a origem da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Pensadores).

SALVADOR, César Coll. (Org.). **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e Política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2013v10n1p1> Em Tese, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013. ISSN: 1806-5023.

SIENA, O. **Normas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos: projeto, monografia, dissertação e artigo**. Porto Velho: [s.n.], 2011.

SILVA, D. et al. Teoria democrática contemporânea: Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular. **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em**

Sociologia Política da UFSC. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2013v10n1p1>>. Acesso em 18 de set. de 2016.

SILVA, V.; MATTOS, H. **Os jovens são mais vulneráveis às drogas?** Em I. Pinsky & M. A. Bessa (Orgs.), *Adolescência e drogas* (pp. 31-44). São Paulo: Contexto, 2004.

TAYLOR, C. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Loyola. 2000.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. 2018. Disponível em: <http://www.tre-ro.jus.br>. Acesso em 22 de fev. de 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2018. Disponível em: <http://tse.jus.br>. Acesso em 23 de fev. de 2018.

_____. **Pesquisa Qualitativa e Quantitativa** – Jovens de 16 a 20 Anos. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3510>. Acesso em 19 de set. de 2018.

_____. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2019. Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotsites/partiumudar/parceria/>. Acesso em 19. De set. de 2018.

WARREN, I. S. **Manifestações de rua no Brasil 2013**: encontros e desencontros no política. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71>. Acesso em 10 de jan. de 2019.

ZAGURY, Tania. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ZORZI, F. B. Educação e desigualdade: socialização política comparada em escolas públicas e particulares. In: BAQUERO, M. (org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Escritos, 2018.

ZULLIAN, T. O eleitor desiludido: o imaginário coletivo de eleitores brasileiros sobre os candidatos políticos. **Revista Sul Americana de Psicologia**, 1, 2, 169-184. 2013. Disponível em <http://www.revista.unisal.br/am/index.php/psico/article/view/21/30>. Acesso em 21 de set. de 2017.

APÊNDICE 1 – Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIA POLÍTICA



Escolha apenas uma resposta, marcando desta forma: X

Escola Particular

Escola Pública

Caro(a) aluno(a), participante voluntário(a):

Após autorização de seus responsáveis, você está convidado(a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa **O COMPORTAMENTO POLÍTICO DO JOVEM ELEITOR DE PORTO VELHO**, sob responsabilidade da pesquisadora Evanice dos Santos³, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a. Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza;
- b. Você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso; sua identidade será mantida em sigilo e, caso você queira, poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com este estudo, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Me. Evanice dos Santos

Porto Velho – 2018

³ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS/Faculdade Católica de Rondônia-FC/RO, na área de concentração de Políticas Públicas na Amazônia. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNITAU, Universidade de Taubaté, no Estado de São Paulo e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia. Servidora do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Assessora Técnica da Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa e professora universitária da Faculdade São Lucas, Porto Velho-RO, na disciplina Metodologia da Pesquisa Científica.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIA POLÍTICA



Responda às questões 1 a 10, marcando apenas uma das alternativas.

1 – Local onde estuda

- Escola Particular
- Escola Pública

2 – Gênero

- Feminino
- Masculino

3 – Qual a sua idade?

- Menor de 16 anos
- 16 anos
- 17 anos
- Maior que 17 anos

4 – No mês passado, qual foi a sua renda familiar mensal?

- Até R\$ 1.000,00
- De R\$ 1.001 até R\$ 3.000,00
- De R\$ 3.001 até R\$ 6.000,00
- Mais de R\$ 6.000, 00
- Não sabe.

5 – Você tem título de eleitor?

() Sim

() Não

6 – Você votou nas últimas eleições?

() Sim

() Não

7 – Em relação às próximas eleições, qual nota daria para a probabilidade de votar, sendo 1 com certeza não votará e 5 com certeza votará. Assinale a opção desejada.

1. ()

2. ()

3. ()

4. ()

5. ()

8 – Qual o seu nível de concordância com a seguinte informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país. Dê uma nota entre 1 até 5, sendo 1 para discordo totalmente e 5 concordo totalmente.

1. ()

2. ()

3. ()

4. ()

5. ()

9 – Você acredita que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil? Dê uma nota entre 1 a 5, sendo 0 nada vai mudar até 5 vai mudar muito:

1. ()

2. ()

3. ()

4. ()

5. ()

10 – Nos últimos anos, várias manifestações levaram as pessoas às ruas para protestar sobre os mais variados assuntos (saúde, educação, vale-transporte, corrupção e outros). Nos dois últimos anos, você participou de algum movimento social em sua cidade?

() Sim. Apenas 1;

() Sim. Mais de 1;

() Não;

() Não lembro.

11. Os partidos políticos, assim como os seus candidatos, trazem em suas propostas ideologias que podem ser caracterizadas como de esquerda ou de direita (ou ainda extrema-esquerda, centro ou extrema-direita). Qual dos possíveis candidatos à Presidência da República elencados abaixo, de acordo com as suas propostas de governo, mais lhe agradam?

() Temer;

() Luciano Huck;

() Bolsonaro;

() Lula;

() Não vou votar.

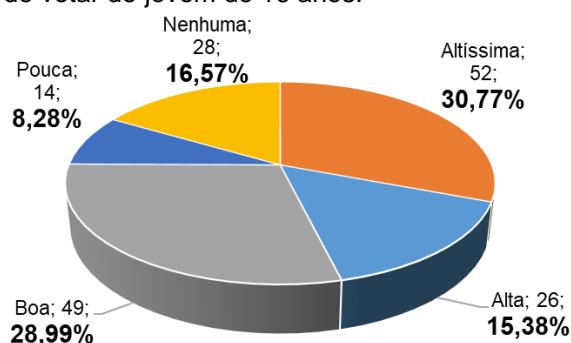
APÊNDICE 2 - RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

O apêndice 2 apresenta os resultados do questionário aplicado nas escolas pública e particular. O Programa Code (código de barras) possibilitou várias respostas para a pesquisa aplicada, que serão expostas neste apêndice, levando-nos a verificar variadas possibilidades sobre o comportamento do jovem eleitor de 16 (dezesesseis) anos, ou só de 17 (dezesete) anos, tanto do gênero masculino quanto feminino, que estuda na escola pública ou na rede de ensino particular.

As questões apresentadas em gráficos serão enumeradas de 7 a 11 e os gráficos em forma sequencial de 2 ao 70.

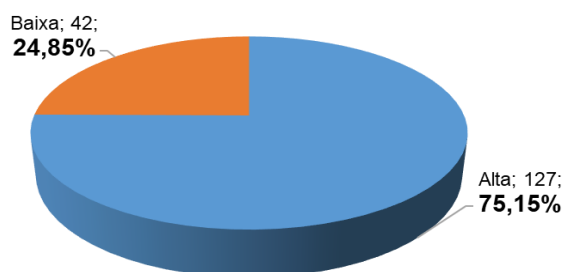
QUESTÃO 7: Probabilidade de votar nas próximas eleições dos jovens de 16 anos, numa escala de 1 a 5, sendo 1 com certeza não votar” e 5 com certeza votar.

Gráfico 2 - Probabilidade de votar do jovem de 16 anos.



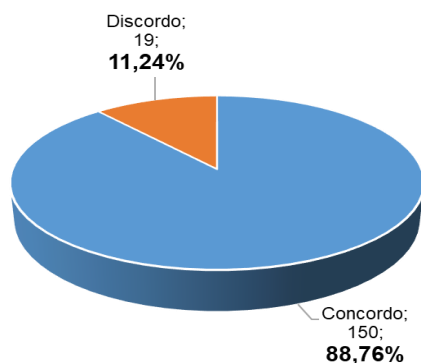
Fonte: elaborado pela autora (2018).

Gráfico 3 - Probabilidade de votar do jovem de 16 anos (média), pesquisados, abril/2018.



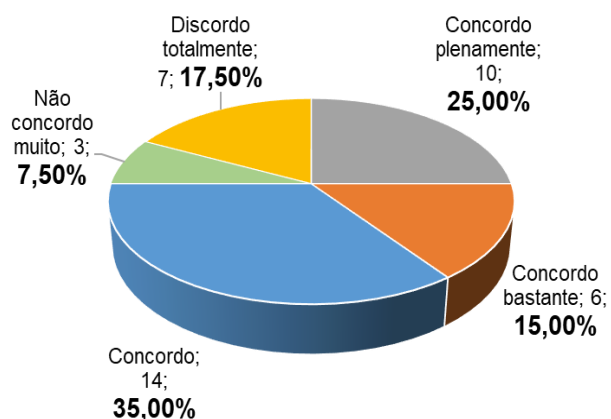
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 4 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos do gênero feminino (média), pesquisados em abril/2018.



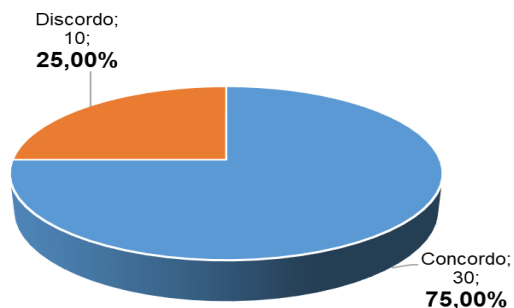
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 5 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos com renda até R\$ 1.000 pesquisados em abril/2018.



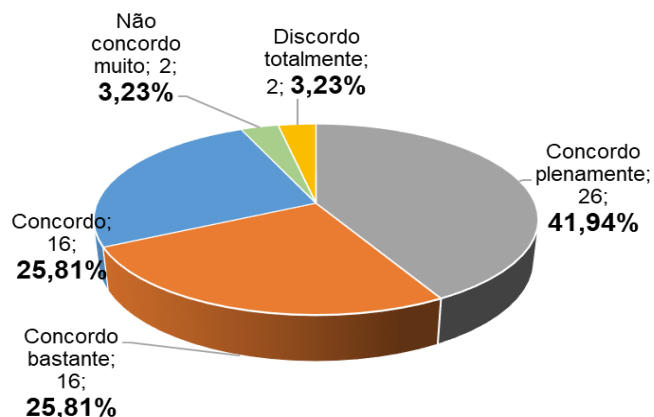
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 6 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos com renda até R\$ 1.000 (média), pesquisados em abril/2018.



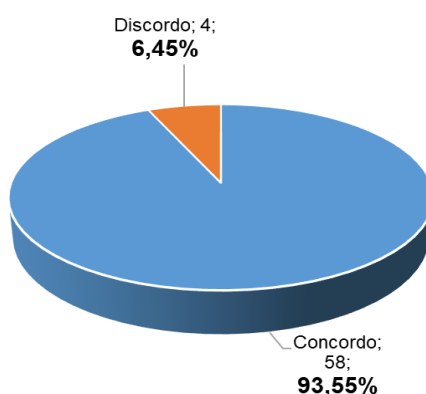
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 7 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 1.001 a R\$ 3.000.



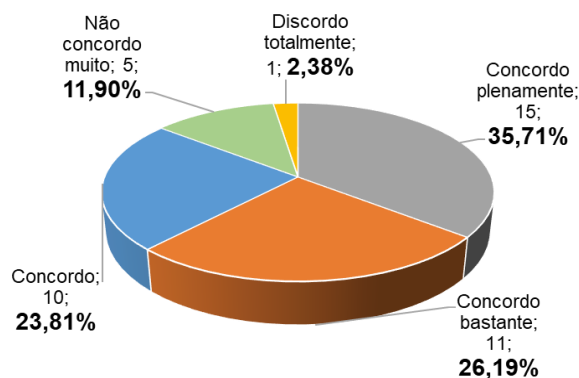
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 8 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 1.001 a R\$ 3.000 (média).



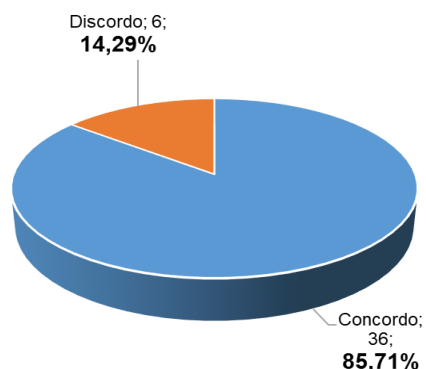
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 9 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 3.001 a R\$ 6.000.



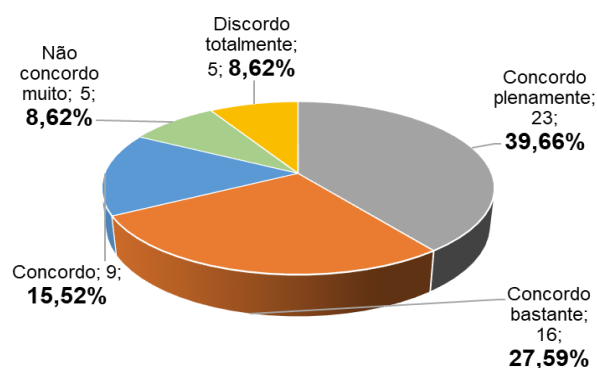
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 10 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos com renda entre R\$ 3.001 a R\$ 6.000 (média).



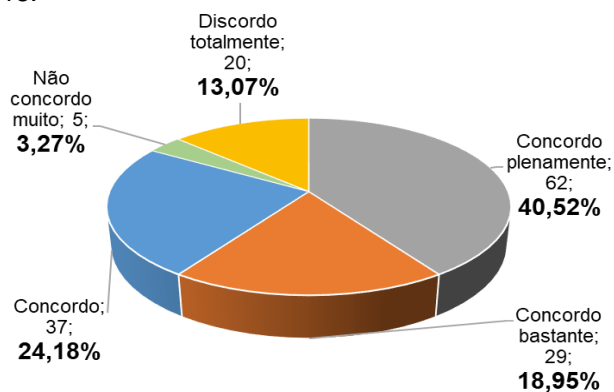
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 11 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos com renda familiar acima de R\$ 6.000, pesquisados em abril/2018.



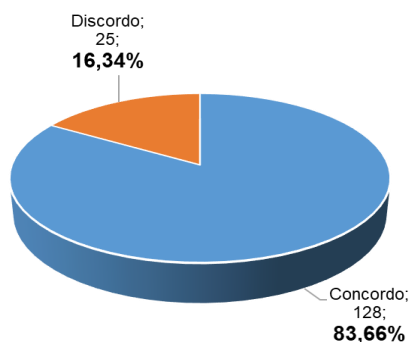
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 12 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida, pesquisados em abril/2018.



Fonte: Pesquisadora (2018).

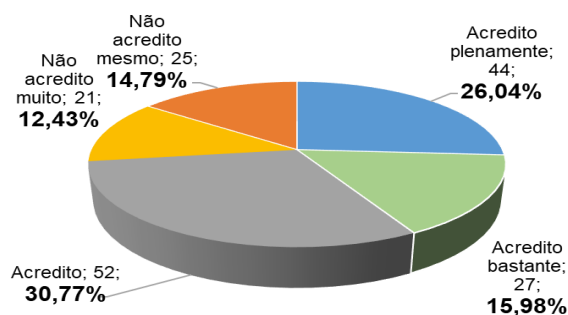
Gráfico 13 - Nível de concordância com a informação: meu voto pode criar um futuro melhor para mim e para o meu país, de 1 a 5, do público do jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida (média), pesquisados em abril/2018.



Fonte: Pesquisadora (2018).

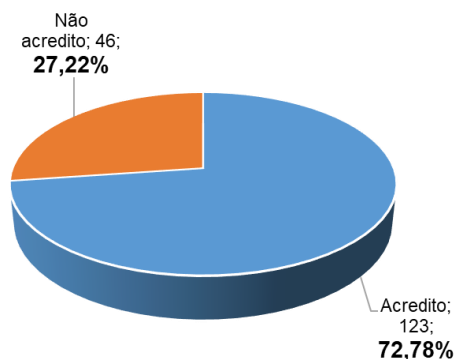
QUESTÃO 9 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, entre os jovens de 16 anos. Dê uma nota em uma escala de 1 a 5, sendo 1 para nada vai mudar e 5 para vai mudar muito.

Gráfico 14 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem de 16 anos, pesquisado em abril/2018.



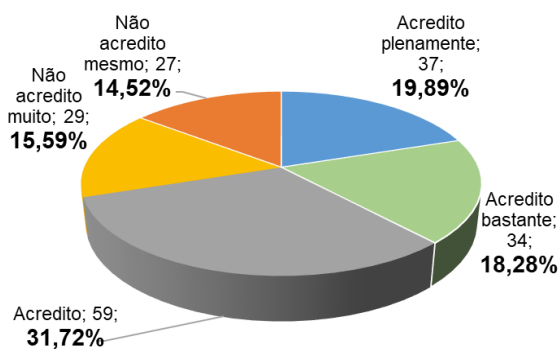
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 15 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem de 16 anos (média), pesquisado em abril/2018.



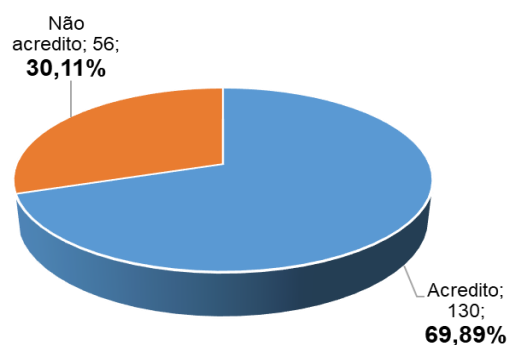
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 16 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem de 17 anos, pesquisado em abril/2018.



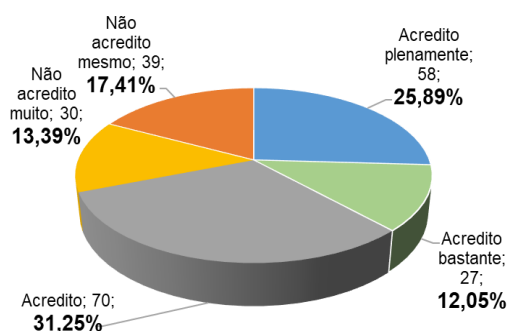
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 17 - Crença que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem de 17 anos (média), pesquisado em abril/2018.



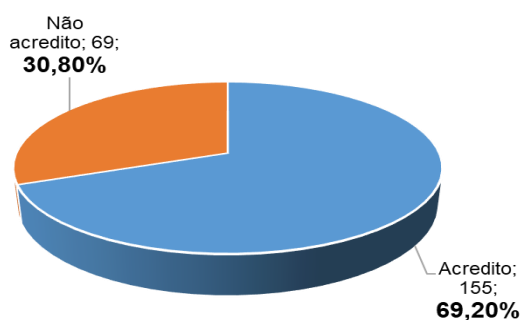
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 18 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem da escola pública, pesquisado em abril/2018.



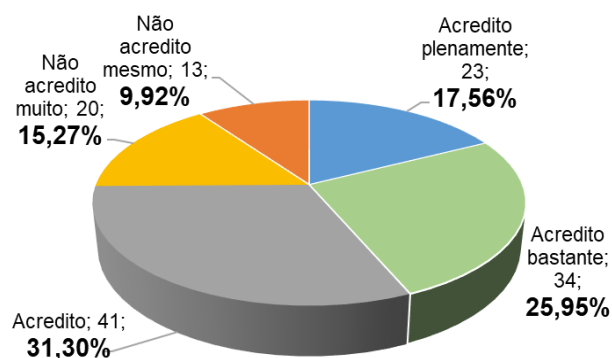
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 19 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem da escola pública (média), pesquisado em abril/2018.



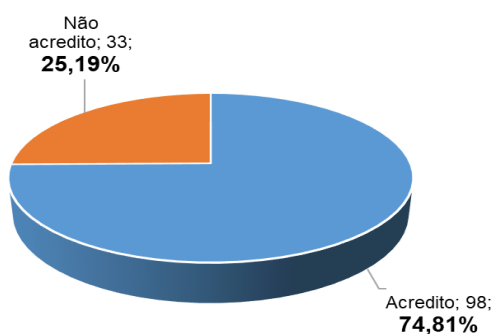
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 20 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, pelo jovem nas escolas particulares, pesquisado em abril/2018.



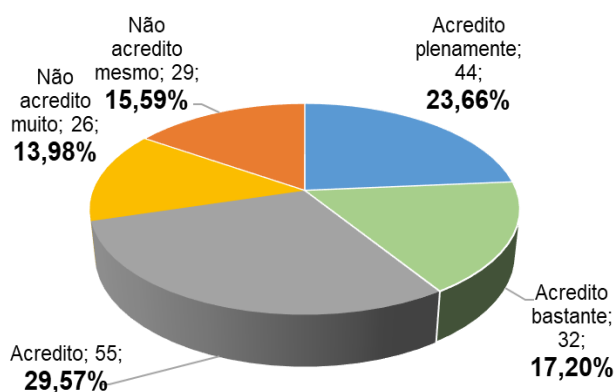
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 21 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil nas escolas particulares (média), pesquisados em abril/2018.



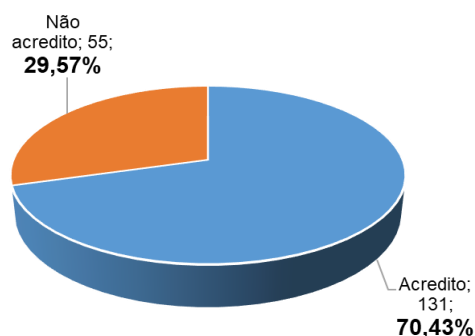
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 22 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, do gênero masculino, pesquisados em abril/2018.



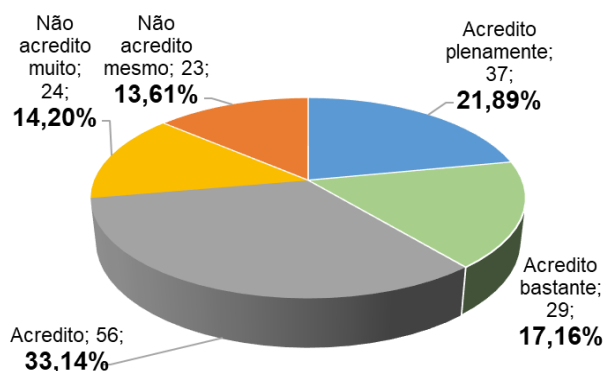
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 23 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, do gênero masculino (média), pesquisados em abril/2018.



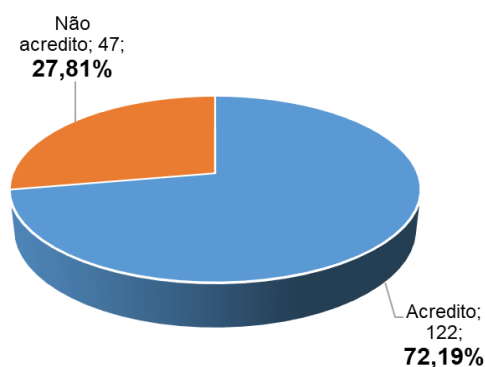
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 24 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, do gênero feminino, pesquisados em abril/2018.



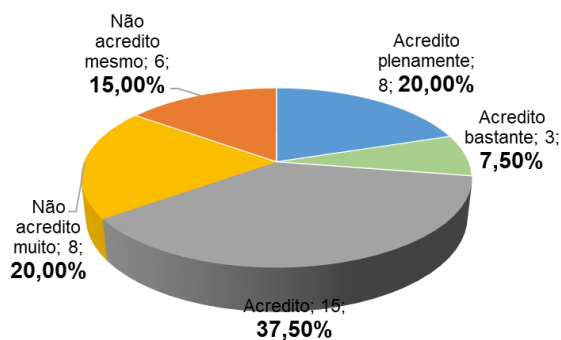
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 25 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, do jovem do gênero feminino (média), pesquisados em abril/2018.



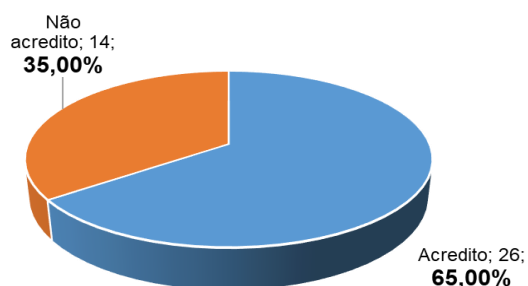
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 26 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor com renda familiar de até R\$ 1.000, pesquisado em abril/2018.



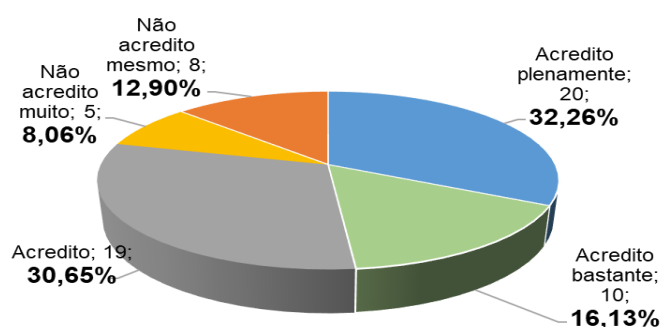
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 27 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de até R\$ 1.000 (média) pesquisado em abril/2018.



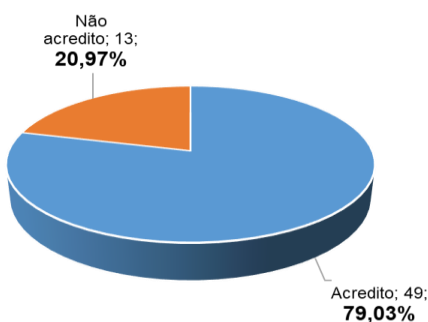
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 28 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000, pesquisado em abril/2018.



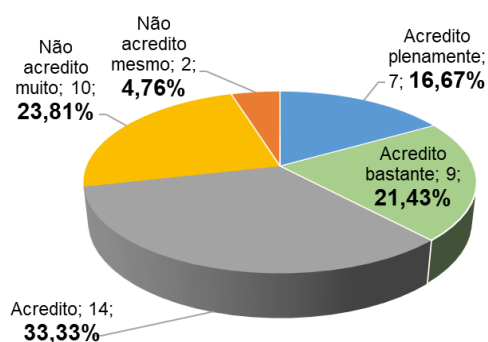
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 29 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000 (média), pesquisado em abril/2018.



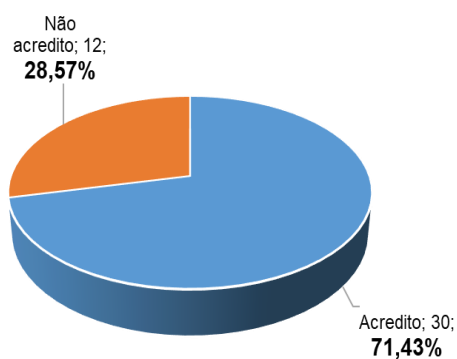
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 30 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000, pesquisado em abril/2018.



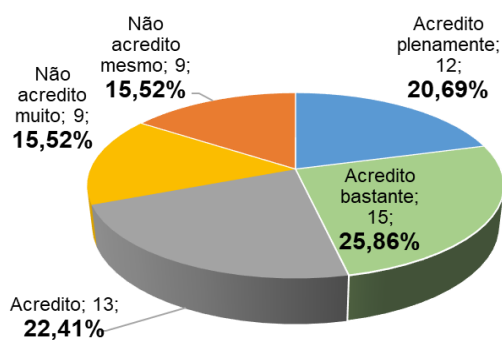
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 31 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000 (média), pesquisado em abril/2018.



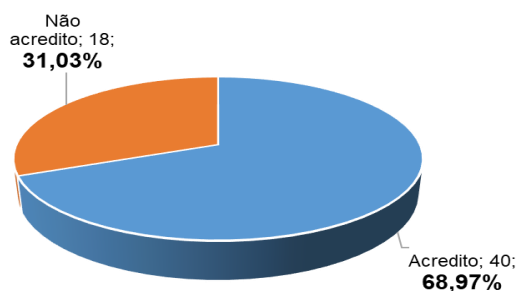
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 32 - Crença na mudança política pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar acima de R\$ 6.000, pesquisado em abril/2018.



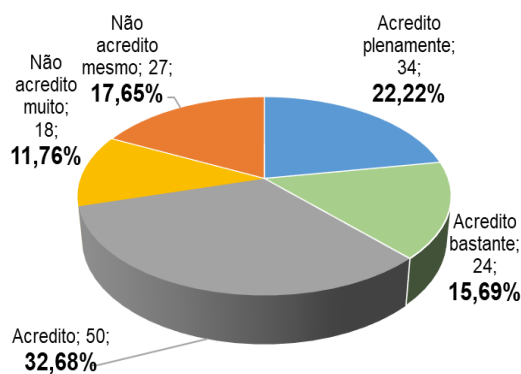
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 33 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar acima de R\$ 6.000 (média), pesquisado em abril/2018.



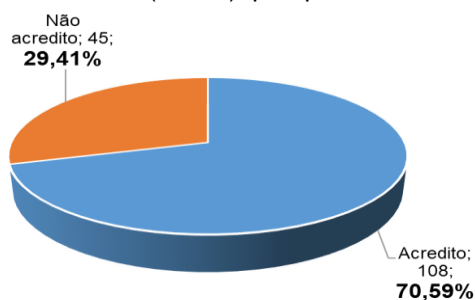
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 34 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar indefinida, pesquisado em abril/2018.



Fonte: Pesquisadora (2018).

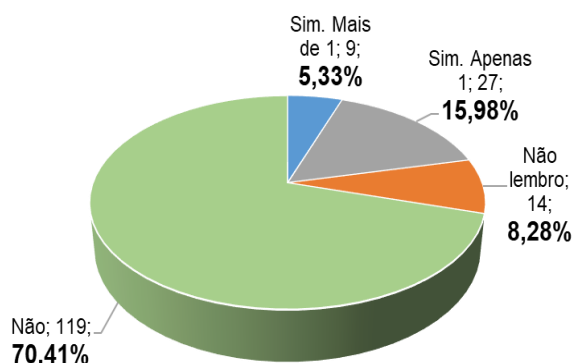
Gráfico 35 - Crença de que as operações de combate à corrupção irão mudar a política no Brasil, com o jovem eleitor, com renda familiar indefinida (média), pesquisado em abril/2018.



Fonte: Pesquisadora (2018).

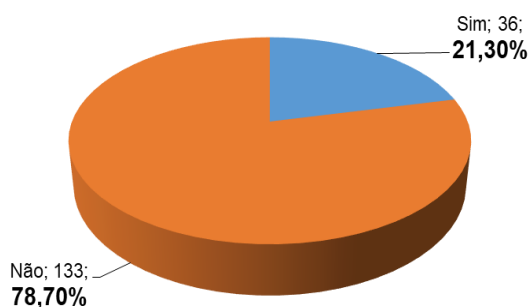
QUESTÃO 10: Nos últimos anos, várias manifestações levaram as pessoas às ruas para protestar sobre os mais variados assuntos (saúde, educação, vale-transporte, corrupção e outros). Nos dois últimos anos, você participou de algum movimento social?

Gráfico 36 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 16 anos, pesquisado em abril/2018.



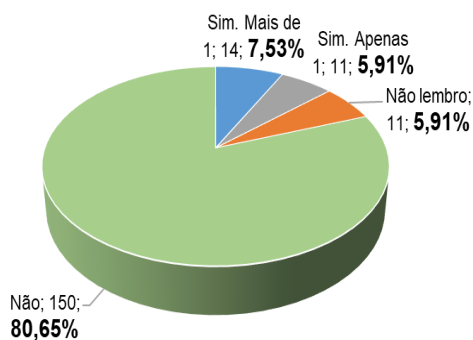
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 37 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 16 anos (média), pesquisado em abril/2018.



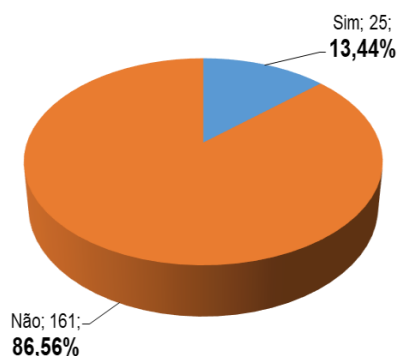
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 38 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 17 anos, pesquisado em abril/2018.



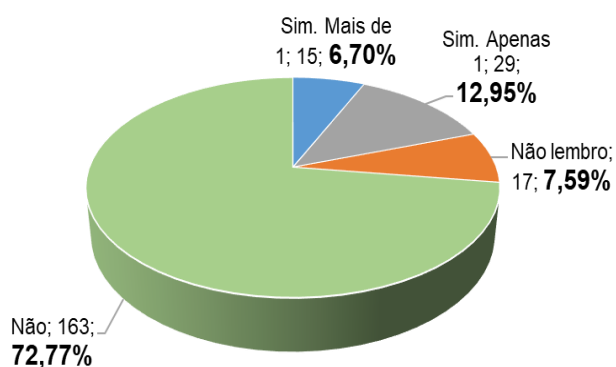
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 39 - Participação em movimentos sociais pelo jovem de 17 anos (média), pesquisado em abril/2018.



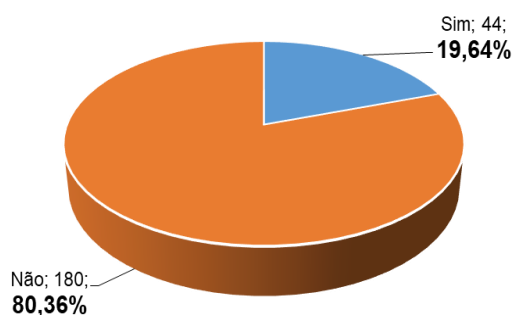
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 40 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas públicas, pesquisados em abril/2018.



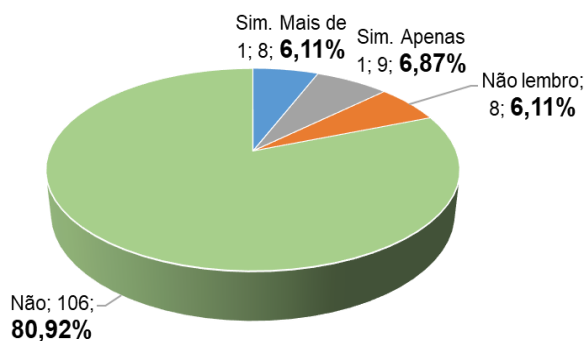
Fonte: Pesquisadora (2018). Pesquisado+pesquisado? Deletei

Gráfico 41 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas públicas (média), pesquisados em abril/2018.



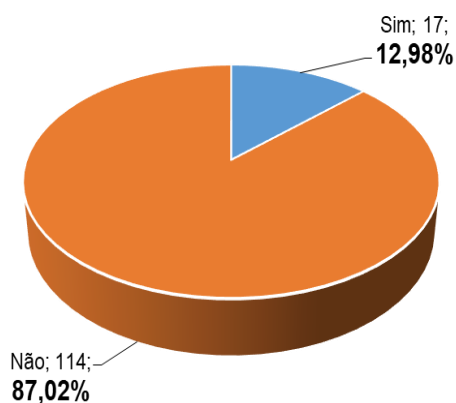
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 42 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas particulares pesquisados em abril/2018.



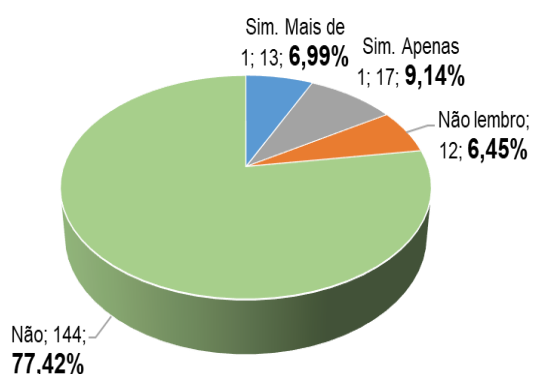
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 43 - Participação em movimentos dos jovens nas escolas particulares (média), pesquisados em abril/2018.



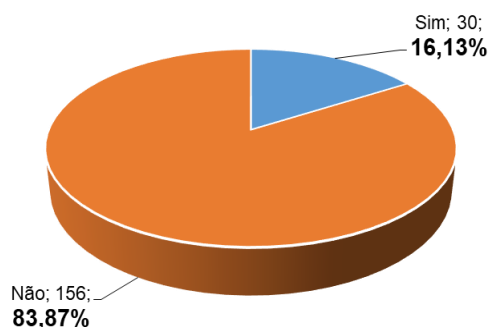
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 44 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero masculino, pesquisado em abril/2018.



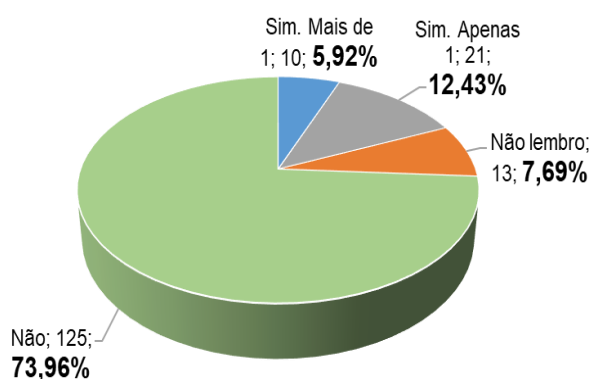
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 45 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero masculino (média), pesquisado em abril/2018.



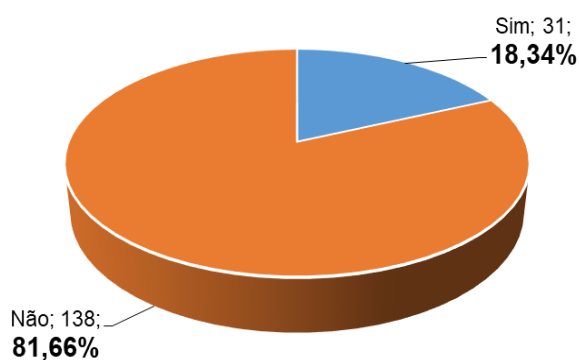
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 46 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero feminino, pesquisado em abril/2018.



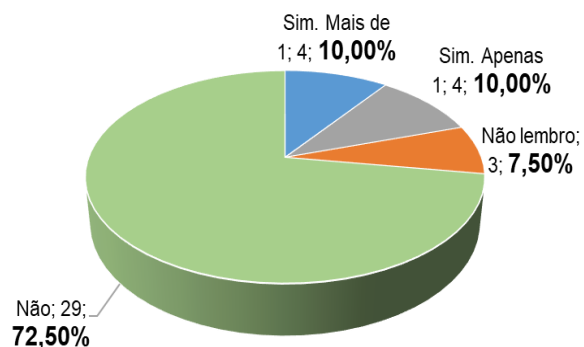
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 47 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, do gênero feminino (média), pesquisado em abril/2018.



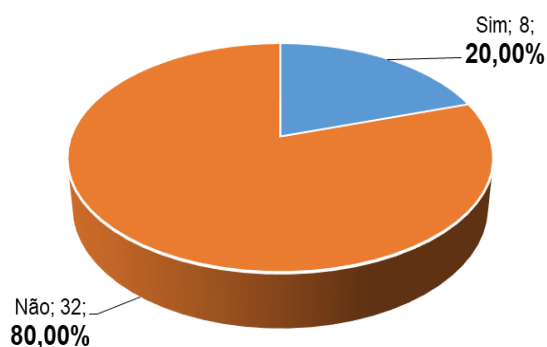
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 48 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de até R\$ 1.000, pesquisado em abril/2018.



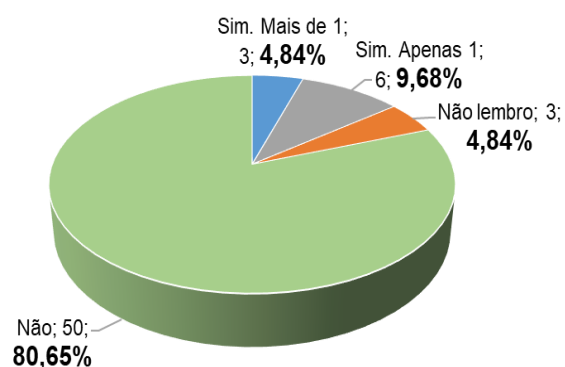
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 49 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de até R\$ 1.000 (média), pesquisado em abril/2018.



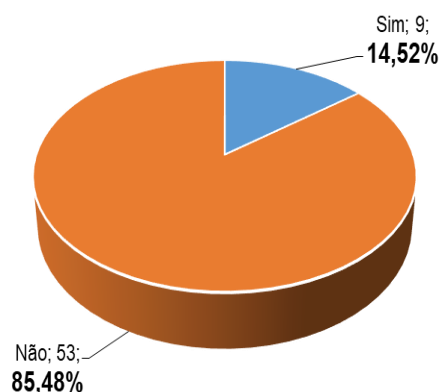
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 50 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000, pesquisado em abril/2018.



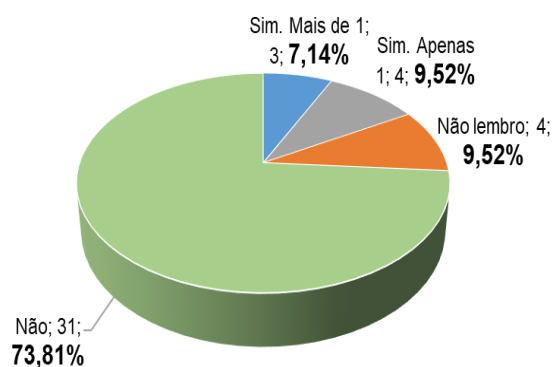
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 51 Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000 (média), pesquisado em abril/2018.



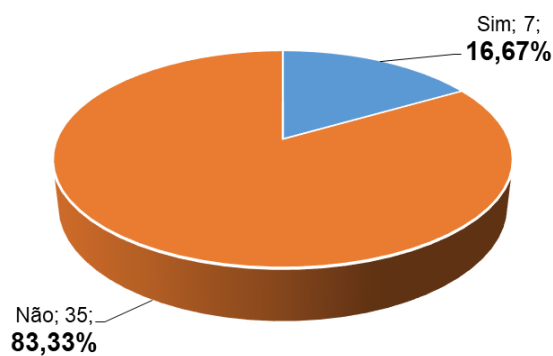
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 52 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000 pesquisado em abril/2018.



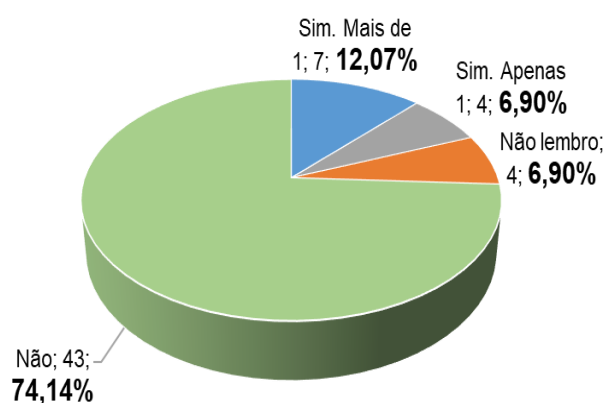
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 53 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000 (média) pesquisado em abril/2018.



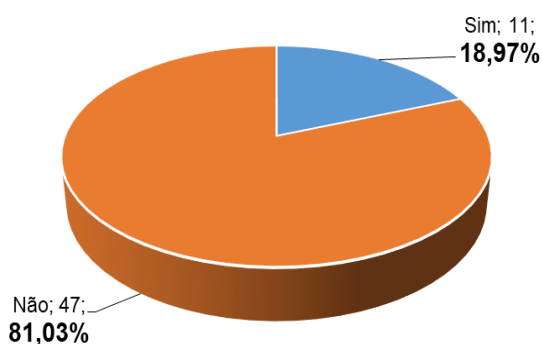
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 54 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 a 17 anos com renda familiar acima de R\$ 6.000, pesquisado em abril de 2018.



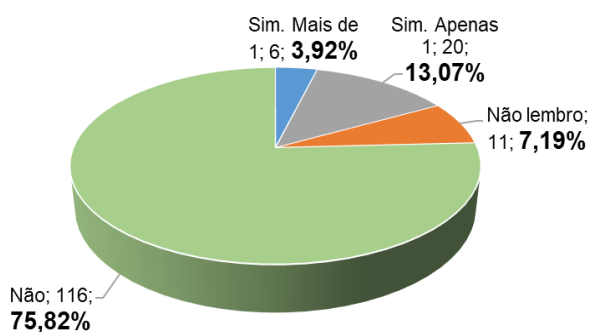
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 55 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar acima de R\$ 6.000 pesquisado em abril/2018.



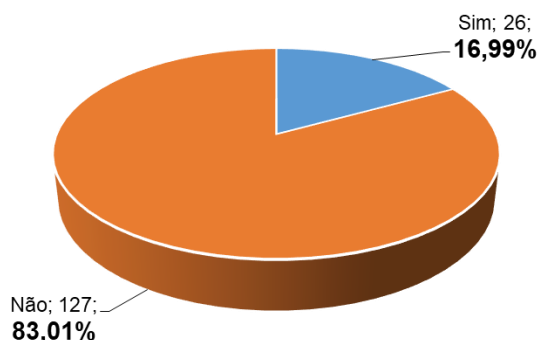
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 56 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida pesquisado em abril/2018.



Fonte: Pesquisadora (2018).

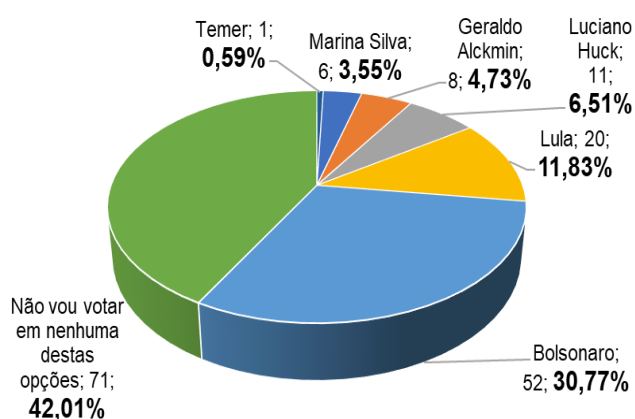
Gráfico 57 - Participação em movimentos pelo jovem de 16 e 17 anos, com renda familiar indefinida (média), pesquisado em abril/2018.



Fonte: Pesquisadora (2018).

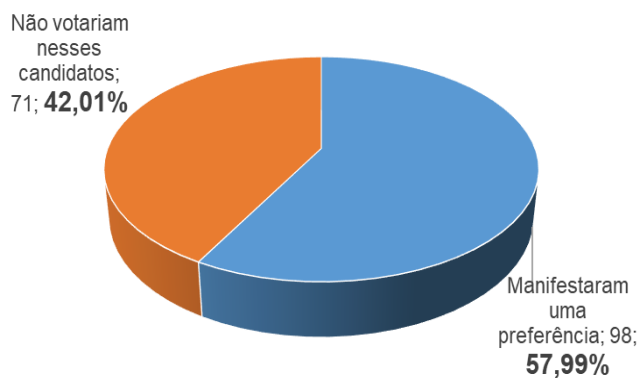
QUESTÃO 11: Os partidos políticos, assim como os seus candidatos, trazem em suas propostas ideologias partidárias que podem ser caracterizadas como de esquerda ou de direita (ou ainda extrema-esquerda, centro ou extrema-direita). Qual dos possíveis candidatos à Presidência da República elencados abaixo, de acordo com as suas propostas de governo, mais lhe agrada?

Gráfico 58 - Candidato à Presidência preferido do jovem de 16 anos, pesquisado em abril/2018.



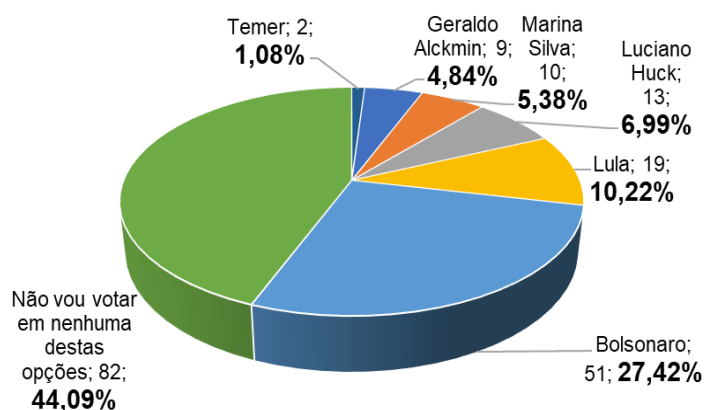
Fonte: Pesquisadora (2018)

Gráfico 59 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 anos, pesquisados em abril/2018.



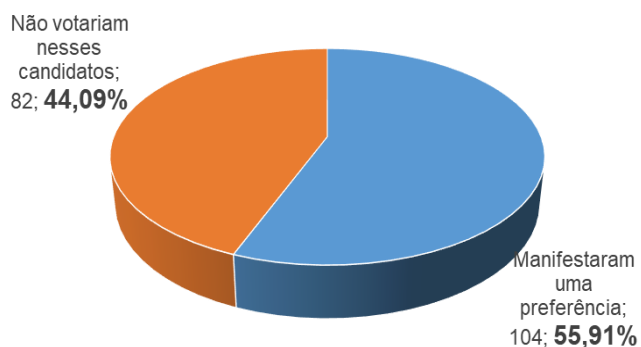
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 60 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 17 anos, pesquisados em abril/2018.



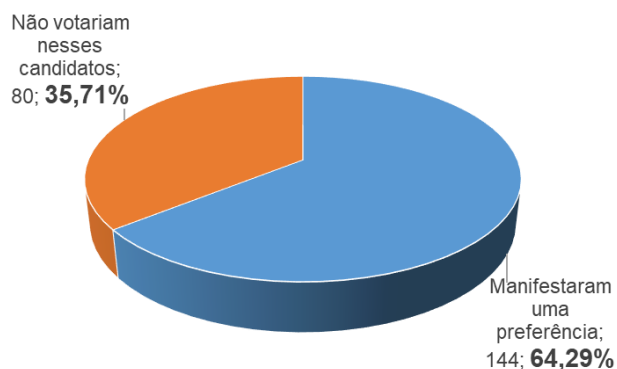
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 61 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 17 anos, pesquisados em abril/2018 (média).



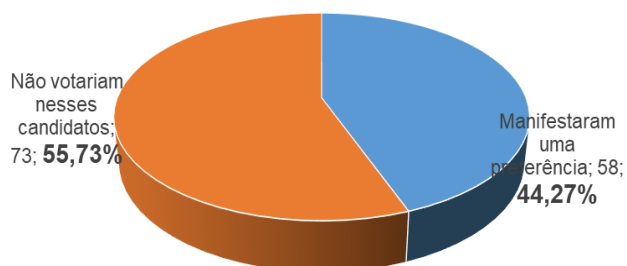
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 62 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens pesquisados nas escolas públicas, em abril/2018 (média).



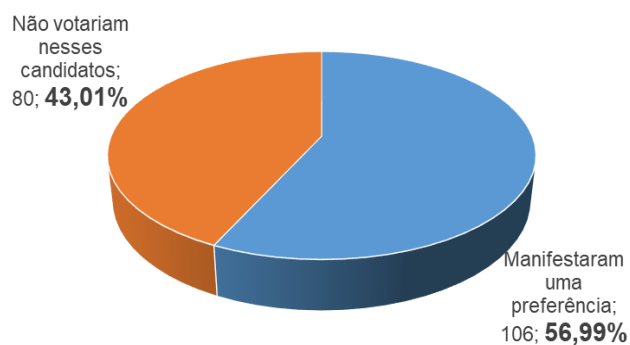
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 63 - Manifestaram preferência em algum candidato, jovens pesquisados nas escolas particulares, em abril/2018, (média).



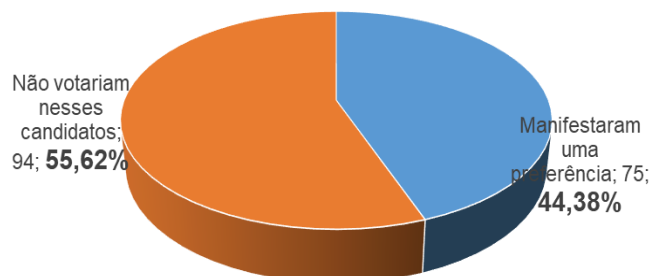
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 64 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 e 17 anos do gênero masculino, pesquisados em abril/2018 (média).



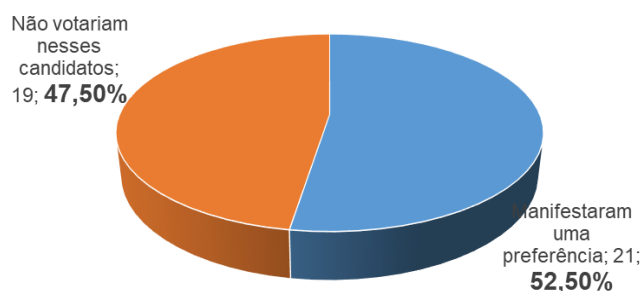
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 65 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 e 17 anos do gênero feminino, pesquisados em abril/2018 (média).



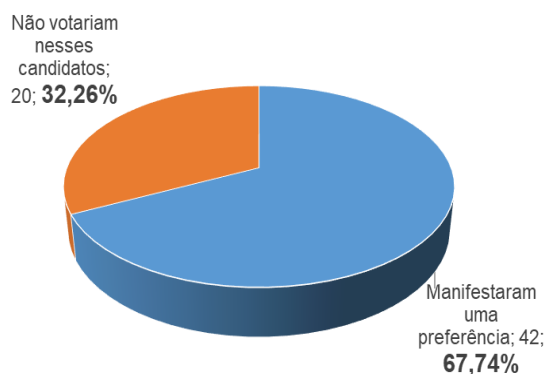
Fonte: Pesquisadora (2018)

Gráfico 66 - Manifestaram preferência em algum candidato jovens de 16 e 17 anos com renda de até R\$ 1.000, pesquisados em abril/2018 (média).



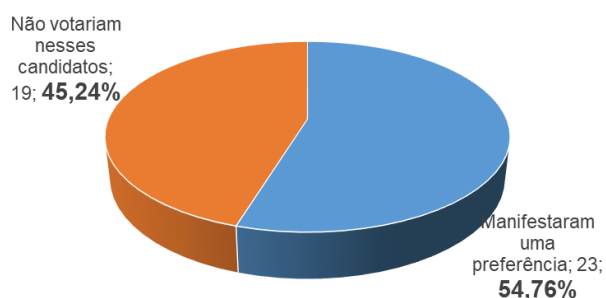
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 67 - Manifestaram preferência por algum candidato à presidência o jovem de 16 e 17 anos com renda familiar de R\$ 1.001 a R\$ 3.000, pesquisado em abril/2018 (média).



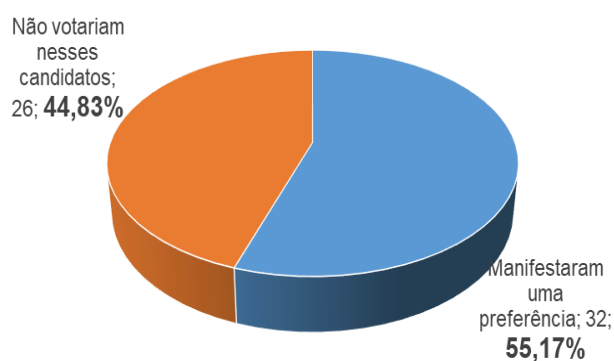
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 68 - Candidato à presidência preferido pelo jovem de 16 e 17 anos com renda familiar de R\$ 3.001 a R\$ 6.000.



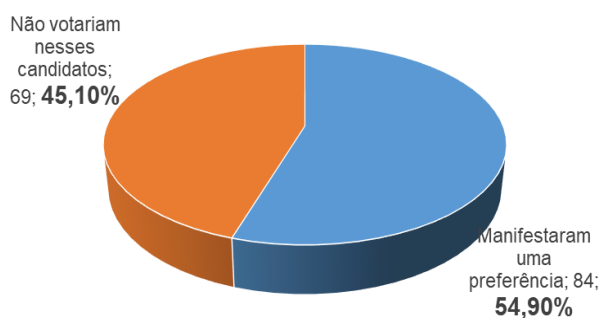
Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 69 - Candidato à presidência preferido pelo jovem de 16 e 17 anos com renda familiar acima de R\$ 6.000 (média).



Fonte: Pesquisadora (2018).

Gráfico 70 - Candidato à presidência preferido pelo jovem de 16 e 17 anos com renda familiar indefinida (não sabem informar) (média).



Fonte: Pesquisadora (2018).